

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA CLARA PEREIRA DE ARAÚJO**

**ENTRE A REGULAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E A ATENUAÇÃO  
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS:**  
uma análise da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva no Brasil

**MACEIÓ  
2024**

**MARIA CLARA PEREIRA DE ARAÚJO**

**ENTRE A REGULAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E A ATENUAÇÃO  
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS:**

uma análise da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Clarissa Tenório Maranhão

**MACEIÓ  
2024**

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A663e Araújo, Maria Clara Pereira de.

Entre a regulação da superpopulação relativa e a atenuação das desigualdades sociais : uma análise da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva no Brasil / Maria Clara Pereira de Araújo. – 2024.

143 f. : il.

Orientadora: Clarissa Tenório Maranhão.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 138-143.

1. Capitalismo - Crise estrutural. 2. Superpopulação. 3. Questão social no trabalho. 4. Desigualdades sociais. 5. Inclusão produtiva - Brasil. I. Título.

CDU: 364.144(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **MARIA CLARA PEREIRA DE ARAÚJO**, intitulada “ENTRE A REGULAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E A ATENUAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO BRASIL”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 01 de fevereiro de 2024, às 15 horas e 30 minutos, por meio de videoconferência.

Documento assinado digitalmente  
 **CLARISSA TENORIO MARANHÃO**  
Data: 10/02/2024 11:24:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Clarissa Tenório Maranhão Raposo

U----- Documento assinado digitalmente  
 **ADRIANO NASCIMENTO SILVA**  
Data: 07/02/2024 14:49:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriano Nascimento Silva  
UFAL - Examinador(a) Interno(a)

Documento assinado digitalmente  
 **CEZAR HENRIQUE MIRANDA COELHO MARANHÃO**  
Data: 07/02/2024 07:51:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão  
UFRJ - Examinador(a) Externo(a) à Instituição

## AGRADECIMENTOS

Deixo registrada, em primeiro lugar, minha gratidão a Deus e à Fé religiosa, que habita dentro de mim, permitindo que mais um passo de minha trajetória acadêmica seja finalizado com a satisfação do dever cumprido, mesmo diante das dificuldades.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pesquisa que incentivou e possibilitou o atendimento de condições objetivas para realização do mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

Agradeço imensamente aos docentes Dr. Adriano Nascimento e Dr. César Maranhão que compuseram a banca examinadora, pelas importantes contribuições trazidas para o aprimoramento e continuidade da pesquisa.

À Profa. Dra. Clarissa Maranhão, minha orientadora, gratidão pela atenção e pelos desafios colocados que me instigaram a continuar e a amadurecer enquanto pesquisadora.

Aos professores e às professoras do Curso de Serviço Social da Ufal/ Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, em especial ao Dr. Japson Gonçalves, meu orientador à época, que efetivamente comprometeram-se com a formação profissional e acadêmica contribuíram e incentivaram a continuidade dos estudos da pesquisa na graduação, com a realização do mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/Ufal), pelos momentos de aprendizado e de parceria na busca do conhecimento nas disciplinas obrigatórias e eletivas, que incentivam a continuidade da pesquisa com a realização do doutorado.

Às minhas amigas, colegas de profissão e do mestrado, por compartilhar os momentos difíceis e especiais da vida acadêmica e da vida pessoal, seu apoio foi fundamental para a construção e finalização desta pesquisa.

E, finalmente, agradeço às minhas mães, Rosélia, Rosângela e Maria José, sem as quais eu não teria o apoio e o carinho necessário para enfrentar essa etapa da minha vida acadêmica. A vocês, dedico com amor todo o esforço desempenhado na construção dessa dissertação.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar as conexões que se estabelecem entre a regulação da superpopulação relativa e a atenuação das desigualdades sociais, especialmente nas suas manifestações expressas na acentuação da pobreza e do desemprego. O estudo sobre os programas de inclusão produtiva visa compreender a sua funcionalidade no cenário brasileiro e analisar as profundas contradições que circunscrevem o contexto da sua operacionalidade no eixo da proteção social à classe trabalhadora. Considera a crise estrutural do capitalismo no contexto de financeirização, mundialização e superexploração da força de trabalho como imprescindíveis para as reflexões desse estudo. A perspectiva que orienta nossa análise fundamenta-se no método materialista histórico-dialético e na teoria marxista da dependência, visando desvendar conceitos, polêmicas teóricas e algumas contradições entre as tessituras dos programas de inclusão produtiva e a atenuação das desigualdades sociais. Tudo nos leva a crer que no cenário atual do capitalismo contemporâneo brasileiro dependente e periférico há um fortalecimento do projeto político e econômico da classe dominante em detrimento das medidas políticas de combate à desigualdade social.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Crise estrutural; Superpopulação relativa; Questão Social; Desigualdades sociais; Inclusão Produtiva

## ABSTRACT

The aim of this paper is to study the connections between the regulation of relative overpopulation and the attenuation of social inequalities, especially in their manifestations expressed in the accentuation of poverty and unemployment. The study of productive inclusion programs aims to understand their functionality in the Brazilian scenario and analyze the deep contradictions that circumscribe the context of their operation in the axis of social protection for the working class. It considers the structural crisis of capitalism in the context of financialization, globalization and overexploitation of the workforce as essential to the reflections of this study. The perspective that guides our analysis is based on the historical-dialectical materialist method and the Marxist theory of dependency, with the aim of uncovering concepts, theoretical polemics and some contradictions between the productive inclusion programs and the mitigation of social inequalities. Everything leads us to believe that in the current scenario of contemporary Brazilian dependent and peripheral capitalism there is a strengthening of the political and economic project of the ruling class to the detriment of political measures to combat social inequality.

**Keywords:** Capitalism; Structural crisis; Relative overpopulation; Social question; Social inequalities; Productive inclusion.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>7</b>   |
| <b>2 DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: ANÁLISE ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL .....</b>                                       | <b>13</b>  |
| 2.1 A acumulação originária do capital e constituição do capitalismo .....  | 14         |
| 2.2 Capitalismo concorrencial e as raízes históricas da questão social .....  | 26         |
| 2.3 Capitalismo monopolista, crises cíclicas e enfrentamento da questão social.....   | 41         |
| <b>3 ELEMENTOS MACROSSOCIETÁRIOS PARA COMPREENSÃO DAS REPERCUSSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS.....</b> | <b>56</b>  |
| 3.1 Crise estrutural do capital e capitalismo contemporâneo .....   | 57         |
| 3.2 Particularidades da crise no Brasil e o padrão de especialização produtiva.....   | 69         |
| 3.3 A articulação entre a financeirização e o neodesenvolvimentismo no Brasil .....   | 81         |
| <b>4 A INCLUSÃO PRODUTIVA COMO EIXO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL .....</b>  | <b>93</b>  |
| 4.1 Determinantes econômicos do surgimento da inclusão produtiva: ênfase na sua localização no meio urbano.....                                     | 94         |
| 4.2 Impactos da financeirização na composição do público-alvo dos programas de inclusão produtiva urbana .....                                      | 108        |
| 4.3 A contraditória funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana .....   | 122        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>133</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>138</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é necessário destacar que o interesse pelo estudo acerca da inclusão produtiva foi iniciado ainda na graduação, em razão da relevância da temática, no cenário brasileiro, no contexto das implicações neoliberais na política de assistência social, a aproximação e a relação entre a referida política social e a inclusão produtiva assentava-se no fato de que, por meio desta, se apresenta como principal premissa a tentativa de responder algumas das expressões fenomênicas da desigualdade social, como o desemprego e a extrema pobreza em que se encontrava uma camada de trabalhadores brasileiros, incluídos na superpopulação relativa que, conseqüentemente, tornava-se alvo da regulação do Estado. Naquele momento, os estudos realizados para produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) derivaram de indagações sobre o tema que, apesar de destacar a sua conexão direta com a política de assistência social, também apresentava brevemente a articulação que a temática possuía por outro lado com as políticas de educação e de trabalho, emprego e renda.

Em razão dos limites da pesquisa e das análises realizadas naquele momento, durante a construção do TCC, somados a pretensão em seguir a via acadêmica da profissão, elaboramos uma proposta de aprofundamento e amadurecimento da produção teórica que nos possibilitaram o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Na direção de contribuir com o aperfeiçoamento acadêmico e profissional da atuação do assistente social, que enquanto profissão socialmente legitimada e reconhecida na divisão sociotécnica do trabalho, tem como primordial em sua atuação o reconhecimento das determinações históricas, políticas e econômicas da sociabilidade capitalista e da manifestação das expressões da questão social na realidade. Reconhece ainda as transformações que essas determinações sofrem derivadas da configuração do atual estágio contemporâneo do capital, do fundamento e das repercussões de sua crise estrutural, somadas a suas medidas estratégicas para restauração do processo de expansão do capital têm alterado as relações sociais e redefinido o papel do Estado diante do agravamento das expressões da questão social. Além de alterar os parâmetros de constituição do sistema de proteção social, com grandes implicações para as políticas sociais, sentenciando uma profunda regressão dos direitos sociais, fazendo com que a atribuição e a contribuição profissional do assistente social esteja inserida nessa realidade e, portanto, não possam ser analisadas criticamente de maneira isolada.

Nesse sentido, a atuação do assistente social é condicionada pelas conseqüências que as contradições próprias à reprodução da dinâmica capitalista trazem para sociedade e

principalmente para a classe trabalhadora, em especial com as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, marcadas por períodos de inclusão e exclusão do trabalhador, no processo de exploração de sua força de trabalho, evidenciando-se uma rotatividade de entradas e saídas marcadas por mudanças significativas no processo do trabalho. Isso requer do assistente social uma atuação qualificada na sua intervenção de maneira competente e comprometida com a classe trabalhadora, em que pese a perspectiva histórico-crítica e a sua relativa autonomia, dentro dos limites dessa sociabilidade. Em coerência com o posicionamento hegemônico da profissão, defendemos como marco teórico, em que se fundamenta a pesquisa aqui realizada, o enfoque dialético crítico inspirado na teoria marxista e marxiana, por entender que ele nos auxilia a desvendar os processos sociais através da contradição, ou seja, considerando a realidade vista sobre vários aspectos, assim como possibilita construir subsídios de intervenção e proposição para o real.

Assim, em nossa pesquisa, o problema que constitui o objeto de nossa investigação foi delimitado a partir da seguinte questão: Quais as conexões entre a forma como os desdobramentos da superpopulação relativa, da intensificação do desemprego e da miséria da classe trabalhadora são determinantes para atuação estatal através dos programas de inclusão produtiva urbana e a maneira como esses programas no interior das agendas de governo são contraditoriamente funcionais ao enfretamento das desigualdades sociais? Tal problematização contempla a realização de uma busca para compreender a articulação de um conjunto de conceitos e de proposições no interior de uma conjuntura específica, periférica e brasileira, que se pretende analisar criticamente, com o objetivo de dar sustentação à compreensão do problema de pesquisa e nessa direção caminhar numa aproximação constante e sucessiva rumo à totalidade do real. Assim, buscamos alcançar a compreensão das particularidades que compõe o resultado efetivo dos programas de inclusão produtiva urbana, construindo, por fim, o concreto pensado acerca do existente no plano da realidade.

Em busca de respondermos essa problematização, partimos do pressuposto de que não existe uma relação de identidade entre o que é projetado nos programas e o que é realizado efetivamente na realidade. Assim, identificar tais ambivalências entre o que preconizam tais programas e a realidade visualizada na contemporaneidade, constitui um caminho importante para a presente pesquisa. Outra hipótese que formulamos na tentativa de responder o problema diz respeito à necessidade de realizarmos uma avaliação crítica acerca da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana, enquanto uma estratégia de regulação da superpopulação relativa e de atenuação do desemprego e da pobreza. Essa avaliação é dedicada a compreensão da configuração desses programas sociais, o que

pressupõe conhecer e explicitar sua dimensão, significado, abrangência, funções, efeitos, enfim, todos os elementos que atribuem forma e significado a eles, em sua inserção na totalidade e na dinâmica da realidade. Considerando, ainda e especialmente, a conjuntura político-econômica que contempla o processo de financeirização do capitalismo, de mercantilização dos direitos, serviços e políticas sociais, de desconfiguração e desistoricização da concepção de questão social na contemporaneidade brasileira e de manutenção da dinâmica reprodutiva do capital, no sentido de fortalecer o projeto político-econômico da burguesia. Portanto, não buscamos realizar julgamento de valor positivo ou negativo, muito menos nos restringir a uma avaliação de custo-benefício desses programas, no sentido de avaliar sua eficácia e eficiência.

Quando analisamos a produção bibliográfica acerca da inclusão produtiva, ainda que de maneira breve e sem pretensão de esgotarmos o estudo do objeto que demonstra ser complexo e extenso, identificamos que o termo ainda carece de uma classificação teórico e político-pragmática mais rigorosa para ser encarado de fato como política social.

Dessa forma, ainda que nossa análise esteja situada e limitada ao tratamento do conceito de inclusão produtiva e sua implementação a partir dos programas sociais – que se encontram delimitados pelo marco temporal que caracteriza os períodos político governamentais do Partido dos Trabalhadores (PT) em que se desenvolvem –, visamos contribuir com a sistematização de uma produção teórica que venha possibilitar um debate sobre o tema a partir de uma visão crítica que possa timidamente destacar as conexões contraditórias entre esta temática e as expressões da desigualdade social, a exemplo do desemprego e da pobreza.

Acerca das desigualdades sociais, buscamos resgatar em uma análise da produção teórica já bastante amadurecida, tanto no serviço social quanto no campo das ciências sociais, os principais determinantes socioeconômicos do capitalismo e os elementos macrosociedade da conjuntura de crise estrutural do capital, como base para compreendermos a essência da questão social, suas raízes históricas e o acirramento do conjunto de expressões das desigualdades sociais, no que diz respeito à questão social engendrada na sociedade capitalista. Para além das leituras clássicas, de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Ernest Mandel, Vladimir Lenin, acerca dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo, da classe trabalhadora e dos processos de trabalho que muito contribuíram em termos de fundamentos teóricos para compreendermos as determinações e principais elementos da conjuntura que envolvem a utilização dos programas de inclusão produtiva urbana, na regulação da superpopulação relativa e na atenuação das desigualdades sociais.

Objetivamos, em sentido amplo, analisar a funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana, como estratégia de regulação da superpopulação relativa e de atenuação da pobreza e do desemprego pelo Estado burguês que, apesar de possuir uma direção hegemônica não significa, que em seu interior não existam uma constante luta entre sujeitos com diferentes de interesses político-econômicos. Especificamente, buscamos ao longo da dissertação compreender a relação contraditória entre capital e trabalho, a constituição da classe trabalhadora, as formas de expropriação de força de trabalho e a formação de uma superpopulação relativa nos países centrais e periféricos, buscando-se articular o conhecimento acerca do desenvolvimento capitalista e a questão social, também refletir sobre as determinações da crise estrutural do capital, suas repercussões para a classe trabalhadora e as estratégias do capital para atenuar os impactos e manter a reprodução do sistema nos países centrais e periféricos. E não menos importante, analisar as transformações no mundo do trabalho a partir das expressões fenomênicas do desemprego, da pobreza, da precarização e a atuação dos programas de inclusão produtiva urbana diante dessa realidade.

Por sua vez, a justificativa e a relevância social da realização desta pesquisa, por tudo que expomos até aqui, encontra-se no fato de que os desdobramentos na atualidade das transformações no mundo do trabalho – a reestruturação produtiva, a flexibilização, a precarização e a desregulamentação do trabalho – demonstram que sua análise, por si só, já é de extrema importância para compreendermos a dinâmica político-econômica da classe trabalhadora, dos processos de trabalho e da necessidade de construção e reorganização de um sistema de proteção social.

Tal importância torna-se ainda mais proeminente quando relacionamos tais desdobramentos do mundo do trabalho com as respectivas implicações diretas na intensificação do desemprego e no agravamento da miséria da classe trabalhadora que, enquanto superpopulação relativa, torna-se público-alvo de ações político-governamentais implementadas através de programas sociais destinados a atenuar a reprodução do desemprego e da miséria. Como é o caso dos programas sob o eixo da inclusão produtiva, os quais, segundo Silva (2020), abrigam políticas heterogêneas que passam a constituir um quadro de estratégias governamentais diferenciadas para a inclusão produtiva no meio urbano e no meio rural; sendo evidenciadas e discutidas as orientações da inclusão produtiva urbana, que estão voltadas ao estímulo à geração de trabalho e renda através de iniciativas pela via da promoção de negócios autônomos individuais e coletivos.

Por outro lado, nesse contexto de mudanças e (re)configurações no modo de produção capitalista, a integração ao “mundo do trabalho” não é garantia efetiva de segurança das

condições dignas de trabalho e subsistência, dos direitos advindos da condição de trabalhador e da formalidade do vínculo empregatício, tratada dentro do circuito do direito ao trabalho. Consequentemente, situa-se aqui um campo cheio de contradições e desafios a ser percorrido na realização dessa pesquisa.

Como se sabe, a funcionalidade estatal foi moldando-se de acordo com as necessidades de reprodução do sistema do capital ao longo de seus estágios de desenvolvimento. Na atualidade, no estágio do capitalismo contemporâneo, o Estado terá como uma de suas estratégias de regulação da superpopulação relativa o uso da inclusão produtiva no mundo do trabalho para aqueles que são aptos, mas não se encontram inseridos no processo produtivo. Dessa maneira, resgatamos os fundamentos teóricos localizados nas determinações socioeconômicas do desenvolvimento capitalista e da sua conexão com a questão social como elementos primordiais para subsidiar nossa análise e reflexão acerca das profundas contradições que envolvem a sociedade capitalista contemporânea, que ao serem localizadas no cenário brasileiro, assumem uma peculiaridade fundamentada pela superexploração, pelo caráter periférico e dependente da economia que se aprofundam no Brasil com o modelo econômico-social neodesenvolvimentista, refletindo uma clara opção do Estado em privilegiar o mercado e o setor financeiro através de políticas econômicas ao lado de políticas sociais, que são ofertadas para que se possam assegurar os direitos dos cidadãos enquanto consumidores.

Em síntese, para metodologicamente alcançarmos os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa teórica, com vista a desvendar conceitos, discussões polêmicas que estão circunscritas na totalidade em que está inserido o objeto. Para isso, sendo consultadas produções teóricas que acompanham e subsidiam a análise real do processo histórico e para que, com base nessa fundamentação, ter uma interpretação histórico-crítica dos dados estatísticos a serem consultados nas bases de dados e indicadores, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que propiciaram um alcance de importantes informações sobre o objeto na quarta seção desta dissertação.

Em relação à sistematização da dissertação, a organizamos em três seções, além da Introdução. Na segunda seção, iremos tratar especificamente sobre a relação contraditória entre trabalho e capital, mediada pela exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista buscando compreender, a partir dos determinantes socioeconômicos, como se deu seu processo de constituição e sua vinculação com a questão social, além de analisarmos a correlação entre a superpopulação relativa, a pobreza e o desemprego, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Além de apreender como o ciclo reprodutivo do capital, em

sua regularidade sucessiva de fases de ascensão e declínio da expansão capitalista, localizadas em suas crises, afetam a sociabilidade demonstrando a partir do agravamento da questão social a necessária intervenção do Estado.

Na seção seguinte, buscamos analisar os fatos determinantes da crise estrutural do capital, suas repercussões para a classe trabalhadora e as estratégias do capital para atenuar seus impactos, mantendo a reprodução do sistema que são configuradas nas necessárias transformações societárias da sociabilidade e do modo de produção capitalista para restaurar o processo de acumulação do capital em escala ampliada. Ainda nessa seção, buscamos apreender as peculiaridades da crise estrutural no Brasil e as repercussões para a classe trabalhadora, destacando as alterações no padrão de proteção social brasileiro, a partir do processo de contrarreforma, de reestruturação produtiva e de desregulamentação guiados pela ideologia neoliberal.

Finalizando com a quarta seção, objetivamos analisar os elementos da desigualdade social derivados das repercussões da crise, da contrarreforma, e da transformação no mundo do trabalho para a classe trabalhadora no Brasil, como o aumento do desemprego, da pobreza, da precarização e da superexploração da força de trabalho, como pressupostos econômicos para apreender o surgimento do eixo de inclusão produtiva urbana, sustentado pela perspectiva neodesenvolvimentista e suas contradições. Bem como entender a configuração e as funcionalidades dos programas de inclusão produtiva enquanto estratégia de atenuação da pobreza, do desemprego como desigualdade social no país, ao mesmo tempo em que atua estrategicamente na regulação da superpopulação relativa na contemporaneidade.

## **2 DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: ANÁLISE ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL**

Nesta seção, centramos nossos estudos guiados pela perspectiva analítica histórico-crítica como base norteadora para a análise que iremos realizar, em primeiro lugar, sobre as determinações sócio-históricas da formação do capitalismo, buscando compreender o processo de constituição da acumulação originária do capital, destacando a relação contraditória entre capital e trabalho como elemento fundamental do capitalismo e ponto de partida para elucidarmos as bases essenciais da questão social.

Ao analisarmos as bases da exploração da força de trabalho situamos as distinções presentes no processo de formação social dos países centrais e dos países periféricos, onde nos primeiros temos como base da formação do proletariado a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção pela classe dominante e a transição para o capitalismo a partir do feudalismo majoritariamente, e em alguns casos temos também a transição ao capitalismo a partir de formas de trabalho compulsório. No caso dos países periféricos, a exemplo do Brasil, temos a formação da classe trabalhadora assalariada a partir da articulação entre formas de trabalho livre e compulsória, pois a transição para o capitalismo deu-se aqui a partir do escravismo e da colonização. Situando-se aqui com a realização da divisão sociotécnica do trabalho a desobstrução para a subsunção formal do trabalho pelo capital, inaugurando-se simultaneamente uma contradição dada a impossibilidade de incorporação do proletariado na mesma velocidade em que ele era constituído.

Na segunda subseção, discorreremos com base no processo de transformação da subsunção formal em subsunção real do trabalho pelo capital, sobre os elementos sócio-históricos e econômicos do desenvolvimento da produção, especificamente capitalista, em seu estágio concorrencial, apontando traços específicos dos países centrais e dos países periféricos, além de buscar elucidar a sua articulação com a gênese da questão social, cuja compreensão da sua essência está presente e é fundamentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista. A partir da qual buscamos apreender as mediações fornecidas pelo surgimento de uma superpopulação relativa e da pauperização da classe trabalhadora de maneira a compreender sua articulação com o processo de acentuação da condição de miséria daquela classe, ao passo que noutro polo se estabelecia a acumulação privada de riquezas.

No terceiro item, reservamos um importante espaço para apresentarmos as contribuições acerca da natureza imanente da reprodução cíclica do capital com sua ascensão, declínio e crise, destacando sua importância, tanto para o processo de transição do estágio

capitalista concorrencial para o estágio monopolista, quanto para consolidação deste estágio do capital onde conseguimos localizar o fundamento e os efeitos das crises de superacumulação em sua caracterização temporal, como ondas longas que propiciam o acirramento da questão social e, em função disso, o surgimento das políticas sociais no estágio monopolista. Assim, tornando-se marcantes ao período de transição entre a forma liberal para a forma social do Estado, levando-se em consideração as particularidades que as expressões da questão social e das políticas sociais assumem tanto nos países centrais quanto nos países periféricos.

Por sua vez, analisamos os desdobramentos do imperialismo, destacando aspectos fundamentais como a formação do capital financeiro e de sua oligarquia, a articulação da mundialização do capital, dando especial enfoque aos aspectos de dominação e exploração entre os países centrais e os países periféricos; e a busca pela maximização dos lucros direciona a intervenção do Estado, diante da flagrante necessidade de regulação das expressões da questão social, a partir da expansão das políticas sociais com a fragmentação daquela em expressões individuais dadas as configurações da crise do capital, seja ela cíclica ou estrutural.

## 2.1 A acumulação originária do capital e constituição do capitalismo

Em princípio, o desenvolvimento da pesquisa aqui realizada busca analisar a utilização dos programas de inclusão produtiva<sup>1</sup> como estratégia tanto de atenuação das expressões da questão social<sup>2</sup> quanto de regulação da superpopulação relativa<sup>3</sup>. O caráter estratégico dos programas de inclusão produtiva é devido, de acordo com Silva (2020), ao fato de tais programas serem dirigidos, primordialmente, a parcelas da classe trabalhadora que estão aptas para o labor, porém se encontram em situação de vulnerabilidade social<sup>4</sup>, com o propósito

---

<sup>1</sup> Segundo Silva (2020, p.14), eles oferecem um rol extenso de serviços, tais como: formação educacional básica, capacitação técnica e profissionalizante, apoio a micro empreendimentos, serviços de intermediação laboral ou até mesmo, geração de empregos direta (via contratação por órgãos públicos) e indireta (via subsídios econômicos a empresas para a contratação de determinados segmentos sociais).

<sup>2</sup> “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (Iamamoto, 2001, p.16). Nesse sentido, buscamos nesta primeira seção resgatar as bases fundamentais de constituição da sociabilidade capitalista e da gênese da questão social, cujo tratamento não é unívoco, pelo contrário é constituído por diferentes concepções e perspectivas de intervenção diante do acirramento de suas expressões.

<sup>3</sup> O que a experiência em geral mostra ao capitalista é uma superpopulação constante, isto é, superpopulação em relação à necessidade momentânea de valorização do capital, apesar de que seu fluxo seja constituído de gerações humanas atrofiadas, cuja vida se consome depressa, que rapidamente se suplantam, como se fossem, por assim dizer, colhidas prematuramente (Marx, 1996, p.382).

<sup>4</sup> Segundo Albuquerque (2009), o nível de vulnerabilidade social em que se encontra a classe trabalhadora que não tem garantidas suas necessidades básicas expõe o grau de subordinação a que a referida classe é submetida

principal de contribuir para a “geração de oportunidades de trabalho e renda” (Ibid., p. 21) para aquela camada de trabalhadores. Assim, é necessário resgatar nesta subseção as determinações sócio-históricas da gênese do capitalismo tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, pois tais determinações requisitam de nós uma análise sobre um processo que Marx denominou como “acumulação originária do capital”, que serve como um marco revolucionário de um processo no qual o capital se apodera dos resultados da organização produtiva transformando as relações sociais de produção ao atribuir-lhe conteúdos capitalistas.

Tal resgate sócio-histórico acerca da relação contraditória entre capital e trabalho, que constitui a base fundamental da sociabilidade capitalista, nos serve de ponto de partida e fundamento para elucidar os determinantes essenciais da gênese da questão social e do acirramento de suas expressões. Sendo assim, nos possibilita realizar uma análise crítica da tendência teórico-política, de cariz liberal, que concebe as expressões da questão social apenas enquanto alvo das estratégias regulatórias do capital, a exemplo dos programas de inclusão produtiva que visam garantir autonomia de renda e combater o ciclo geracional da pobreza, a qual adiante será tratada com maior aprofundamento.

Como já mencionado, a base fundamental da sociabilidade capitalista se particulariza por uma relação social estabelecida entre proletariado (detentor da força de trabalho) e burguesia (detentora da propriedade privada dos meios de produção) que constituem as classes sociais fundamentais da sociabilidade capitalista. Tal relação social é mediada pela troca de valores produzidos pela força de trabalho, na qual o proletariado recebe o valor necessário<sup>5</sup> para sua reprodução social e produz um valor excedente<sup>6</sup> apropriado pelo capitalista. Ou seja, a mediação consiste na forma salário<sup>7</sup> que “extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago” (Marx, 1985, p.130).

Nesse sentido, a relação social existente entre classe exploradora e classe explorada, que não é exclusiva ao capitalismo e existiu entre os diferentes modos de produção como o

---

diante da precarização das relações e condições de trabalho, agregada ainda ao elevado nível de desemprego, que por outro lado também demonstra o aumento da parcela da classe trabalhadora nessa situação de vulnerabilidade social como demanda das políticas sociais de maneira geral e em especial da política de assistência social.

<sup>5</sup> “O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador” (Marx, 1985, p.23).

<sup>6</sup> “o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto-valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de seu próprio valor” (Marx, 1985, p.130).

<sup>7</sup> “o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário” (Marx, 1996, p.37).

escravismo e o feudalismo. Particulariza-se no capitalismo pela constituição de uma classe de “trabalhadores livres” que foram expropriados violentamente de seus meios de produção e que, para sobreviverem, fundam relações sociais de produção com a burguesia a partir do trabalho assalariado. Ele oculta a produção e a expropriação do valor excedente que a força de trabalho como mercadoria única é capaz de criar, como se a força de trabalho produzisse apenas o valor necessário para sua reprodução social que lhe é repassado através do salário. Assim, a relação entre o valor necessário e o valor excedente criado pela força de trabalho durante um período fornece a constituição da taxa de mais-valia<sup>8</sup> que decorre diretamente da taxa de exploração do trabalho pelo capital.

É necessário destacar que, na Inglaterra, a formação dessa classe de “trabalhadores livres” não ocorreu de maneira natural, pelo contrário, deu-se por meio de um processo histórico, cuja inauguração naquele país é assumida enquanto um marco revolucionário no qual as forças produtivas da sociedade, organizadas num modo de produção, encontram entraves para sua reprodução dada às determinações políticas, econômicas e sociais que anteriormente lhe havia proporcionado o desenvolvimento. Aqui, entram em contradição as forças produtivas em desenvolvimento e as relações sociais de produção existentes, implicando numa necessidade de superar e transformar o modo de produção, até então em voga, para que se organize um novo modo de produção que atenda às necessidades das forças produtivas e das relações sociais existentes.

Como expõe Wood (2000), o ponto crucial da transformação das relações sociais de produção estava enraizado no campo, em razão da expropriação dos trabalhadores pelos burgueses que concentravam grandes propriedades de terras, da perda do acesso direto aos meios de produção e do estabelecimento dos arrendamentos como via para acessar a terra, enquanto meio de produção, temos “a tríade de proprietários de terras vivendo da renda da terra capitalista, arrendatários capitalistas vivendo do lucro e trabalhadores vivendo de salários” (Ibid., p.23). Em resumo, destaca a autora que essa dinâmica específica do campo na Inglaterra pode ser caracterizada como um “capitalismo agrário”, sendo este um fator decisivo para a formação dessa massa de trabalhadores livres e para o desenvolvimento do capitalismo nos demais setores.

A constituição do modo de produção e organização social capitalista nos países centrais foi caracterizada inicialmente de maneira majoritária, mas não exclusiva, num período de transição do feudalismo ao capitalismo, enquanto nos países periféricos temos tal

---

<sup>8</sup> “Dada a duração da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho” (Marx, 1985, p.31).

processo de constituição do capitalismo e de formação social caracterizado pelo processo de implantação de formas de trabalho compulsórias, em especial a escravização.

No Brasil, as transformações nas relações sociais de produção tiveram o escravismo colonial como base constituinte de uma acumulação originária que, posteriormente, contribuiu para a expansão capitalista. Pois, de maneira geral, a formação das colônias durante o período de constituição e expansão do capitalismo consistiu num componente estrutural sob o qual a apropriação e exploração dos recursos naturais e da população tanto nativa quanto aquela que foi traficada para fins de sua própria comercialização e exploração de sua força de trabalho, contribuíram para a acumulação das metrópoles mediante a apropriação do excedente advindo da produção escravista colonial.

Buscamos estabelecer, ainda que brevemente, um diálogo entre as diferenciações da constituição do capitalismo e da formação social entre os países centrais, a Inglaterra como exemplo; e os países periféricos, utilizando como exemplo o Brasil, de maneira a nos possibilitar uma maior aproximação com o objeto e com as demais discussões que serão realizadas nas próximas seções.

Para isso, levamos em consideração as fundamentais determinações da constituição do modo de produção e organização social capitalista: a acumulação originária de capital, a constituição do proletariado, e os progressos da técnica aplicada à produção. Ao tratar sobre a acumulação de capital, Marx nos informa que,

A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation* em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida (Marx, 1985, p.261, grifos do autor).

O exposto nos permite compreender o caráter primitivo dessa acumulação que, apesar de não ser suficiente para caracterizar uma acumulação genuinamente capitalista, vai se constituir enquanto condição necessária para posteriormente haver a produção e a acumulação capitalista. Cabe destacar também que a acumulação primitiva não pode ser compreendida somente enquanto parte constituinte do processo de origem da sociedade capitalista, pois ela ao conter um aspecto essencial a todas as fases do desenvolvimento capitalista que é a sua relação com a produção e expropriação de mais-valia, demonstra ser um processo estrutural e não apenas genérico. Em síntese, a referida acumulação está diretamente relacionada à produção de mais-valia, que se vincula a relação existente entre dois polos opostos, de um

lado grandes massas de capital e do outro lado a formação de massas de “trabalhadores livres” para vender sua força de trabalho e produzir mercadorias. Marx destaca nesses polos a existência de:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles (Marx, 1985, p.262).

Enfatizamos com as palavras de Marx o que já mencionávamos acerca da relação social que surge do contato entre possuidores dos meios de produção e vendedores de sua força de trabalho. Que na superficialidade do plano imediato é interpretada pelos clássicos da economia política enquanto uma relação de troca igualitária entre indivíduos detentores de produtos diferentes. Contudo, quando analisada cuidadosamente, tal relação social expõe em sua particularidade fundada no trabalho assalariado, a existência da exploração de uma classe por outra classe em função da separação do trabalhador dos meios de produção, havendo conseqüentemente uma classe dominante e uma classe dominada econômica, política e socialmente. É justamente, através da relação de assalariamento estabelecida entre trabalhador e detentor dos meios de produção e capital, com vistas à valorização da soma-valor, que o burguês irá se apropriar do mais-valor produzido durante o tempo de trabalho excedente do trabalhador.

Com base em Ianni (1978) ao estabelecermos uma aproximação entre o processo de acumulação originária destacado por Marx, que ocorreu na Europa a partir da implantação do trabalho livre, e o processo de acumulação originária nos países periféricos baseados na implantação de distintas formas de trabalho compulsório, sendo o escravismo colonial a principal, veremos então uma questão paradoxal e contraditória na qual “a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa precisava fundamentar-se na escravatura, sem disfarces, no Novo Mundo” (Marx, 1968, apud Ianni, 1978, p. 4).

Em síntese, o processo de acumulação originária se desenvolve de maneira articulada ao processo de reprodução do capital comercial, sem que esse implique diretamente no desenvolvimento do capitalismo, pois a esse processo de gênese do capitalismo se articulam demais fatores políticos, sociais e econômicos que à medida que se expandiam, propiciava o surgimento das condições estruturais a partir das quais iria se desenvolver o capitalismo. Segundo Ianni (1978), a coexistência paradoxal e contraditória no processo de constituição do

capitalismo entre as formas de trabalho livre e compulsório nos países centrais e as formas de trabalho compulsórias, a exemplo do trabalho escravo nos países periféricos nos possibilita compreender que o processo de escravização colonial estava contribuindo para formação do operariado ao estar estreitamente relacionada ao processo de gestação do capitalismo na Europa.

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 1985, p.262).

Então, para que se constitua essa relação entre vendedores da força de trabalho e detentores da propriedade privada dos meios de produção é necessário ocorrer um processo de liberação dos trabalhadores vinculados ao campo e aos moldes do regime feudal no caso dos países centrais. Constituindo assim um processo de formação do proletariado, que se deu com a separação dos trabalhadores de seus meios e instrumentos de trabalho. Esse processo de separação não se deu de forma passiva e idílica, afirma Marx (1985), mas ao contrário tratou-se de um processo de expropriação violenta que “está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 1985, p.262). O autor enfatiza que o setor em que se forma a base de todo o processo da acumulação primitiva é no campo, com a expropriação da base fundiária do camponês que se realiza, sobretudo através dos cercamentos<sup>9</sup> e da dissolução dos séquitos feudais<sup>10</sup>. A consequência imediata disso se apresenta na eliminação dos direitos coletivos sobre o uso das terras e na eliminação das condições de subsistência desses indivíduos que estavam ligados ao cultivo e ao trabalho no campo.

“O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (Marx, 1985, p.264). Segundo o autor, quando ocorre o processo de substituição do cultivo da terra pela utilização da terra como pastagem para criação de ovelhas, visando atender a demanda da crescente manufatura de lã, também em razão do aumento no preço da lã, se mostrava financeiramente mais vantajoso realizar tal transformação na forma em que se utilizavam as terras, os pastos e as florestas.

---

<sup>9</sup> “As *enclosures* (cercamentos) que expulsaram os camponeses de suas terras e as converteram em campos de pastagem de ovelhas, enquanto dos camponeses expropriados e despossuídos emergiria o moderno proletariado” (Marx, 1996, p.36)

<sup>10</sup> “Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal” (Marx, 1985, p.264).

Com a Revolução Gloriosa<sup>11</sup>, ocorrida no século XVII, segundo Marx (1985) também ocorre no setor agrário um processo de comercialização e até mesmo de usurpação das terras pertencentes ao Estado. Isso tudo, visando atender aos interesses dos capitalistas em “transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres” (Marx, 1985, p. 268).

De acordo com Ianni (1978), o processo de formação social brasileira esteve vinculado ao escravismo colonial, sendo com base nesse aspecto que o escravo, seja ele negro, mulato, indígena ou mestiço, esteve na origem do proletariado. Pois, “na base do arcabouço de cada formação social, no entanto, havia dois elementos fundamentais: o trabalho compulsório e o vínculo com o capital comercial europeu” (Ibid., p.6). Dessa maneira, o valor criado pelo sobretrabalho realizado pelos escravos através da sua exploração encontra-se na base do lucro apropriado pelo capital comercial, o qual ao absorver grandes quantidades de mercadorias para exportação intensifica a ampliação e dinamização da produção dessas mercadorias nas colônias cujos regimes de produção precisam enlaçar o trabalhador junto aos outros meios de produção através das formas de trabalho compulsória como o escravismo.

Diferente dos países centrais que tem na formação da sua classe trabalhadora a relação de assalariamento entre explorados e exploradores, no caso dos países periféricos e colonizados, os trabalhadores não podem ser assalariados em virtude de duas condições principais que propiciavam a escravização entre negros e indígenas, a primeira estava relacionada a disponibilidade de terras devolutas que permitiriam aos assalariados evadir desses formatos de trabalho extenuantes e transformando-se em produtores autônomos, e a segunda relacionava-se a ausência de grandes reservas de força de trabalho a serem encaminhadas pelos colonizadores às colônias exploradas, por isso a generalização do trabalho escravo entre os indígenas nativos e os negros traficados da África. Sobre essa questão, Ianni (1978) reforça a importância de reconhecer a comercialização dos escravos como um grande e lucrativo negócio para os comerciantes dos países colonizadores, demonstrando que “a dinâmica do capital mercantil envolvido no tráfico era um elemento importante na manutenção e expansão da escravatura nas colônias” (Ibid., p.11).

Marx (1985) destaca que durante todo o século XVIII na Inglaterra teve continuidade aquele processo de usurpação das terras estatais, nesse momento com o apoio do Parlamento foi possível aos senhores latifundiários através de decretos e da própria lei tornar propriedade

---

<sup>11</sup> “Trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal” (Marx, 1985, p.268).

privada o que antes pertencia ao regime comunal de propriedade. “No século XIX perdeu-se, naturalmente, mesmo a lembrança da conexão entre lavoura e propriedade comunal” (Marx, 1985, p.271), é quando temos acentuada a expropriação dos camponeses através do que Marx chamou de *Clearing of Estates*<sup>12</sup>.

“Os próprios servos, ao lado dos quais houve também pequenos proprietários livres, encontravam-se em relações de propriedade bastante diferentes e foram, por isso, emancipados também sob condições econômicas muito diferentes” (Marx, 1985, p. 280). Aqueles pequenos proprietários livres tornaram-se arrendatários que graças aos avanços proporcionados pela Revolução Agrícola<sup>13</sup> se beneficiaram com a expropriação dos camponeses. Pois, o que antes os camponeses e sua família produziam para consumo próprio nas terras comunais foi tornado mercadoria pelos arrendatários que encontram nas manufaturas seu mercado interno. Com isso, o “trabalhador livre”, ao ser apartado dos meios de sua subsistência, se vê compelido a consumir os produtos com o salário advindo da venda de sua força de trabalho ao capitalista industrial.

Assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. [...] Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes – fiação e tecelagem – ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno. (Marx, 1985, p.283-284)

Apesar do desenvolvimento da manufatura e das transformações na agricultura se caracterizarem enquanto determinações relevantes para esse período de formação do capitalismo, a produção capitalista é alcançada quando o capital passa a controlar o processo de trabalho. Num primeiro momento, dá-se sob a forma de cooperação dos trabalhadores assalariados que eram reunidos pelo capitalista num mesmo local e trabalhavam “planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (Marx, 1988, p.246). Aqui, os trabalhadores

---

<sup>12</sup> “Clareação e dispersão do povo são seguidas como princípio inabalável pelos proprietários, como uma necessidade agrícola, do mesmo modo que as árvores e os arbustos nas selvas da América e Austrália são varridas, e a operação segue sua marcha tranquila e comercial” (Somers, 1848, apud Marx, 1985, p. 274).

<sup>13</sup> A revolução nas relações de propriedade fundiária foi acompanhada por métodos melhorados de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc., e porque os assalariados agrícolas não apenas foram obrigados a trabalhar mais intensamente, mas também o campo de produção, sobre o qual trabalhavam para si mesmos, se contraía mais e mais (Marx, 1985, p. 282).

ainda tinham controle sobre as técnicas produtivas e o capitalista detinha apenas o controle formal sobre o processo de trabalho, ou seja, havia aqui a subsunção formal<sup>14</sup>.

Em um segundo momento, o processo de trabalho com base na manufatura introduz a realização de uma divisão do trabalho<sup>15</sup> específica que conduz uma especialização das atividades e a destruição do conhecimento técnico do trabalhador, desobstruindo a via para transformação da subsunção formal em subsunção real<sup>16</sup> do trabalho pelo capital. No entanto, somente com a grande indústria, é possível a instauração da produção especificamente capitalista com a subsunção real do trabalho pelo capital, pois é com a incorporação dos progressos da técnica aplicados à produção possibilitados pela Revolução Industrial<sup>17</sup>. Que consequentemente estes progressos técnicos ligados diretamente a relação entre trabalho e capital, vinculam-se a necessidade de aumentar a capacidade de produzir e incorporar a tendência de divisão e especialização do trabalho, sendo tal tendência aprofundada entre a concepção dos processos produtivos e a sua realização.

As relações estabelecidas entre os países periféricos e os países colonizadores fez prosperar a partir do mercantilismo ou capital comercial, a concentração de capital nesses últimos a partir da exploração das colônias, através do trabalho escravo, cujos produtos e excedentes econômicos que foram exportados serviam para alimentar as manufaturas e as primeiras grandes indústrias que foram surgindo. Nessa direção “as formações sociais escravistas tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e

---

<sup>14</sup> “A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante” (Marx, 1996, p.359).

<sup>15</sup> A regra que se segue, *a priori* e planejadamente, na divisão do trabalho dentro da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas *a posteriori*, como necessidade natural, interna, muda, perceptível nas flutuações barométricas dos preços do mercado, subjugando o desregrado arbítrio dos produtores de mercadorias. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal o *bellum omnium contra omnes* preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies (Marx, 1996, p.470, grifos do autor).

<sup>16</sup> “O modo de produção especificamente capitalista deixa de ser ao todo um simples meio para a produção de mais-valia relativa, tão logo tenha-se apoderado de todo um ramo de produção e, mais ainda, de todos os ramos decisivos de produção. Ele torna-se agora a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção” (Marx, 1996, p.139).

<sup>17</sup> “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada” (Marx, 1996, p. 9). Corroborando, expõe Hobsbawm (2009, p.59): “ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma ‘economia industrial amadurecida’ para usarmos o termo técnico”.

repressão<sup>18</sup>” (Ianni, 1978, p.12) nos permitindo compreender que tais formações sociais que, num primeiro momento, foram essencialmente determinadas pela reprodução do capital comercial, posteriormente, a partir do século XVIII, passaram a ser centralmente determinadas pelas exigências do capital industrial em expansão, principalmente na Inglaterra, rompendo-se dessa maneira com as estruturas político-econômicas internas e externas derivadas do capital comercial ou do mercantilismo.

“Aliás, em meados do século XIX Marx já havia assinalado o caráter ‘anômalo’ e ‘formalmente burguês’ da formação social escravista nas Américas e Antilhas” (Ibid., p.17), podemos observar que nessa sociedade na qual as classes fundamentais eram constituídas pelo escravo e pelo senhor de escravos a dominação política e a apropriação econômica passaram a ser organizadas e direcionadas a produção e reprodução de mais-valia absoluta.

Apesar de seu nível de organização interna demonstrar que tais formações são capazes de resistir durante algum tempo às contradições externas e algumas internas, foi possível verificar que ainda no século XIX tais formações sociais entraram em crise e declínio, pois o “caráter anômalo” da formação escravista tornou-se explicitamente insustentável diante da dinâmica das relações sociais do capitalismo em expansão. Em outras palavras,

quando a produção industrial se tornou o núcleo do processo de acumulação, a esfera da comercialização precisou subordinar-se às exigências da produção. Isto é, o comércio de matérias-primas e manufaturados passou a ser comandado pelas exigências da reprodução do capital na esfera da produção. Daí porque a Inglaterra passou a combater a escravidão em suas próprias colônias (Ianni, 1978, p.23).

Nessa direção, o autor destaca o caráter pacífico<sup>19</sup> da abolição da escravidão no país e como este processo e o processo de independência política desenrolaram-se de maneira

---

<sup>18</sup> Segundo Ianni (1978, p.13), a alienação do trabalhador (escravo) característica dessas formações sociais implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em sua atividade produtiva, no produto do seu trabalho e em suas atividades religiosas, lúdicas e outras. Nessas condições, as estruturas de dominação eram, ao mesmo tempo, e necessariamente, altamente repressivas e universais, estando presente em todas as esferas práticas e ideológicas da vida do escravo (negro, mulato, índio e mestiço).

<sup>19</sup> Apesar da caracterização da abolição da escravidão como pacífica pelo autor ter como base o caráter de revolução pelo alto em que muitas das transformações político-econômicas no Brasil foram fundadas, não podemos desconsiderar que o processo abolicionista foi constituído também pelas tensões impostas pelas lutas sociais travadas pelos escravos. Moura (1986) nos permite compreender que se nos limitarmos ao entendimento da abolição apenas enquanto um processo pacífico e de revolução passiva, além de não alcançarmos a totalidade desse processo ainda estaríamos reforçando a exclusão do negro e escravo enquanto principal protagonista e agente histórico de transformação, assim “José Honório Rodrigues afirma que, ‘como reação ao sistema escravocrata, a rebelião negra, insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial’. É que essa ‘rebeldia negra’ antecede em muito o movimento abolicionista. [...] o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em sua crise irrecuperável do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar o mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram.” (Moura, 1986, p.81).

concomitante<sup>20</sup>, sendo até mesmo dinamizado e acelerado pela influência econômica e política da expansão capitalista inglesa que afetava, desde a abolição do tráfico de escravos, os investimentos no setor interno voltado a exportação, a difusão da perspectiva liberal inerente a formação do Estado nacional. O desenvolvimento concomitante do processo de abolição e de independência política através da criação do regime republicano não foi naturalmente ocasional, mas sim, derivado dos mesmos interesses políticos e econômicos de uma base social que estava vinculada aos desajustes e antagonismos presentes nas lutas entre duas frações da camada política e economicamente dominante, sendo a classe burguesa cafeeira maior interessada no desenlace da transição da formação social escravista para a formação social capitalista. “Aliás, não é por mero acaso que a escravidão sempre foi extinta principalmente devido a controvérsias e a antagonismos entre brancos” (Ibid., p.36).

Diante dessa crise e declínio do escravismo, tem-se início um processo de imigração<sup>21</sup> de força de trabalho europeia que logo se expande e tem como base o trabalho livre assalariado e não mais o trabalho compulsório. Assim, “a partir dos anos 1850, foram-se delineando os contornos das duas formações sociais diversas e progressivamente antagônicas: a escravista, cada vez menos dinâmica, e a capitalista, ganhando dinamismo crescente” (Ibid., p.25). Desse modo, com base em Ianni (1978) temos uma transformação revolucionária<sup>22</sup> nas relações de produção escravista que possibilitou a generalização do trabalho livre tanto pela abolição da escravidão quanto pela expansão da imigração de trabalhadores e permitiu que fossem inauguradas condições para o desenvolvimento das forças produtivas e de relações sociais entre classes sociais próprias do capitalismo. Outro aspecto importante da transição do regime de trabalho escravo para o de trabalho livre está presente no caráter repressivo e violento do regime escravista que ao estar sustentado pela apropriação de mais-valia absoluta subordina o escravo duplamente, pois enquanto pessoa é transformada em propriedade do senhor e enquanto força de trabalho é explorado de maneira a produzir muito além do que recebe para sobreviver, isso tudo sem dispor ao menos de condições para negociar com o

---

<sup>20</sup> Ianni (1978) destaca a Guerra do Paraguai nos anos 1864-1870, como um importante marco que evidenciou a limitação da formação social colonial e escravocrata enquanto um sistema político-econômico, ele enfatiza também que desde o fim dessa guerra verificou-se o desenvolvimento capitalista no Brasil com maior rapidez e intensidade. Desse modo, “praticamente todos os historiadores reconhecem que a Monarquia e a Escravatura entraram em declínio irreversível com essa guerra” (Ibid., p. 27).

<sup>21</sup> “O fenômeno imigratório foi tão notável, que a área pioneira e mais dinâmica da cafeicultura, situada no oeste da Província de São Paulo, baseou-se principalmente na força de trabalho não escrava, isto é, trabalhadores assalariados, colonos, meeiros etc.” (Ianni, 1978, p.25).

<sup>22</sup> Seria resultado do desenvolvimento de contradições político-econômicas configuradas nas seguintes categorias: escravidão e liberdade, escravo e mercadoria, cooperação e divisão social do trabalho, mais-valia absoluta e mais-valia relativa (Ianni, 1978, p.99).

senhor de escravos, ficando claro que “a mercadoria aparece diretamente como produto alienado de um produtor alienado” (Ibid., p.39).

Em razão de todo esse processo de expropriação da classe dominada e formação do proletariado, seja por meio da liberação da força de trabalho campesina ou por meio da transição do regime escravista, de organização da produção fomentada pelo capital industrial e seus avanços tecnológicos nos países centrais. Haverá o surgimento de uma contradição ligada ao modo de produção capitalista em formação, que é a impossibilidade de incorporação dos trabalhadores que se encontram divorciados de seus meios e instrumentos de produção, na mesma velocidade em que são despojados das suas condições de sobrevivência.

Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. (Marx, 1985, p.275)

A compreensão da base fundamental desta contradição, que está localizada na relação contraditória entre capital e trabalho, nos serve para analisar criticamente no estágio contemporâneo do capital as alterações na estrutura ocupacional do trabalho no país e diante delas as estratégias de ações político-governamentais que são formuladas e direcionadas enquanto oferta de programas de inclusão produtiva urbana no sentido de atenuar as desigualdades geradas na sociabilidade capitalista, fruto dessa contradição que não pode ser superada nos marcos do capitalismo. Ao passo que essa contradição demonstra ser insuperável, também explicita a necessidade de regulação das suas implicações que são agravadas pela incontornabilidade<sup>23</sup> da exploração e acumulação do capital, que em seu estágio contemporâneo assume um aspecto totalizante, como veremos adiante. Tais implicações assumem a forma de aumento do desemprego, da pobreza, e da desigualdade social num sentido amplo, sendo a atenuação e a regulação das mesmas essenciais de modo a incidir no rebaixamento da organização da luta de classes de maneira que a via da superação desta sociabilidade seja afastada do horizonte.

Resgatando a estratégia utilizada para regulação daquela massa de trabalhadores não incorporados no mercado de trabalho no período de constituição do capital, Marx (1985) destaca a criação de leis grotescas e terroristas que constituíam a denominada legislação

---

<sup>23</sup> Ao contrário da crença disseminada, popularizada pelos receios legítimos dos movimentos verdes, a sombra da incontornabilidade não é um fenômeno novo. Apesar de, sem dúvida, ter-se tornado bem mais obscura no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas, com os riscos da era nuclear, por um lado, e, por outro, com o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala. Ao contrário, é inseparável do capital como um modo de controle sociometabólico desde que este conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias (Mészáros, 2011, p. 133).

sanguinária<sup>24</sup>, “numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (Marx, 1985, p.277). A supracitada legislação objetivava punir essa massa de indivíduos considerados vagabundos e forçá-los ao trabalho por meio de iniciativas e instituições que gerenciadas pelo Estado visavam conter a proliferação da vagabundagem. Em resumo,

a organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, 1985, p.277).

Diante do exposto, o breve resgate das determinações sócio-históricas da gênese do capitalismo, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, nos permite compreender que esse processo não decorreu de causas naturais, pelo contrário está situado em determinações objetivas da realidade. Elas nos possibilitarão apreender a gênese desse modo de produção e organização da sociedade que ao expandir sua acumulação e desenvolvimento terá importantes conexões com o surgimento da questão social, cujos principais elementos históricos, a exemplo da criação de uma superpopulação relativa, serão tratados na seção seguinte.

## 2.2 Capitalismo concorrencial e as raízes históricas da questão social

Em princípio, a incorporação dos avanços técnicos na produção com a grande indústria confirmará o processo de subsunção real do trabalho pelo capital, em outras palavras é quando teremos a organização do processo de produção especificamente capitalista na Inglaterra e em seguida nos países europeus. Além disso, o capitalismo inglês, segundo Ianni (1978), também desenvolveu um importante papel no processo de abolição da escravidão no Brasil, tendo em vista a inconveniência e o descompasso das relações sociais de produção características do monopólio colonial e da escravidão que já não se mostravam adequadas à dinâmica das forças produtivas e das relações de produção próprias a expansão da acumulação capitalista inglesa, que agora era comandada pela produção industrial.

Sendo assim, importante resgatar as principais transformações desse período de expansão do capitalismo e sua configuração como estágio concorrencial, pois, foi neste

---

<sup>24</sup> “A legislação sobre o trabalho assalariado, desde o início cunhada para a exploração do trabalhador e em seu prosseguimento sempre hostil a ele, foi iniciada na Inglaterra pelo *Statute of Labourer* de Eduardo III, em 1349” (Marx, 1985, p. 277).

período que se configurarão os elementos sócio-históricos e econômicos para o surgimento da questão social.

A apreensão da gênese da questão social é indispensável na medida em que nos possibilita alcançar a sua essência, entendendo sua relação com o desenvolvimento capitalista, por meio dos pressupostos teóricos da Lei Geral de Acumulação Capitalista<sup>25</sup>. Assim, ao nos aproximarmos das principais características do período de expansão do capitalismo e sua fase concorrencial nos países centrais e periféricos precisamos destacar as particularidades que envolvem esse processo e possibilita nossa compreensão acerca da gênese e da essência da questão social nessas formações sociais distintas.

No Brasil, a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentro e por sobre a formação social escravista. Pouco a pouco, uma parte do capital produzido pelo escravismo era aplicado em atividades artesanais, fabris, comerciais e financeiras que não revertiam necessariamente em benefício dos interesses escravistas (Ianni, 1978, p.25).

É preciso compreender a crise e declínio da escravatura com base nas relações de interdependência e antagonismos entre formação social capitalista e a formação social escravista, tendo em vista que essa primeira surgiu do desenvolvimento das forças produtivas internas derivadas do escravismo e externa derivadas do mercantilismo entre as colônias e as metrópoles. É preciso ter bem claro que o declínio da escravatura não se deu em razão do esgotamento da sua produtividade em si, mas sim em relação as outras formas de organização das forças produtivas emergentes no país e em expansão no âmbito do capitalismo mundial. Em suma, a formação social capitalista brasileira transforma-se “num sistema de dominação e apropriação diverso e antagônico, em face da formação social escravista” (Ibid., p. 34).

Diante dessa crise e declínio do escravismo é inaugurado e logo se expande no país um processo de imigração de força de trabalho europeia que tem como base o trabalho livre assalariado, que apesar de ter sido inicialmente utilizada nas fazendas cafeeiras não ficou restrita a esse setor, mas passou a ser utilizada em atividades artesanais, fabris e comerciais que estavam direcionadas a produção destinada à exportação de bens e excedentes econômicos.

No caso dos países centrais, o papel desempenhado pela maquinaria que vai sendo incorporada ao processo de produção e valorização do capital, dado os avanços técnicos

---

<sup>25</sup> [...] Essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital (Marx, 1985, p.209).

provenientes da primeira Revolução Industrial. No entanto, esse processo de incorporação da maquinaria não ocorreu de forma homogênea, sendo pioneiros os setores têxtil, siderúrgico e de transportes, posteriormente com o desenvolvimento da produção fabril mecanizada outros setores também passam a incorporar os avanços técnicos da maquinaria. “É preciso, agora, observar inicialmente que a maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho e sempre apenas em parte no processo de valorização. Ela nunca agrega mais-valor do que em média perde por seu desgaste” (Marx, 1985, p.18). Com isso, o autor expõe que a maquinaria enquanto capital constante<sup>26</sup> não produz valor, assim como o faz a força de trabalho humana empregada durante o tempo de trabalho excedente na jornada de trabalho. Ao invés disso, a máquina transfere o seu valor ao produto para o qual contribui no processo de produção.

Para o capitalista, a produtividade da maquinaria encontra-se na medida em que ela contribui para o barateamento do produto, para a substituição da força de trabalho humana, encurtando o tempo de trabalho necessário e prolongando o tempo de trabalho excedente do trabalhador que produz mais-valia a ser apropriada pelo empregador. Ainda nessa direção, as consequências da incorporação da maquinaria e da função desempenhada por ela nos processos de produção e valorização do capital são desastrosas para a classe trabalhadora. Marx (1985) destaca três efeitos imediatos, para classe trabalhadora, decorrentes da busca por baratear a produção especificamente capitalista: a apropriação da força de trabalho feminina e infantil; o prolongamento da jornada de trabalho; e a intensificação do trabalho.

Para Marx (1985, p.23) “o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria!”. Pois, graças aos avanços técnicos da maquinaria, torna-se dispensável os grandes níveis de esforço muscular da força de trabalho utilizada, sendo possível a incorporação da força de trabalho mais barata (feminina e infantil) acarretando um aumento do número de assalariados. No entanto, isso não representou um aumento nos ganhos salariais da família, pois ocorre um processo de desvalorização da força de trabalho dado o aumento da produção de valor excedente gerado por toda a família e não mais por um único membro familiar.

“Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (Marx, 1985, p.23). Para ampliar o tempo e o grau de exploração do capital, a maquinaria atua principalmente na redução do tempo de trabalho necessário e no

---

<sup>26</sup> “O capital *constante* representa trabalho *morto*, cristalizado e acumulado nos meios de produção. Durante o processo produtivo, seu valor se mantém constante, transferindo-se ao produto sem alteração quantitativa” (Marx, 1996, p. 36, grifos do autor).

prolongamento da jornada de trabalho sem limites. Tal prolongamento é responsável por produzir uma população operária excedente que é formada de um lado pela incorporação de trabalhadores antes inacessíveis – mulheres e crianças, por exemplo –, e por outro lado, é formada pela liberação dos trabalhadores deslocados pela maquinaria<sup>27</sup>. Segundo Marx (1985), a maquinaria assim o faz, pois o prolongamento lhe é necessário por duas razões principais: a primeira é que quanto maior a jornada de trabalho em que a maquinaria atue maior será a quantidade de produtos para os quais transfere seu valor e menor será a parcela do seu valor transferido ao produto; a segunda é que quanto mais longa a jornada de trabalho menor o período em que o valor da maquinaria é reproduzido, possibilitando que seu valor de troca não seja depreciado pelo surgimento de máquinas semelhantes com fabricação mais barata ou máquinas concorrentes mais produtivas.

Agora, é claro que a produção mecanizada, como quer que expanda, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só alcança esse resultado ao diminuir o número de operários ocupados por dado capital (Marx, 1985, p.31).

Podemos observar então como o processo de substituição do trabalhador é recorrentemente enfatizado pela produção mecanizada, haja vista que a produtividade da maquinaria se relaciona a priori e principalmente com o prolongamento da jornada de trabalho dos indivíduos que são explorados tanto por meio da mais-valia absoluta<sup>28</sup> quanto por meio da mais-valia relativa<sup>29</sup>. “Na análise da mais-valia absoluta, tratava-se inicialmente da grandeza extensiva do trabalho, enquanto o grau de sua intensidade era pressuposto como dado” (Marx, 1985, p.33).

Nesse sentido, Marx (1985), ao tratar sobre o processo de intensificação do trabalho, destaca que a regularidade da jornada de trabalho que se repete diariamente estabelece um limite em que o nível de prolongamento da jornada de trabalho e de intensificação do trabalho tornam-se excludentes mutuamente. Dessa maneira, a extensão sem medidas da jornada de trabalho só admite um nível mais baixo de intensificação do trabalho. Por outro lado, o mesmo acontece com o elevado grau de intensificação do trabalho que suporta apenas uma

---

<sup>27</sup> [...] O mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. E a isso o apologeta chama de uma compensação para miséria, sofrimentos e possível aniquilamento dos trabalhadores deslocados, durante o período de transição, que os desterra para o exército industrial de reserva! A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem (Marx, 1996, p. 270).

<sup>28</sup> “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta” (Marx, 1988, p. 239).

<sup>29</sup> “A mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (Marx, 1988, p. 239).

jornada de trabalho reduzida. No interior dessa reduzida jornada de trabalho, o trabalhador é submetido a um alto nível de intensificação do trabalho por duas formas principais, uma é com o aumento da velocidade das máquinas e a outra é com a ampliação da quantidade de máquinas ou do campo de trabalho colocado sob supervisão do mesmo trabalhador. Além disso, a elevada intensificação do trabalho escamoteia o aumento da exploração da força de trabalho com o estabelecimento de salário por peça<sup>30</sup>, pois o processo de alienação dirige o trabalhador a aumentar sua capacidade de produzir em menos tempo na expectativa de que represente também um aumento do seu salário. Assim, “dentro de certos limites, ganha-se em grau de esforço o que se perde em duração” (Marx, 1985, p. 34), configurando-se esta modalidade de exploração como favorável a acumulação e a valorização do capital.

Em síntese, os três efeitos imediatos do desenvolvimento da produção especificamente capitalista para a classe trabalhadora desdobram-se na acentuação da condição de miséria em que vivia aquela classe. Em sua obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels destaca a Inglaterra como lócus onde se constitui a forma clássica da origem do proletariado e de suas condições de vida enquanto um padrão que sucederá em outros países de capitalismo central<sup>31</sup>. A aberta e exponencial miséria nas condições de vida da classe operária podem ser visualizadas com a seguinte exposição do autor,

Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas, de sorte que, apesar do trabalho de limpeza das ruas, formam-se massas de esterco seco das quais emanam miasmas que, além de horríveis à vista e ao olfato, representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes podem testemunhar o ponto atingido pelas doenças, pela miséria e pela degradação moral (Engels, 2010, p.79).

Em parte, contribuindo com isso, o processo de concentração de capital caracterizado pela acumulação de meios de produção e da compra de força de trabalho em mãos de capitalistas individuais, que relacionado com a intensificação da divisão social do trabalho levam também a concentração de operários a se estabelecerem próximo às fábricas incrementando exponencialmente o processo de urbanização. O qual expõe a precária

---

<sup>30</sup> “O salário por peça não expressa diretamente na realidade nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu” (Marx, 1985, p. 140).

<sup>31</sup> Cabe aqui destacar que a forma do capitalismo central não foi homoganeamente constituída e reproduzida integralmente em todos os países, em especial entre os países periféricos tendo em vistas as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais dessas nações. Adiante aprofundaremos tais diferenciações entre o capitalismo nos países centrais e nos países periféricos.

condição de habitação<sup>32</sup> da classe operária, com a proliferação de inúmeras doenças diretamente associadas à condição de moradia, além dessas os operários eram acometidos por outras enfermidades derivadas das péssimas condições de trabalho a que eram submetidos.

A visão que a classe dominante tinha da condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora nessa fase concorrencial do capitalismo era guiada por uma ideologia liberal clássica<sup>33</sup>, dominante nas esferas política, econômica e social. Nesse sentido, a visão predominantemente individualista imperava com uma indiferença brutal a miséria da classe operária, nas palavras de Engels (2010, p. 68), “em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social”. Ao tomarmos como direcionamento o referencial teórico que nos é fornecido por Marx (1985), podemos compreender que aquela guerra social é baseada na contradição capital/trabalho, que por sua vez é fundamentada pela lei geral da acumulação capitalista que propicia à constituição de um polo de miséria à medida que se tem uma correspondente constituição de um polo de riqueza, configurando-se aqui a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista.

Dessa maneira, segundo Netto (2011), o reconhecimento oficial do pauperismo ocorreu em finais do século XVIII e se deu forçosamente, dado a condição em que se encontra a classe trabalhadora em razão dos impactos da primeira onda industrializante nos países centrais. “Em resumo, a pauperização maciça da classe trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial” (Ibid., p.153). Sendo esse pauperismo, a causa de uma mudança radical na dinâmica da pobreza que então se generalizava, pois, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas e não mais crescia por estar ligada a um quadro de escassez. Por isso, aparecia como nova, precisamente, porque ela se produzia pelas mesmas condições, que hipoteticamente serviria para sua redução e posteriormente sua supressão. “O pauperismo

---

<sup>32</sup> Os trabalhadores amontoavam-se em porões, quartos e aqueles desalojados buscavam abrigo nos alojamentos que não apresentavam condições melhores de habitar-se, poderia até mesmo afirmar que possuíam condições ainda mais desumanas pela quantidade de pessoas que abriga num espaço restrito e sem as menores condições sanitárias para tal.

<sup>33</sup> Segundo Laski (1973), o liberalismo promovia a liberdade contratual que não se pautava em uma liberdade universal, pelo contrário pautava-se numa liberdade vinculada diretamente a propriedade privada. Enquanto a relação contratual fosse estabelecida entre classes e indivíduos que não estivessem no mesmo nível econômico, com igual poder de negociação e barganha não seria possível reconhecer que essa relação se pautava pela liberdade universal dos indivíduos envolvidos, pelo contrário dessa relação deriva-se apenas uma relação de exploração legalizada pelo Estado burguês. Nesse sentido, o liberalismo serviu a classe burguesa enquanto instrumento para a sua ascensão como classe politicamente dominante liberta das amarras do Estado feudal, ocorre assim a emancipação política na esfera social dada com a limitação da intervenção política voltada a manutenção da ordem pública e na esfera econômica com a liberação da interferência estatal na reprodução do capital.

como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital” (Marx, 1980, p.110, apud Yamamoto, 2001, p.16).

Ao enfatizar isso, a autora nos permite compreender que a configuração da pobreza enquanto pauperização da classe trabalhadora não resulta somente da má distribuição de renda, e sim predominantemente em razão da própria privatização dos meios de produção. Assim, quando Marx (1985) ao destacar o processo de reprodução ampliada do capital, informa que parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é reinvestida no processo de produção permitindo que o capitalista amplie cada vez mais o seu capital, deixa claro que:

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. (Marx, 1985, p.191)

A relação social estabelecida entre empregador e trabalhador tem como principal objetivo a acumulação do capital, dessa forma, tanto a compra quanto a utilização dessa força de trabalho devem possibilitar a criação e apropriação de um valor excedente, esse ao ser acumulado pelo burguês com a venda das mercadorias produzidas pelo trabalhador tem como mediação dessa relação o salário que se configura para o trabalhador como valor de sua reprodução social.

No entanto, o salário não se encontra estancado na produção capitalista ele pode ora crescer, ora decrescer, a partir da contribuição de Marx (1985), podemos compreender que essas variações podem significar no primeiro caso que a elevação do salário está associada ao aumento da acumulação do capital que se torna redundante por si mesmo implicando numa insuficiente oferta de força de trabalho explorável. Ou seja, não é a diminuição do crescimento da força de trabalho que impõe a redundância do capital, mas ele mesmo com o crescimento de seu acúmulo. No segundo caso, o decréscimo do salário, ao contrário do primeiro, está relacionado à diminuição da taxa de acumulação do capital que implica na necessidade de aumento da extração da mais-valia a partir da exploração da força de trabalho, pois a insuficiência do acúmulo de capital é proporcionada pelo decréscimo da acumulação e não pelo aumento da oferta da força de trabalho. Portanto, o autor deixa claro que,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (Marx, 1985, p.193).

Dessa forma, para que a reprodução do capital se dê de maneira contínua e ampliada, foi necessário aumentar o nível de produtividade do trabalho, e o meio encontrado para alcançar isso foi a organização e especialização do trabalho juntamente com a incorporação de avanços tecnológicos no processo de produção. Significando uma alteração na composição orgânica do capital<sup>34</sup> que é determinada pela relação entre o valor do capital constante e o valor do capital variável<sup>35</sup>, pois temos uma crescente tendência de aumento do capital constante em detrimento do capital variável no processo de produção capitalista, que significa um aumento da composição orgânica do capital e termina implicando na diminuição da demanda de trabalho, que está relacionada com a produção de uma superpopulação relativa<sup>36</sup>.

Para compreendermos a composição orgânica do capital nos países periféricos como o Brasil, com base em Ianni (1978), é importante considerarmos os aspectos da transição do trabalho escravo para o regime de trabalho assalariado, pois nos permite apreender a dinâmica da composição orgânica do capital no país tendo em vista a predominância das condições de produção e exploração da mais-valia absoluta propiciando uma composição orgânica relativamente baixa, dado a grande participação da força de trabalho no processo produtivo e a baixa participação de capital constante.

---

<sup>34</sup>Marx (1985) destaca dois processos importantes para compreendermos a mudança da composição orgânica do capital: o primeiro é a concentração de capital que traz consigo um acúmulo em maior ou menor grau dos meios de produção subjugando determinado número de trabalhadores em mãos de capitalistas individuais que disputam entre si limitados pelo grau de desenvolvimento da riqueza social. O segundo é a centralização do capital que “pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social” (Marx, 1985, p.197). Ou seja, aqui se dá o processo de expropriação de capitalista por capitalista, constituindo grandes massas de capitais em detrimento da transformação de muitos capitais individuais menores.

<sup>35</sup> “O capital *variável* aplica-se nos salários que compram a força de trabalho e, por isso, representa a única parte do capital que varia no processo produtivo, uma vez que se incrementa pela produção de mais-valia” (Marx, 1996, p.36)

<sup>36</sup> Segundo Marx (1985), a superpopulação relativa é composta por três formas: a *líquida* – ocorre principalmente nos centros da indústria moderna, onde é necessária uma reposição constante de trabalhadores, tendo em vista a exacerbação da exploração a que são submetidos, além de ora serem atraídos ora repelidos desses centros industriais dado o momento que se encontra o processo de acumulação; a *latente* – tem como característica ser formada no âmbito do rural, onde também o modo de produção capitalista intervém de maneira a ora repelir e ora atrair esses trabalhadores que buscam inserção tanto nos centros industriais, quanto no próprio âmbito rural a espera do próximo período sazonal no qual são abertas as oportunidades de inserção desses trabalhadores; e a *estagnada* – se refere a trabalhadores em ocupações irregulares, sem direitos e caracterizado pelo máximo de dispêndio da força de trabalho e pelo mínimo do valor pago ao seu trabalho. Além dessas três formas, o autor destaca “Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias” (Marx, 1985, p.208). Segundo o autor, a primeira categoria é dos aptos para o trabalho, a segunda categoria é dos órfãos e crianças indigentes, e a terceira categoria é dos degradados, incapacitados para o trabalho. Conclui o autor, “Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista” (Marx, 1985, p. 209).

Com isso, queremos enfatizar que mesmo com a incorporação da formação social capitalista e do estabelecimento do trabalho assalariado que permitia que a força de trabalho fosse incorporada enquanto capital variável e não mais como capital constante como era durante o escravismo e fosse possível dirigir-se a uma mudança na composição orgânica do capital objetivando-se uma maior produtividade do trabalho mediante a maior participação do capital constante até a contemporaneidade no país presenciamos essa composição orgânica do capital relativamente baixa.

Vale destacar também que a produção de uma superpopulação relativa não está relacionada apenas a alta composição orgânica do capital, segundo Duarte (2015), aquela também é produto da própria limitação do desenvolvimento capitalista periférico<sup>37</sup>, pois nos países periféricos onde temos uma baixa composição orgânica do capital característica de um desenvolvimento industrial de baixa produtividade que limita a capacidade de integração da classe trabalhadora ao mercado de trabalho, termina por implicar na vinculação de uma massa de trabalhadores em formas de trabalho marginais “caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração” (Ibid., p. 46). Nesse sentido, o mercado de trabalho nos países periféricos é marcado desde o início do desenvolvimento industrial por um excedente estrutural de força de trabalho.

Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. [...] Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (Marx, 1985, p. 200).

A existência dessa superpopulação coloca à disposição dos capitalistas uma reserva de força de trabalho inesgotável, a qual os mesmos através das diferentes formas de extração da mais-valia expropriam ao máximo o valor excedente gerado a partir da força de trabalho humana. De tal maneira que a classe trabalhadora se vê inserida num ciclo de reprodução de sua própria redundância, pois com a exploração da força de trabalho – seja pelo incremento de novas tecnologias ou pela extensão da jornada de trabalho – é necessário cada vez menos

---

<sup>37</sup> O capitalismo dependente, por sua vez, tem como um de seus elementos centrais o fato de ser super excludente, ou seja, de ser incapaz de absorver no sistema produtivo e social, por razões distintas, o conjunto da população disponível no mercado de trabalho. É dessa característica central do capitalismo periférico que se ocupou os diferentes aportes teóricos da chamada teoria da marginalidade (Duarte, 2015, p.45).

trabalhadores inseridos no processo de produção. Consequentemente, haverá a geração simultânea de sobretrabalho para uns e desemprego para outros, levando esses a constituírem um exército industrial de reserva à mercê da necessidade de acumulação e desenvolvimento do capital. Isto é, a existência do próprio exército industrial de reserva além de ser resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo, se torna uma alavanca necessária à acumulação em função de servir como mecanismo de regulação dos salários, tornando-se até mesmo um dos elementos fundamentais da existência e reprodução desse sistema capitalista.

Enfatizamos, com base em Maranhão (2008, p.41), a importância de “apreender, ainda que de forma aproximativa, as complexas mediações que ligam as expressões fenomênicas do desemprego e do pauperismo à atual dinâmica de integração/expulsão da força de trabalho”, no sentido de compreender o processo de constituição da superpopulação relativa e da sua função no modo de produção e na sociedade capitalista. Tomamos tal contribuição do autor como elemento importante para lançarmos luz em direção ao entendimento dos programas de inclusão produtiva dados como estratégias de atenuação da pobreza e do desemprego na verdade, se caracterizarem “numa tentativa de reproduzir e administrar as explosivas contradições desencadeadas pela atual dinâmica de reprodução do capital, com o objetivo de reafirmar o projeto burguês na contemporaneidade” (Ibid., p.41). Pois, longe de nos afastarmos das bases sócio-históricas capitalistas buscamos apreender as alterações particulares pertinentes as determinações culturais, sociais e conjunturais específicas tanto da formação social dos países centrais quanto dos países periféricos.

Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 1985, p. 210).

Neste sentido, é com base nessa polaridade entre acumulação de capital de um lado e acumulação de miséria de outro que se aprofunda a degradação das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora como pano de fundo e pressuposto sócio-histórico e econômico para o desenvolvimento da consciência e organização da classe trabalhadora diante da intensa exploração a que são submetidos.

Em suma, a condição econômica e material estabelecida pela Lei Geral serve de base para o estabelecimento das lutas de classes nos países centrais, nas quais a classe trabalhadora passa a manifestar-se no sentido de tentar resistir as imposições da exploração da força de

trabalho, às situações de precariedade em que vivem, enfim das consequências que essa Lei Geral impõe para sua classe.

Por outro lado, com base em Ianni (1978) o processo de luta de classes iniciado no Brasil e que foi responsável pelo rompimento com o trabalho escravo, não se desenvolveu por meio do protagonismo dos escravos apesar de não podermos desconsiderar as formas encontradas pelos mesmos de manifestarem sua revolta diante da situação em que viviam, através da fuga, do suicídio, do roubo e até mesmo das rebeliões coletivas da qual a formação dos quilombos são exemplos. A ausência do protagonismo político revolucionário do escravo na luta pela abolição era devido às condições econômicas, políticas, social e cultural que impossibilitavam que essa classe refletisse coletivamente de maneira crítica sobre a sua condição de alienação. A classe trabalhadora, recém formada após abolição, “politicava a sua visão crítica do mundo social em que vivia precisamente no momento em que se ‘deteriorava’ a condição escrava; isto é, no momento em que ele se urbanizava, começava a ingressar na cultura especificamente capitalista ou principiava a tornar-se operário” (Ibid., p.35), nesse sentido a articulação com a classe trabalhadora imigrante junto as condições que estabeleceram a produção especificamente capitalista possibilitaram a transformação do escravo em proletariado no país.

Segundo Engels (2010), a luta operária contra a burguesia na Inglaterra acompanhou de perto as implicações do desenvolvimento da grande indústria e sua organização deu-se através de diferentes formas. Sendo o movimento luddista<sup>38</sup>, grande expressão dessa insatisfação da classe trabalhadora que segundo Marx (1985) ainda precisava de tempo e experiência para compreender a função da maquinaria dentro do processo capitalista de produção e assim transferir seu ataque a forma social de exploração no lugar de investir contra os meios de produção utilizados para exploração de sua força de trabalho.

Outra forma que a revolta operária adquiriu foi o roubo, enquanto uma maneira de atentar contra a propriedade privada, no entanto essa forma de protesto além de não representar a expressão geral da classe trabalhadora, ainda estava baseada numa forma inconsciente e individual que era combatida pela burguesia por meio da propriedade e do poder estatal à sua disposição. O autor, por outro lado, destaca como importante conquista para a luta operária a aprovação no parlamento inglês, em 1824, da primeira lei que anulava as proibições de associação dos trabalhadores para defesa de seus direitos.

---

<sup>38</sup> “A destruição maciça de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os 15 primeiros anos do século XIX, provocada sobretudo pelo emprego do tear a vapor” (Marx, 1985, p.47), foi o que caracterizou inicialmente o movimento.

No entanto, apesar dos objetivos propostos a trajetória histórica das associações é permeada por uma série de derrotas da luta operária, intercalada por esporádicas vitórias. Ao passo que os trabalhadores compreendem que as associações operárias e as greves não são suficientes para mudar as leis econômicas capitalistas, eles passam a lutar pela aprovação de propostas para modificar aquela lei e instaurar uma lei proletária.

A proposta do proletariado é a *Carta do Povo*<sup>39</sup> (*People's Charter*), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta. O *cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo – neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege (Engels, 2010, p.262, grifos do autor).

Com base em Engels (2010), o cartismo que nasceu enquanto um partido democrático, durante a Revolução Francesa<sup>40</sup> apresentou-se como partido radical e operário, no entanto ao aliar-se a burguesia radical não se distinguiu nitidamente da mesma. Isso representava para a burguesia uma união com proletariado em vista de alcançar os seus próprios interesses, apesar de acolher alguns dos interesses e direitos defendidos pela classe trabalhadora, como por exemplo, a limitação da jornada de trabalho e a oposição a nova lei dos pobres, a burguesia utilizava-se da luta operária para combater seus próprios inimigos. No entanto, quando a burguesia compreende que a classe trabalhadora não demonstra interesse em tornar-se instrumento de defesa de seus interesses, a burguesia que antes operava no sentido de revolucionar os legalismos do Estado, agora o defende numa postura conservadora e coloca-se contra o operariado, sendo esse alvo de repressão do Estado e classe burguesa.

Diante da efervescência da classe trabalhadora, o Estado é chamado a intervir e responder às demandas colocadas pela classe trabalhadora para possibilitar a manutenção do modo de produção capitalista, não permitindo que tal inquietação da classe trabalhadora venha subverter os determinantes do capitalismo. Assim, segundo Netto (2011), com a ameaça de eversão da sociedade capitalista dada com a questão social, que foi levada ao ápice

---

<sup>39</sup> Em 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men's Association*), liderada por William Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos 'seis pontos' são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas; e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de trezentas libras como condição para a elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível (Engels, 2010, p. 262, grifos do autor).

<sup>40</sup> “À onda revolucionária desencadeada em 1848 seguiu-se o refluxo das lutas democráticas e operárias. Por toda a Europa, triunfava a reação burguesa e aristocrática” (Marx, 1996, p.14-15).

com a Revolução de 1848, o Estado passa a direcionar sua atenção para ela, ao passo em que assume como prioridade a defesa e a manutenção da ordem capitalista, desvinculando as raízes materiais da questão social do processo de desenvolvimento capitalista, numa tentativa de naturalizar o processo histórico-econômico em que se dá a gênese da questão social.

De fato, no âmbito do pensamento conservador, a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. [...] Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar (Netto, 2011, p.155).

Nesse sentido, a intervenção estatal ao possuir como fundamento a manutenção do capitalismo a partir do estabelecimento das condições mínimas de reprodução social da classe trabalhadora, ou seja, pautando-se as intervenções realizadas no limite estabelecido pela ordem capitalista. Mostrando-se ser adequada às fases do desenvolvimento capitalista, não se manifestando da mesma maneira independentemente da fase em que se encontra o capitalismo. No período do capitalismo concorrencial nos países centrais, o Estado lançava mão de medidas legislativas, a citar como exemplo as Legislações sobre as fábricas<sup>41</sup>, concomitantemente, recorria às medidas de repressão a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o estado liberal se constituiu como um poder coercitivo para reprimir a contestação da classe trabalhadora – que tem como papel histórico-político revolucionar a sociedade capitalista, derrubando-a e emancipando-se humanamente das amarras do capital – e mantê-la sob domínio e controle da classe dominante e conservadora.

Diferentemente da maneira como intervia o Estado na fase concorrencial do capital, no capitalismo monopolista o Estado passará a intervir na questão social mediante as políticas sociais – fragmentando-a em diferentes expressões, individualizando as pautas e precarizando o atendimento das demandas da classe trabalhadora. Tal apontamento será abordado com maior aprofundamento na próxima seção, cabendo aqui destacar apenas resumidamente que

---

<sup>41</sup> Segundo Engels (2010, p.205), a primeira Lei sobre as fábricas de 1819 proibia o emprego de crianças com menos de nove anos na fiação e tecelagem do algodão; proibia também o trabalho noturno para aquelas entre nove e dezesseis anos, limitando a jornada de trabalho a doze horas, sem contar as interrupções para as refeições – mas como os industriais podiam regular as pausas segundo sua conveniência, a jornada era de catorze horas ou mais. A segunda Lei sobre as fábricas de 1825 estabelecia que as interrupções não podiam, no conjunto, ser superiores a hora e meia, de forma que a jornada não ultrapassasse treze horas e meia. Como nenhuma dessas leis contemplou qualquer meio de controle de sua aplicação, em geral as indústrias não as respeitavam. Sobre a terceira Lei sobre as fábricas de 1831, o autor nos informa que ela estabeleceu, nas fábricas de algodão, a proibição do trabalho noturno (das sete e meia da noite às cinco e meia da manhã) para menores de 21 anos e determinou, para os menores de 18 anos, a jornada máxima de trabalho de doze horas (aos sábados, nove horas) – mas também essa lei serviu pouco, já que os trabalhadores não podiam testemunhar contra o patrão sem serem imediatamente despedidos (Engels, 2010, p.206).

na fase monopolista do capital a sociedade é impactada por uma série de consequências originadas da fase concorrencial, em razão do desenvolvimento do movimento cíclico de reprodução do modo de produção capitalista que se manifesta pela expansão e contração sucessivas na realização da mais-valia e consequente acumulação de capital.

Proporcionando-nos o esclarecimento necessário para compreendermos o fundamento das crises capitalistas de superacumulação<sup>42</sup>, as quais são derivadas da busca incessante de acumulação de capital que contribui para formação de uma massa de capitais excedentes que não é possível ser valorizada lucrativamente, ou seja, a existência da superacumulação de capital encaminha a sociabilidade capitalista a entrar ao mesmo tempo numa crise de superprodução<sup>43</sup>.

Segundo Mézáros (2011, p. 655, grifos do autor) “a perturbação e a *quebra do equilíbrio* terminam por ser, ao fim, a tendência dominante do sistema do capital”, e a ela está objetivamente ligada às contratendências compostas por medidas restauradoras do equilíbrio perdido. Ainda com base no autor, tais medidas restauradoras não são capazes de superar as contradições geradas pela própria dinâmica estabelecida entre produção e consumo, produção e controle, e produção e circulação.

Assim, aquelas desempenham apenas uma ação corretiva e deslocadora das contradições que permanecem internalizadas na estrutura contraditória do capitalismo. Deste modo, conseguimos observar a repetição do ciclo de crise e restauração do capital no interior do sistema enquanto sua tendência dominante, que na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista assumirá uma função marcante e ineliminável deste último.

Por sua vez, Mandel (1982) destaca as flutuações ascendentes e descendentes do movimento cíclico do capital na história do modo de produção capitalista em períodos mais longos. Sendo o primeiro momento, o período da primeira onda longa caracteriza o momento em que o capitalismo assumiu sua fase concorrencial, com as transformações socioeconômicas que geradas com base na instituição da grande indústria, possibilitou além do crescimento das grandes cidades com o processo de urbanização, a exponenciação da exploração do trabalhador primeiro com a extensão da jornada de trabalho e depois com a

---

<sup>42</sup> Referindo-se à superacumulação de capital, Marx criou o conceito de *capital excedente*, ou seja, daquela porção de capital cuja aplicação não traz nenhum acréscimo à massa de lucro produzida pelo capital já em função (o raciocínio tem feição notavelmente marginalista) e, em consequência, permanece ocioso ou é exportado (Marx, 1996, p. 61).

<sup>43</sup> A superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiência catastrófica de demanda e crise aguda de realização sobretudo de bens de produção. Tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas consequência da superprodução, entendida, antes de tudo, como superprodução de capital (Marx, 1996, p. 57).

intensificação sem limites da jornada em grande parte ditada pela velocidade das máquinas incorporadas ao processo de produção.

Em suma, aqui podemos observar o movimento ascendente da acumulação capitalista a que Mandel (1982) se refere como parte do ciclo do capital. No entanto, na sequência esse movimento de ascensão atinge um patamar, no qual se torna difícil assegurar a reprodução e a valorização do capital excedente acumulado, seguindo-se conseqüentemente o movimento descendente da acumulação sinaliza a constituição de depressão e crise do capital em finais da década de 1840.

“Nesse caso, a aceleração do ritmo da acumulação de capital será travada bruscamente e dará lugar, após curta interrupção, a um subinvestimento renovado” (Mandel, 1982, p.80). Sendo exatamente isso que ocorreu com as alterações proporcionadas pela segunda fase da Revolução Industrial<sup>44</sup>, como destaca Hobsbawm (2011) seus principais pontos característicos, foram à revolução no âmbito dos transportes e comunicações com a estrada de ferro<sup>45</sup> e com a navegação a vapor que propiciaram o crescimento das exportações<sup>46</sup> tanto do mercado metalúrgico quanto impulsionou a criação de novos mercados e expansão dos antigos (têxtil e algodão). Assim, as conseqüências desse processo constituíram-se de maneira geral como uma “solução” para crise da década de 1840, tendo como principais os seguintes aspectos: o impulso e desenvolvimento da indústria pesada, a melhoria no nível de emprego em geral – tanto para trabalhadores sem qualificação, para trabalhadores rurais, quanto para trabalhadores qualificados –, e o aumento da exportação de capital para o exterior.

Com base em Mandel (1982), podemos caracterizar esse momento como a segunda onda longa<sup>47</sup> da história do capitalismo, que é marcada pelo processo de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, cujo fundamento está localizado no impulso irrefreável do capital buscar maneiras adequadas para sua valorização, tendo em vista que a crise cíclica da década de 1870 também irá incidir nas novas formas de organização da produção e acumulação capitalistas. Como a criação do mercado mundial, que se deu ainda na

---

<sup>44</sup>“Uma nova fase do industrialismo, que proporcionaria alicerces muito mais firmes para o crescimento econômico: a baseada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço” (Hobsbawm, 2011, p.99).

<sup>45</sup> O estímulo econômico proporcionado pela construção das estradas de ferro “foi reflexo de dois processos paralelos: a industrialização nos países ‘adiantados’ e a abertura econômica das áreas subdesenvolvidas” (Hobsbawm, 2011, p.106).

<sup>46</sup> A emigração do capital representava, é claro, apenas uma parte do notável fluxo de lucros e poupanças em busca de investimento; e, graças à transformação do mercado de capital na era das estradas de ferro, o capital dispôs-se a procurar inversões não somente nos tradicionais bens imóveis e em títulos do governo, como também em ações industriais (Hobsbawm, 2011, p.109).

<sup>47</sup> “O longo período delimitado pela crise de 1847 e o início da década de 90 do século XIX. Caracterizado pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico como a principal máquina motriz. Essa foi a onda longa da primeira revolução tecnológica” (Mandel, 1982, p.83-84).

fase concorrencial do capital, enquanto um mecanismo que possibilitou o fluxo de matérias-primas e mercadorias entre os países, que no estágio monopolista irá se consolidar e desenvolver-se numa economia mundial.

Assim, na próxima seção visamos aprofundar essa discussão acerca da mundialização do capital para apreendermos em que contexto socioeconômico e político se dá a manifestação das crises cíclicas e o acirramento das expressões da questão social, ao lado da sua fragmentação em manifestações isoladas a serem respondidas com a intervenção do Estado.

### 2.3 Capitalismo monopolista, crises cíclicas e enfrentamento da questão social

Lançamos mão da análise realizada por Mandel (1982) acerca da trajetória sócio-histórica da acumulação capitalista para compreendermos como a natureza cíclica do movimento de reprodução ampliada do capital propicia a intensificação das expressões da questão social no estágio monopolista do capital. Ao mesmo tempo em que resgatamos a perspectiva em que Mandel também se apoia, e que é exposta por Marx (1996) quando destaca que a natureza cíclica da acumulação capitalista é reconhecida na sucessão de fases de retomada econômica, de prosperidade, de superaquecimento econômico, de ruína financeira, de crise e de depressão.

“Da mesma forma como a primeira fase da industrialização tropeçara na depressão que ela mesma criara, também a segunda gerou suas próprias dificuldades” (Hobsbawm, 2011, p.118). Nesse sentido, o autor nos permite apreender as flutuações do movimento cíclico de reprodução do capital na sociedade capitalista, as quais foram destacadas por Marx (1996), quando se referiu ao momento em que sucede à fase de prosperidade e superaquecimento econômico da acumulação capitalista a sua ruína financeira e a crise do capital. A supracitada crise é localizada por Hobsbawm no período entre 1873-1896, ali os “preços, lucros e taxas de juros caíam ou permaneciam enigmaticamente baixos. Alguns pequenos surtos febris de prosperidade não lograram deter essa queda prolongada e frustrante, que não cessaria senão em meados da década de 1890” (Hobsbawm, 2011, p. 118).

Em suma, a crise cíclica da década de 1870 serviu como uma marca para o fim da fase concorrencial do capital e começo da fase monopolista<sup>48</sup>, tendo em vista que sinalizava o esgotamento do padrão de organização da produção e acumulação capitalista diante das

---

<sup>48</sup> Que define Mandel (1982, p.84) como “o longo período compreendido entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria. Essa foi a onda longa da segunda revolução tecnológica”.

necessidades de ampliação da escala de reprodução do capital, que não era mais suficientemente atendida no interior daquela fase. Ratificando essa compreensão, Lenin (2011) nos informa que a livre concorrência, característica fundamentalmente do capitalismo diante do elevado grau de desenvolvimento econômico e social, empreende sua própria transformação em monopólio, o qual, ao sobrepujá-la, não implica na eliminação direta da concorrência, mas sim numa correlação que existe entre ambos e que engendra uma série de contradições e atritos. Nessa direção, Lenin (2011) define o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo e, ao fazê-lo, destaca alguns traços fundamentais que merecem nossa atenção, pois afetam não só o âmbito da estrutura econômica do modo de produção capitalista, mas também os aspectos políticos e sociais da sociedade de maneira geral, nos fazendo refletir acerca das diferenciações que a fase monopolista do capitalismo assume nas formações sociais dependentes e periféricas.

Com base em Lenin (2011), enquanto nos países centrais o imperialismo teve como fundamento a constituição do capital financeiro e de sua oligarquia<sup>49</sup>, podemos apreender que os desdobramentos de sua constituição têm origem com a fusão entre o capital bancário e o capital industrial. Como consequência dessa fusão, o papel desempenhado pelo setor bancário será alterado. Esse não atuará apenas como um intermediário de pagamentos e sim como parte de um sistema de crédito e de participação das sociedades anônimas<sup>50</sup> que reflete a natureza parasitária da burguesia que dada a sua condição de proprietária dos meios de produção apropria-se e desfruta da mais-valia produzida pela classe trabalhadora que se encontra numa condição fundamentalmente de desigualdade<sup>51</sup>, que não se resume apenas ao âmbito da distribuição da riqueza socialmente produzida, mas remete a uma contradição que está na localizada na base material do modo de produção e sociedade capitalista. Tomando como

---

<sup>49</sup> O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (Lenin, 2011, p. 169).

<sup>50</sup> Segundo Baran e Sweezy (1966), as sociedades anônimas surgem em seu caso típico com os grandes estabelecimentos absorvendo em razão de uma fusão, falência ou outra emergência as pequenas empresas, particularmente os bancos atuam como promotores financeiros, que não só absorvem, mas incorporam e subordinam essas empresas por meio da “participação” no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos etc.

<sup>51</sup> “O desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas” (Lenin, 2011, p. 181). Compreendemos a partir disso que a situação de desigualdade social da classe trabalhadora ao ser tratada de forma restrita a superficialidade do âmbito de distribuição da riqueza socialmente produzida, não pode ser superada nos marcos do capitalismo, pois o fundamento da desigualdade encontra-se no estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção pertencente a classe dominante que estabelece a partir do trabalho e do salário uma relação de exploração com a classe trabalhadora que é detentora unicamente de sua força de trabalho.

ponto de partida a organização da fase monopolista do capital, ela obedecerá “à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (Netto, 2011, p.20).

Nesse sentido, outros três aspectos fundamentais do imperialismo, destacados por Lenin (2011), possuem particular conexão entre si devido à dimensão internacional e mundial que possuem. Sendo o primeiro daqueles aspectos fundamentais do imperialismo, a relevância da exportação de capitais, cuja necessidade “obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo ‘amadureceu excessivamente’ e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’” (Lenin, 2011, p. 182).

A exportação de capitais realiza-se de duas maneiras: no primeiro caso se trata de capital de empréstimo; no segundo caso se refere ao capital para incremento e implantação de empresas industriais. Em ambos os casos, prevalece a relação de dominação e exploração entre os países exportadores e os países periféricos<sup>52</sup>, que devido ao avanço do desenvolvimento capitalista em escala ampliada e internacional acarreta uma crescente divisão social do trabalho de parâmetros internacionais. Ou seja, com a mundialização do capital a divisão do trabalho não se limita aos setores produtivos ou a uma região específica, ela se organiza com base numa “hierarquização” entre os países desenvolvidos e os periféricos, na qual os primeiros estabelecem relações de exploração e domínio em relação aos demais.

Conseguimos verificar isso através da intensificação da luta pelas colônias que tende a assumir contornos mais violentos, dado que os territórios dos países “atrasados” já foram ocupados e distribuídos anteriormente<sup>53</sup> entre as nações imperialistas. Partilhamos o entendimento, derivado das contribuições de Marini (2017), quando destaca que posteriormente a Revolução industrial e ao processo de divisão internacional do trabalho corresponderá a instauração na América Latina de sua independência política que somadas a outras determinações sociopolíticas e econômicas determinarão conseqüentemente a forma e as especificidades do seu desenvolvimento econômico adequado ao estágio monopolista.

---

<sup>52</sup> Marcará nosso olhar sobre a pesquisa aqui realizada, de maneira a ser recorrente sua sinalização ao longo da dissertação, tendo em vista que nos fornece a compreensão de elementos históricos, econômicos e políticos fundamentais para nossa interpretação diante das configurações e desdobramentos desenvolvidos no âmbito nacional. Ao mesmo tempo, que não desvincula e/ou anula as relações e vinculações estabelecidas no modo de produção e sociedade capitalista em âmbito global.

<sup>53</sup> “Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1890 e muito considerável durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exatamente a esses vinte anos” (Lenin, 2011, p. 202).

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2017, p.327).

Diante disso cabe destacarmos com base em Santos (2010) que a formação social capitalista nos países periféricos, entre eles o Brasil, possui particularidades que são importantes e necessárias para compreendermos as especificidades das expressões da questão social nessas sociabilidades. A autora expõe três características que atuam como determinações sócio-históricas do processo de constituição do capitalismo no país, demonstrando as suas particularidades.

A primeira é o caráter conservador da modernização que explicita a refuncionalização ao invés da superação dos resquícios da colonialidade, da exploração/produção da mais-valia absoluta marcante no escravismo, da concentração dos meios de produção (sendo à terra o principal, por meio dos latifúndios), do baixo desenvolvimento das forças produtivas e incorporação de tecnologias, e da produção voltada predominantemente a exportação que marcaram a constituição do capitalismo no país.

A segunda característica deriva dos processos de “revolução passiva”, articulando-se ao caráter conservador do desenvolvimento capitalista, demonstra um resgate da recorrente exclusão da classe trabalhadora de participar dos processos políticos decisórios, ao lado da contumaz antecipação pelas classes dominantes em contrarrestar os movimentos populares e de massa.

Por fim, a terceira característica é a específica intervenção do Estado na sociedade que se apresenta como convergente das duas características anteriores, pois atua no sentido de desestruturar seja pela repressão ou pela incorporação dos interesses coletivos e das lutas de classe no sentido de sua desconfiguração e fragmentação, primando historicamente pela sua autonomia enquanto representante dos interesses da classe dominante “sua participação foi central no processo de constituição de forças produtivas capitalistas em todas as fases: da transição para a industrialização restringida, depois para a industrialização pesada até consolidação do capitalismo monopolista no Brasil” (Ibid., p.138).

Ressaltamos ainda a importância da compreensão do processo de divisão internacional do trabalho para apreendermos junto as demais particularidades da formação social capitalista dos países periféricos o fundamento da inserção subordinada desses países, como é o caso do Brasil, na dinâmica do capitalismo global e a especificidade das expressões da questão social

nesse país. Partimos do entendimento de que o desenvolvimento capitalista se efetiva de maneira desigual e combinada, como nos informa Trótski (2011), é desigual dado as particularidades históricas, políticas e sociais de cada país, pois esses não assumem um desenvolvimento homogêneo entre si e as demais nações, mas pelo contrário as nações possuem ritmos diferenciados de desenvolvimento que afetam tanto seu amadurecimento enquanto nação capitalista quanto a sua relação com os demais países.

E se mostra um desenvolvimento combinado dado sua atuação enquanto uma dialética que envolve países centrais e as nações periféricas na medida em que elas pressionadas pelo capital internacional injetado em suas economias avançam aos saltos articulando o moderno desenvolvimento técnico com as relações sociais de trabalho ainda precárias, no entanto esse desenvolvimento não lhe possibilita romper com a sua condição econômica dependente e explorada. Assim, a articulação entre os países possibilitou que se constituísse nesse atual estágio do capital um sistema econômico mundial, no qual a relação fundamental que se estabelece entre as nações é de assimetria e de dependência.

Marini (2017) realiza importantes contribuições acerca da relação de assimetria e dependência estabelecida entre as nações imperialistas e periféricas, guiado pelo binômio categorial principal da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho. Ao sintetizarmos a contribuição do autor, nos esforçamos para não cair em reducionismos de sua obra e para apreendermos a partir de sua exposição que a troca desigual realizada entre as nações desenvolvidas e as dependentes não se direciona pela busca de equivalência nas trocas, mas pelo contrário tratam de compensar a transferência de valor (capital excedente) aos países centrais por meio da superexploração da força de trabalho nos países periféricos.

Isto é, busca-se compensar a perda do valor transferido aos países centrais, a partir da exploração da força de trabalho abaixo do seu valor de reprodução ao passo que também se trata de converter o fundo de vida e de reprodução da classe trabalhadora em fundo de acumulação capitalista para aquelas nações imperialistas. Nesse sentido, podemos compreender que a superexploração da força de trabalho nos países periféricos serviu como base, a partir das transferências de valor, da conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação por meio do prolongamento e intensificação da jornada de trabalho – rebaixando conseqüentemente o valor dos bens salários e aumentando ao máximo a extração do excedente da força de trabalho dos países periféricos, para sustentar e possibilitar o desenvolvimento das concessões a classe trabalhadora por meio das políticas sociais do Estado de bem-estar social.

Compreendemos que as primeiras iniciativas das políticas sociais anteriores a

constituição do Estado de bem-estar social nos países centrais ocorreram, segundo Hobsbawm (2011), no período posterior a Crise de 1870 quando a partir do reaparecimento do socialismo na década de 1880 uma elite laboriosa criou e transformou os movimentos trabalhistas de base mais ampla, cujos desdobramentos influenciaram, “pela primeira vez, as autoridades públicas e o Estado pensarem seriamente em melhorias sociais. Em 1914 já se podia perceber o contorno de um sistema de previdência social<sup>54</sup>” (Hobsbawm, 2011, p. 160). Assim, as primeiras iniciativas do que viria a se configurar como política social ocorreram num momento marcado pela relação de transitoriedade entre o Estado adequado ao estágio concorrencial do capitalismo e o Estado consonante as transformações do capitalismo monopolista, quando a lógica liberal do período anterior é contraposta, no entanto observa-se que esta lógica não se rompe por completo, mas é recuperada e adequada a esta fase específica do capital no sentido de incorporar as orientações social-democráticas num momento de acirramento da luta de classes atenuando as orientações liberais inflexíveis. A partir do exposto, conseguimos reafirmar que os desdobramentos do movimento cíclico de reprodução do capital não têm suas consequências limitadas estritamente ao âmbito econômico, e que a classe trabalhadora por sua vez frente às inseguranças e instabilidades da ordem capitalista torna a sua inquietação e combatividade mais organizada, permitindo que na década de 1900 seja formado o Partido Trabalhista, na Inglaterra.

É preciso ter solidamente esclarecido que a reprodução do capitalismo não se dá sob a mesma forma e conjuntura em todos os países, conseqüentemente além das particularidades na esfera da produção também encontraremos especificidades na esfera da reprodução social e ao buscarmos compreendê-las precisaremos expor as diferenciações tanto nas expressões da questão social quanto nos padrões de proteção social que se desenvolvem nos países imperialistas e nos países dependentes, para isso devemos primeiramente considerar o padrão de exploração da força de trabalho que assume especificidades em razão da formação social capitalista de cada uma dessas nações.

No caso brasileiro, o regime de trabalho caracterizou-se “por uma superexploração da força de trabalho que se ‘naturalizou’ como condição para sua inserção subordinada nas engrenagens do capitalismo monopolista de corte imperialista” (Santos, 2010, p.140), a partir

---

<sup>54</sup> “Que pretendia ser um sistema de seguros atuarialmente correto, financiado por prêmios, e embora seus serviços médicos fossem escassos, porém úteis, sua capacidade de prevenir o desemprego mostrou, depois de 1920, que o sistema era acentuadamente limitado” (Hobsbawm, 2011, p. 160). Conseguimos identificar aqui o prelúdio do que posteriormente irá se configurar como as formas iniciais da política social orientada pelo modelo bismarckiano, derivada do redimensionamento das formas da intervenção estatal e das funções que ela assume para atender a reprodução da classe trabalhadora numa complexa relação contraditória entre a primazia do atendimento das demandas da classe dominante e a necessidade de atendimento mínimo das demandas de reprodução da classe dominada.

da qual os mecanismos de proteção social e de regulação do trabalho no país passam a ser guiados de maneira coesa e coerente ao nível de desenvolvimento econômico no país que é restringido e subordinado ao padrão de acumulação dos países centrais.

Enquanto no mercado de trabalho brasileiro a flexibilidade estrutural e a precariedade das ocupações tornam-se particularidades da questão social no país em função dos marcantes traços de subdesenvolvimento, da alta rotatividade na utilização da força de trabalho, da desregulação do nível salarial entre trabalhadores formais e informais, estes últimos caracterizando grandes massas de trabalhadores autônomos exercem ocupações laborais extremamente precárias. Sendo essa flexibilidade estrutural determinada em grande medida pelos processos migratórios do campo para as cidades e pela formação da superpopulação relativa que é colocada a margem do usufruto do desenvolvimento econômico para o qual contribuiu ativamente sendo até mesmo essencial a sua constituição.

Acerca da conjuntura internacional Baran e Sweezy (1966) nos informam que na fase do pós-guerra constituem-se uma grande massa de demandas de consumo que precisam ser atendidas com o redimensionamento da indústria e com o deslocamento do atendimento das demandas militares para as demandas civis, nesse sentido criam-se espaços no mercado para investimentos que tem a capacidade de absorver os capitais excedentes que requerem ser valorizados. No entanto, a fase de prosperidade propiciada pelo desenvolvimento da indústria bélica serviu apenas como um remédio paliativo para desaceleração da crise cíclica, corroborando com esse entendimento os autores expõe:

Podemos perceber a queda uniforme na utilização da capacidade produtiva – ou, no reverso da medalha, o crescimento da capacidade de produção ociosa – após 1925. [...] A queda precipitada na taxa de utilização da capacidade, de 1929 a 1930 (de 83 para 66), refletiu tanto a conclusão de muitos projetos iniciados em 1928 e nos primeiros três quartos de 1929 quanto a baixa brusca e generalizada de preços propiciada pelo drástico corte no volume de novos projetos depois da quebra da bolsa de valores no outono de 1929 (Baran; Sweezy, 1966, p.236).

Podemos apreender que a crise de 1929, conhecida por “Grande Depressão”, se alastrou pelo globo, pois “pela primeira vez, desde que começara a industrialização, perturbou-se o crescimento de todas as potências industriais” (Hobsbawm, 2011, p.207), provocando um desemprego em massa, com a falência de várias empresas e indústrias afetadas pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Junto à crise, espalhou-se a desconfiança sobre a defesa do ideal liberal, colocando-o numa situação de decadência de legitimidade política que se viu colocada em xeque pelo nível de organização e combatividade

do movimento operário, em especial pela criação do primeiro governo proletário<sup>55</sup>. Segundo Netto (2011), a crise evidenciava a necessidade de refuncionalização e de redimensionamento das formas de intervenção do Estado, dado que, enquanto representante dos interesses da classe burguesa deveria assegurar as condições adequadas para o desenvolvimento capitalista, desde seu interior de forma contínua e sistemática.

Portanto, o Estado diante do redimensionamento de suas funções, no atual estágio monopolista do capitalismo, tem suas funções políticas estreitamente conectadas com suas funções econômicas. Em outras palavras,

o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (Netto, 2011, p.27).

Compreendemos que a incorporação e o atendimento das necessidades de reprodução da classe trabalhadora pelo Estado não estão desvinculados de uma fundamentação da base material da sociedade capitalista e, portanto, não deve ser naturalizada enquanto algo comum. Pois, o Estado correspondente a base material da sociabilidade capitalista que incorpora novas funções e interliga as que já possui, assumindo um aparente papel de conciliador na luta de classes no sentido de atender primordialmente as necessidades de reprodução da ordem capitalista que se vê em certa medida ameaçada pela organização das lutas de classes travadas pelos trabalhadores.

No entanto, onde a combatividade da luta proletária não se encontrava suficientemente forte e organizada as formas políticas e econômicas organizativas da sociedade assumem contornos inflexíveis, como é o caso do Brasil que sofreu com a supressão dos direitos e garantias tanto para o trabalho quanto para os trabalhadores, essa natureza antidemocrática do regime político torna-se a mais adequada ao livre desenvolvimento da ordem monopólica. “Com efeito, as alternativas sociopolíticas do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do *Welfare State* ao fascismo” (Netto, 2011, p.28).

Com isso, o autor nos permite apreender que o redimensionamento das funções do Estado no sentido de acolher as necessidades de reprodução da classe trabalhadora não é

---

<sup>55</sup> Pela primeira vez na história um partido proletário tornou-se e continuou a ser aquele que se alternava com outro na condução do governo, e o temor de expropriação por parte da classe trabalhadora assustava agora as classes médias, [...] porque sua simples existência como partido de massa lançava uma tênue sombra vermelha de uma potencial revolução soviética sobre o país (Hobsbawm, 2011, p. 206).

derivado de um processo natural, desvinculado do âmbito político e econômico da sociedade burguesa. E sim, motivado pelo objetivo principal da ordem monopólica que é a conquista de superlucros, assim o Estado refuncionaliza o atendimento das demandas da classe trabalhadora para contribuir com a maximização dos lucros dos monopólios.

É somente nestas condições que as sequelas da ‘questão social’ tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a ‘questão social’ se põe como alvo de políticas sociais (Netto, 2011, p.29).

Com base nas contribuições do autor, enfatizamos que nos países centrais apesar das bases da questão social terem sido estabelecidas no período concorrencial do capitalismo e que suas expressões nesse período eram respondidas de maneira coercitiva e de modo a conservar as relações sociais de exploração fundadas com base na propriedade privada, a intervenção estatal era instigada pelo fato da questão social no ápice da contestação da classe trabalhadora ameaçar a ordem capitalista e pôr em risco a oferta da força de trabalho para o capital.

Apenas quando a ordem metabólica do capital atinge sua maturidade e situa-se no estágio monopolista é que as expressões da questão social serão consideradas alvo da intervenção contínua e sistemática do Estado através das políticas sociais, no sentido de preservar e controlar a classe trabalhadora ocupada e supérflua diante das dificuldades de valorização do capital encontradas nesse estágio, reforçando com isso a articulação das funções econômicas e políticas do Estado. Em outras palavras:

A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona (Netto, 2011, p.19).

Sendo um desses complexos deflagrados no estágio monopolista – que atuam na contramão dos desdobramentos negativos e críticos particulares ao desenvolvimento do capital no supracitado estágio – a intervenção estatal com base num viés social-democrático como forma de legitimação do Estado burguês, que desemboca numa complexa dinâmica contraditória. Diante disso, o Estado ao tornar-se aberto a incorporação das demandas da classe trabalhadora vê-se tencionado tanto pelas necessidades de valorização do capital quanto pelas lutas sociais que esse processo faz despontar na sociedade, pois apesar de adquirir esse cariz social sua essência de classe continua vinculada aos interesses da classe dominante.

Vale destacar que a notoriedade da perspectiva social-democrata defendida por Keynes enquanto forma de organização política do Estado no período do pós-1945, segundo Behring e Boschetti (2011), estava em sintonia com a experiência do *New Deal*<sup>56</sup> americano, “ambas têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital” (Ibid., p.71). Vale reforçar que a incorporação das demandas sociais pelo Estado não desconfigura seu caráter de classe e a sua função de regular e proteger o desenvolvimento do capitalismo, mas oculta as contradições dos interesses de classe.

“As políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 1960” (Behring; Boschetti, 2011, p.69), marcando a passagem da fase imperialista clássica do capitalismo monopolista para a fase do capitalismo tardio.

Compreendemos, com base nas contribuições das autoras, que as primeiras três décadas dessa nova fase do capitalismo em seu estágio maduro foram marcadas por forte expansão da economia e das políticas sociais. A configuração desse processo de surgimento e expansão das políticas sociais, no entanto não pode ser compreendido automaticamente como instauração do *Welfare State*, o qual sofreu importante contribuição para seu desenvolvimento a partir das pressões exercidas pelo perigo e ameaça que a União Soviética oferecia do ponto de vista político-ideológico e sua capacidade de influenciar a classe trabalhadora a lutar pela transformação da sociedade, pois os contornos dos formatos de organização social-democrática do Estado das diferentes nações possuem suas particularidades que o diferenciam, não permitindo que sua generalização conceitual seja coerente com sua atuação na realidade concreta.

Assim, com base em Behring e Boschetti (2011) a constituição do *Welfare State* se diferencia do conceito amplo e geral de política social, pois ocorreu num momento marcante da sociedade burguesa adquirindo uma conotação histórica com características institucionais diferenciadas. Nesse sentido, a intervenção estatal, nesse formato de organização político-social, tinha como pilares o desenvolvimento do pleno emprego e maior igualdade social via distribuição indireta da riqueza socialmente produzida por meio das políticas sociais.

---

<sup>56</sup> Com base em Netto e Braz (2012), o *New Deal* se prendeu à expansão dos valores do “estilo de vida” norte-americana que impôs a dominação dos preceitos especificamente norte-americanos em relação a todos os costumes das demais nações, sendo de extrema importância a indústria cultural e de comunicações.

Enquanto no plano internacional as políticas sociais já haviam avançado bastante, por outro lado, nos países periféricos a exemplo do Brasil as primeiras políticas sociais e o sistema de proteção social<sup>57</sup> iam dando seus primeiros passos contando em sua constituição com determinações como a subalternidade econômica e política do país, além das marcas das relações sociais estabelecidas no âmbito do trabalho, com as particularidades do escravismo, da superexploração, da fragmentação e da informalidade. As quais impactaram na ocorrência do cerceamento do desenvolvimento de uma consciência política crítica da classe trabalhadora, resultando assim no acirramento das lutas de classes e das manifestações sociais, enquanto eventos episódicos que eram respondidos, no período anterior a década de 1930, de maneira repressiva e fragmentariamente, pelo mercado, pela caridade privada e pela polícia, pois o Estado neste período exercia parcamente sua função de regulador das relações sociais.

No Brasil, após a crise de 1929, temos um acirramento da correlação de forças tanto no âmbito da classe dominante quanto da classe trabalhadora, a qual passa a reivindicar a criação dos direitos sociais, diante disso a burguesia em meio a conjuntura de restrição de direitos políticos e civis em função do período ditatorial utiliza-se do estabelecimento de direitos trabalhistas e previdenciários sob a forma de tutela e favor como mediação para alcançar legitimidade.

Em síntese, “os anos de 1930 e 1943, que podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil” (Draibe, 1990, apud Behring; Boschetti, 2011, p.106), demonstra que esta introdução trouxe consigo a incorporação de algumas tendências internacionais, a exemplo dos seguros sociais, que influenciaram a intervenção estatal frente às expressões da questão social e a construção do padrão de proteção social brasileiro. O que nos leva a compreender que as escassas iniciativas da política social eram subordinadas ao interesse e ao aproveitamento no âmbito econômico, refletindo conseqüentemente na lenta e seletiva expansão das políticas sociais brasileiras, as quais foram atingidas pelo contexto de instabilidade política do país, resultando na também lenta expansão dos direitos que se mantiveram corporativistas e fragmentados.

Posteriormente, com a instauração da ditadura militar no país adota-se um modelo de desenvolvimento econômico dependente e associado ao capital internacional imperialista, que

---

<sup>57</sup> [...] A proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. [...]. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira (Pereira, 2011, p.125).

se movimenta pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado e pela busca da realização máxima dos superlucros. Coerente com esse modelo econômico configura-se uma concepção de política social enquanto meio que possibilitasse a acumulação de capital, tendo em vista que os programas sociais desenvolvidos nesse período tinham como objetivo priorizar as necessidades e os interesses da burguesia, ou seja, “ao ser definido o modelo econômico e político a partir de 1967, a política social deixou de configurar um simples complemento ou extensão da economia e se afirmou como um meio importante de acumulação de riquezas” (Pereira, 2011, p.137).

A análise acerca da configuração da política social e da intervenção estatal brasileira diante das expressões da questão social nos permite esclarecer tanto a base em que se fundamenta o baixo padrão de vida e da condição de trabalho da classe trabalhadora nos países dependentes quanto o fundo de acumulação de riquezas em que se sustenta a expansão da demanda efetiva, as altas taxas de lucros, e a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora dos países de capitalismo central. Pois, a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, ao passo que se apresentam enquanto especificidade do capitalismo dependente e periférico, também demonstram que os mecanismos<sup>58</sup> da superexploração visam compensar as “concessões<sup>59</sup>” que o Estado faz para a classe trabalhadora nos países centrais, e isso não se dá apenas com um elevado nível de exploração da força de trabalho, mas através de um processo de exploração que resulta na desvalorização real da força de trabalho violando o seu valor de reprodução, caracterizando não somente o incremento da produtividade, mas a ampliação da extração máxima do valor excedente produzido pelo trabalhador.

Por sua vez, a transferência de valor dos países dependentes para os de capitalismo central ocorre dadas as transgressões das leis de troca que ocorre tanto com as exportações de mercadorias quanto com as exportações de capitais. O recurso excedente transferido aos países centrais serve como meio de sustentar o padrão de vida da sua classe trabalhadora, sendo vistas como consequências dessas melhorias proporcionadas via políticas sociais,

---

<sup>58</sup> Tais mecanismos segundo Marini (2017, p. 333) são: o aumento da intensidade do trabalho, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo poderia se dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; [...]. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

<sup>59</sup> Este termo aparece entre aspas no sentido de marcar a necessidade de sua compreensão com base nos desdobramentos da articulação da classe trabalhadora frente às lutas de classe na ordem capitalista, como já mencionávamos anteriormente.

segundo Behring e Boschetti (2011) o aumento dos recursos destinados ao orçamento social nesses países, o aumento da expectativa de vida, e o crescimento de programas sociais, de onde a classe trabalhadora obtém benefícios em formato de salários indiretos.

No entanto, queremos chamar atenção para o fato de que mesmo essas melhorias alcançadas nesse período pela classe trabalhadora através da luta de classes e da expansão das políticas sociais, não são capazes de reverter completamente e ultrapassar no interior da ordem capitalista as manifestações da questão social, pois “as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo<sup>60</sup>” (Netto, 2011, p. 159). Diante dessa manutenção da essência exploradora do capitalismo a classe trabalhadora não permanece inerte, mas ao contrário ela se contrapõe e representa sua resistência aquela exploração a partir da manifestação de sua capacidade de ameaçar e transformar efetivamente a ordem capitalista.

Com base no exposto, podemos afirmar que a emergência das políticas sociais no estágio monopolista do capital não pode ser vista somente como “concessões” do Estado, mas em primeiro lugar como resultado das contradições estruturais delineadas pelo estabelecimento das lutas de classe, assim, as políticas sociais dirigem-se no sentido de preservar e possibilitar a reprodução da ordem vigente.

Todavia, a compreensão da natureza das políticas sociais como concessões<sup>61</sup> e conquistas, mesmo que parciais, da classe trabalhadora, não podem ser considerada sem levarmos em conta primordialmente a importância dos desdobramentos políticos da contestação da classe trabalhadora que são imprescindíveis para marcar a necessidade de intervenção do Estado. É tanto que o surgimento e a implantação das políticas sociais nos países vão derivar do nível de organização e combatividade da luta de classes, que dependendo da pressão que exerce na sociedade capitalista vai contribuir para expandir ou restringir as intervenções estatais. A restrição da intervenção social do Estado que era dirigida pelo fascismo é supostamente superada com sua derrota ao fim da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>60</sup> O autor defende essa compreensão partindo da análise da lei geral da acumulação capitalista, que expõe a estrutura e a forma essencial da questão social em toda sua complexidade e seu caráter necessário ao desenvolvimento capitalista independente da fase se encontra. Nas palavras do autor “O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (Netto, 2011, p.157).

<sup>61</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011), em razão do crescimento das lutas de classe, do papel e da ocupação dos espaços políticos pela classe trabalhadora levaram “a burguesia a ‘entregar os anéis para não perder os dedos’, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos” (Ibid., p.67).

Pois, sua essência enquanto mecanismo de dominação monopólica não encontra condições políticas, econômicas e sociais para ser totalmente suplantado no interior da ordem monopólica, permanecendo alguns de seus ranços em forma de racismo, de sexismo, de intolerância religiosa, entre outras formas de discriminação.

Nesse sentido, “a intervenção estatal sobre a ‘questão social’ se realiza, com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a” (Netto, 2011, p.32), pois sua essência presente na relação contraditória capital/trabalho não pode ser exposta como fundante da processualidade que constitui a questão social dado que se assim fosse exposta colocaria em xeque o capitalismo. Por isso, o autor enfatiza que “as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (Netto, 2011, p.32). Nesse sentido, a questão social ao ser tratada de maneira fragmentada, sendo suas expressões atendidas enquanto recortes individuais contribuem para que o avanço da luta de classes seja travado e que as interpretações do fundamento acerca da questão social não alcancem sua totalidade histórica, social, política e econômica influenciando dessa maneira a construção de perspectivas superficiais e imediatistas acerca do fundamento da questão social.

Como referimos anteriormente, a reprodução cíclica do capitalismo possui seu período de ascensão e declínio, assim, com base em Mandel (1982), podemos tratar como elementos essenciais que caracterizam o encerramento desse ciclo expansivo da acumulação capitalista: o elevado deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto, com o aumento da composição orgânica do capital; a transferência da alocação do trabalho vivo utilizado no setor produtivo para o setor de gerenciamento e supervisão, com o amplo processo de integração da capacidade social do trabalho em detrimento da desvalorização do trabalho individual; a mudança nas proporções entre a mais-valia criada na própria empresa e aquela mais-valia gerada por outras empresas; a alteração na proporção entre os custos de produção e os gastos elevados com investimento na estrutura do capital morto; a diminuição do período de rotação do capital, através da produção contínua e do planejamento de estoques, pesquisas de mercado, etc.; a aceleração da inovação tecnológica, com elevado investimento em pesquisas; a vida útil mais curta do capital morto, com a crescente tendência ao planejamento. Conclui o autor afirmando que o resultado desses elementos principais constituiu

uma tendência à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista: a contradição entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada; a contradição entre a produção de valores de uso (que chega a níveis incalculáveis) e a realização de valores de troca (que permanece atrelada ao poder de

compra da população); a contradição entre o processo do trabalho e o processo de valorização; a contradição entre a acumulação de capital e sua valorização, e tudo o mais que se segue (Mandel, 1982, p.138-139).

Residindo nessas contradições, tanto os limites da onda longa expansiva localizada entre meados da década de 1940 até finais da década de 1960, quanto a inauguração do período de estagnação e crise estrutural, colocando novas e diferentes condições a implementação das políticas sociais daí por diante. Vale ressaltar que as causas e os efeitos desse momento de estagnação e crise localizada na década de 1970 não se limitam a relação que estabelece com a reprodução das políticas sociais, pelo contrário, o nível de agravamento e complexidade da supracitada crise atinge a totalidade da sociabilidade capitalista, pondo em risco a manutenção da ordem capitalista.

Nesse sentido, abordaremos em nossa terceira seção, com maior aprofundamento, os elementos essenciais em que se fundamenta os efeitos desse esgotamento dado conjuntamente com a inauguração da onda regressiva e suas implicações para a classe trabalhadora.

Em suma, buscamos nesta seção firmar a base fundamental acerca da gênese, e reprodução das expressões da questão social e sua direta correlação com o desenvolvimento do modo de produção e sociabilidade capitalista essencialmente fundado pela contradição capital/trabalho. Ao mesmo tempo em que caracterizamos as configurações assumidas pelo trabalho assalariado desde a gênese do capitalismo até sua fase de maturidade monopolista, buscamos destacar o contexto de embates e disputas estabelecidos entre as classes fundamentais ao longo desse período histórico. No sentido de elucidar as bases materiais de que nos servimos para compreender o processo de reestruturação produtiva ocorrida no interior da crise estrutural do capital, que será abordada na próxima seção, realizando nossa análise acerca da utilização dos programas de inclusão produtiva.

### **3 ELEMENTOS MACROSSOCIETÁRIOS PARA COMPREENSÃO DAS REPERCUSSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**

Inicialmente, tomamos a liberdade de trazer como guia do nosso estudo a contribuição de Mandel (1982) que, ao derivar de uma perspectiva teórica marxista, compreende os elementos essenciais das crises, como próprios a ordem capitalista, a partir da regularidade dos ciclos econômicos em suas fases de ascensão e declínio da expansão do capital. Assim, buscamos apreender na primeira subseção os fatores determinantes e os fundamentos da crise estrutural do capital no âmbito internacional, enfatizando o esgotamento da onda longa de expansão do capital, primordialmente derivada da queda tendencial na taxa de lucro<sup>62</sup>, conseqüentemente, proporcionando um problema de forte estagnação ocorrido inicialmente nos países centrais. Ainda nesta subseção, dissertamos sobre as estratégias implementadas pelo Estado no sentido de atenuar os impactos da crise e manter a reprodução ampliada do modo de produção capitalista em escala crescente. Tais estratégias, configuram efetivas transformações societárias, decorridas da necessidade de responder às repercussões que a crise implica, tanto para o capital quanto para o trabalho, especialmente para a classe trabalhadora.

Na segunda subseção, estabelecemos um paralelo entre os determinantes e fundamentos da crise estrutural inaugurada nos países centrais e as particularidades assumidas pela crise estrutural no Brasil de maneira a refletir sobre as conexões e diferenciações estabelecidas entre o âmbito global e o âmbito nacional vistas sob o prisma peculiar da formação sociopolítica e econômica brasileira, em razão da sua relevância para compreensão dos novos contornos do padrão de reprodução do capital de especialização produtiva e do padrão de proteção social brasileiro constituído a partir do processo de contrarreforma, de reestruturação produtiva e de desregulamentação dos mecanismos de seguridade social.

Por sua vez, na terceira subseção, buscamos destacar o direcionamento das intervenções do Estado guiadas pela financeirização e pela busca em alcançar a maximização dos lucros, implicando numa disputa pelos recursos do fundo público e conseqüentemente numa redução dos gastos com as políticas sociais que passam a serem direcionadas pela mercantilização dos direitos, serviços, programas e sociais, em simultâneo ao reforço dado as

---

<sup>62</sup> Segundo Marx (2017), a tendência de queda na taxa geral de lucro é resultante de um crescimento gradual do capital constante em proporção à variável, ou seja, ela é uma implicação direta do aumento da composição orgânica do capital que dada à manutenção e/ou aumento da taxa do mais valor, isto é o grau de exploração da força de trabalho pelo capital tende a explicitar o declínio na taxa geral de lucro.

políticas de mínimos sociais baseadas na seletividade e na focalização, sustentado pela articulação do social liberalismo e o neodesenvolvimentismo. Bem como, ainda nessa subseção, apontamos como as proposições políticas advindas dessas ideologias servem de base para sustentar um discurso que perpassa a antinomia entre exclusão e inclusão social dos trabalhadores no processo de produção, de maneira a refletir como essa contraditória questão é colocada no interior dos programas de inclusão produtiva e como sua análise crítica é relevante para elucidar o distanciamento que há entre o discurso, o real objetivo desses programas e a sua efetiva realização na sociedade capitalista de um país periférico.

### 3.1 Crise estrutural do capital e capitalismo contemporâneo

A análise deste quadro de crise estrutural é importante a nossa investigação acerca da utilização dos programas de inclusão produtiva como estratégia de atenuação das expressões da questão social na contemporaneidade, pois comporta elementos fundamentais para compreendermos as repercussões para a classe trabalhadora diante das consequências da crise estrutural e das medidas estabelecidas para seu enfrentamento, especialmente no que tange o processo de desregulamentação da proteção social possibilitada pela seguridade social.

Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma ‘crise estrutural cada vez mais profunda’, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de ‘tempestade’. Com a irresolubilidade da sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade, a única forma de evitá-la é colocando em pauta a *atualidade histórica* da alternativa societal *socialista*, da *ofensiva socialista* (Mészáros, 2011, p.18, grifos do autor).

Dessa maneira, partimos inicialmente em busca dos elementos fundamentais e determinantes do esgotamento da onda longa expansiva e da crise estrutural do capital. Segundo Mészáros (2011, p.798), “certamente, a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas”, estas dimensões fundamentais do capital são: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, elas promovem para o sistema do capital “a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada” (Ibid., p.798).

Ou seja, as dimensões internas articuladas entre si atuam como um mecanismo vital de auto-expansão do sistema, pois são capazes de deslocar, difundir e até mesmo neutralizar as mais severas contradições e disfunções do sistema, desde que não se ultrapassem os limites

últimos e estruturais do capital, tornando inclusive tais tendências contraditórias um meio de impulsionar o aumento exponencial da reprodução do capital.

Por outro lado, destaca o autor que a “crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais” (Ibid., p.798), deve ser distinguida das disfunções que acometem cada uma das dimensões fundamentais separadamente e/ou indiretamente todo o sistema do capital, sem, contudo, afetar os seus limites últimos e estruturais. Com base nisso, podemos compreender que tal distinção deve-se fundamentar no fato de que “uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos* mas aos limites *últimos* de uma estrutura global” (Mészáros, 2011, p.797) e nesse sentido ela mesma ao afetar a totalidade do complexo social ao qual está articulada põe em questão a própria existência desse complexo que articula o sistema sociometabólico do capital e a sociabilidade humana capitalista, diferentemente das crises cíclicas que servem como uma alavanca para impulsionar a reprodução do capital numa escala mais elevada e ampliada.

Enfaticamente, o autor nos informa o caráter histórico<sup>63</sup> da manifestação da crise estrutural do capital, além de expor de maneira direta que a referida crise que estamos vivenciando, desde a década de 1970, está relacionada,

a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. [...], as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições* (Ibid., p.799, grifos do autor).

Dessa forma, as perturbações mais graves ao processo de auto-expansão do capital acabam acarretando indisfarçáveis impedimentos para continuidade do crescimento, além de implicarem num bloqueio na função vital do capital de deslocar as contradições do sistema. Ainda com base no autor, podemos entender que o deslocamento das contradições no sistema

---

<sup>63</sup> Segundo Mészáros (2011, p. 795, grifos do autor) A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

do capital é fundamental, em razão do próprio sistema se desenvolver com base nas suas contradições, sendo a principal delas a contradição capital/trabalho.

Dessa forma, o capital lida com suas contradições de maneira a “intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente” (Ibid., p.800). Por isso, que tal função de deslocamento das contradições é tida como fundamental e vital ao sistema, e a sua não realização representa um perigoso e explosivo impedimento a reprodução “sociometabólica” do sistema, pois diante da crise estrutural não há esfera ou país que não tenham sido afetados por seus impactos, conseqüentemente o que se registra é um progressivo bloqueio no deslocamento das contradições internas do sistema.

Como resultado desse bloqueio sistemático, a crise em que vivemos hoje, apesar de ter seus efeitos imediatos localizados no âmbito socioeconômico, não se limita a esta esfera, revelando-se como uma verdadeira crise de dominação em geral. Diante disso,

são necessárias novas ‘garantias políticas’, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a crise estrutural de todas as instituições políticas já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas (Mészáros, 2011, p.800).

Podemos compreender que as “garantias políticas<sup>64</sup>” possibilitadas anteriormente pelo Estado do bem-estar social, já não se mostravam eficientes para atender as necessidades de reprodução do sistema, visto que as melhorias incorporadas nas condições de reprodução da classe trabalhadora a partir dos desdobramentos de sua ação política nas lutas de classes não mais atendiam aos ímpetus da lucratividade, mas ao contrário representavam um atrito e conflitavam com tais exigências da lucratividade.

Nesse sentido, as “novas garantias políticas” necessárias à pulsão para expansão da acumulação se colocam como ajustes estratégicos feitos estritamente no âmbito dos efeitos e das conseqüências da crise estrutural na sociabilidade, através do espectro da produção destrutiva<sup>65</sup> que assola de forma geral o conjunto das relações sociais, provocando a intensificação da contradição capital/trabalho e a ativação dos limites absolutos do sistema<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Segundo Paniago (2012, p.3), “à estratégia keynesiana, cujo objetivo fundamental, à época, foi auxiliar a aceleração do crescimento das taxas de lucratividade com a garantia política e os benefícios econômicos necessários à implementação do consumo de massa, bem como os investimentos em infraestrutura facilitadores da realização do capital”.

<sup>65</sup> Com base em Mészáros (2011), a produção destrutiva se caracteriza enquanto uma condição de autopreservação da expansão do capital, num processo em que as barreiras impostas a produção capitalistas são

Considerando-se o exposto, para ultrapassar tais limites absolutos é necessário, serem adotadas medidas estratégicas que, em algum momento, implicariam num enfraquecimento da viabilidade de manutenção e expansão do sistema do capital em si. Por essa razão, não é inesperado que o sistema do capital vá desempenhar um esforço para confinar aquelas medidas estratégicas remediadoras, no âmbito de uma modificação parcial estruturalmente compatível com sua base fundamental, sem a ela representar qualquer questionamento, mesmo diante das crises mais sérias. Sendo importante enfatizar as ressalvas que Mészáros (2011) faz acerca dos limites absolutos do sistema, informando, em primeiro lugar, que a constituição de tais limites não significa dizer que os mesmos são intransponíveis e em segundo lugar que diante do quadro socioeconômico e político de ativação dos limites absolutos é presumido que o sistema busque intensificar as contradições de maneira a “ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais” (Ibid., p.220).

Consequentemente, segundo Mészáros (2011), dada a ativação dos seus limites absolutos e a tentativa de ampliar a capacidade de acumular mesmo no interior das fronteiras delineadas pelos seus limites estruturais, o sistema de dominação do capital vê-se de maneira geral em crise, dado que “sua *raison d’être*<sup>67</sup>” e sua motivação histórica são afetadas pela incontrolabilidade<sup>68</sup> da expansão do capital, a qual expõe a exacerbação das desigualdades e

---

superadas, sem levar em conta critérios reguladores que possam desenvolver positivamente as necessidades humanas, ou seja, não são consideradas as devastadoras implicações proporcionadas pelo impulso infinito da auto-expansão do capital. Nas palavras do autor (Ibid., p.952), “a crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção até agora existentes se expressam em amargas contradições, crises, espasmos. A destruição violenta do capital não advém de relações externas a ele, mas, ao contrário, é a condição de sua autopreservação. É assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopreservação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva”.

<sup>66</sup> Mészáros (2011, p.46) aborda quatro questões especialmente importantes, cada uma constituindo o ponto central de alguma das grandes contradições: (1) o antagonismo entre o capital transnacional, que se afirma globalmente e os Estados nacionais, [...]; (2) o impacto catastrófico das práticas produtivas do capital ‘avançado’ sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica; (3) a incapacidade total do sistema do capital – inclusive de suas variedades pós-capitalistas – de corresponder ao desafio irreprimível da liberação das mulheres, da igualdade real, expondo assim a vacuidade da forma tradicional de tratar o problema da desigualdade por meio de concessões formais/legais vazias e sob a hipócrita retórica de “oportunidades iguais”; e (4) o câncer do desemprego crônico que devasta o corpo social mesmo nos países de capitalismo mais avançado.

<sup>67</sup> Segundo Mészáros (2011), o sistema do capital tem como sua *raison d’être* (razão de ser) “a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais sendo possivelmente incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira que não seja por meio da máxima exploração da força de trabalho” (Ibid., p.99).

<sup>68</sup> “Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (Mészáros, 2011, p.100). Haja vista o fundamento da incontrolabilidade que segundo o autor reside no fato do capital ser uma forma incontrolável de controle sociometabólico, pois desde sua origem configura-se enquanto uma estrutura totalizadora de controle que não permite ou não se submete a um controle permanentemente adequado ou a uma

um processo de desumanização cada vez maior do capitalismo. Nesse contexto, o poder legitimador da dominação precisa ser reajustado, pois o “capital, como *causa sui*, não pode reconhecer – menos ainda permitir – qualquer alternativa a seu próprio modo de operação, que é incorrigivelmente orientado-para-a-expansão” (Mészáros, 2011, p. 940).

Assim, desencadeia-se um processo para eliminação de qualquer alternativa de racionalidade que coloque obstáculos à propagação da perspectiva orientada à reprodução ampliada do capital, seja através do estabelecimento de formas políticas autoritárias e regressivas e/ou por meio da constituição de uma “política de consenso” entre as classes no interior do sistema, como forma de assegurar a necessária taxa de exploração do trabalho excedente.

Contribuindo com essa discussão, destaca Mota

o que se põe no horizonte é a exigência de o capital operar mudanças econômicas, sem perda da hegemonia do capital. Daí, a necessidade de formar uma cultura política de crise, como condição para empreender mudanças *consentidas*, que adquiram o estatuto de *iniciativas positivas no enfrentamento da crise econômica* (Mota, 2005, p. 72, grifos da autora).

Assim, correlacionam-se diante do quadro de crise estrutural medidas estratégicas em resposta à contundente queda das taxas de lucro, conformando um processo na tentativa de restauração da acumulação e da reprodução ampliada do capital. No interior desse processo restaurador, as exigências das alterações na esfera econômica no que tange a reestruturação tanto da produção quanto dos mercados não devem e não podem ser desvinculadas de uma racionalidade que propõe fortalecer o poder legitimador do capital e “garantir” a hegemonia dos seus interesses.

Tal racionalidade encontra seu fundamento no neoliberalismo, enquanto representação político-ideológica dos interesses hegemônicos da ordem capitalista, que inicialmente nasce nos países de capitalismo central no pós-segunda guerra mundial, como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, 1995, p.9). No entanto, a hegemonia do neoliberalismo não se consolidou do dia para a noite, foi necessário, segundo o autor, aproximadamente uma década para ter o que poderíamos chamar de “triumfo” dessa racionalidade que foi construída nos países de capitalismo avançado, sustentando-se sobre o tríplice monte da desregulamentação, flexibilização e privatização.

Segundo Mota (2005), a incidência do neoliberalismo registrava-se principalmente no âmbito da luta de classes e na relação entre a ordem socioeconômica e o projeto político

---

autorrestrição racional. Consequentemente, o capital demonstra ser compatível apenas com ajustes limitados e temporários, e somente enquanto fosse possível manter de alguma forma a dinâmica de auto-expansão e o processo de reprodução ampliada da acumulação.

coerente com os ensejos dela. Isto é, partindo da tentativa de obstaculizar a dimensão política da crise estrutural do capital que tem como base os processos de resistência da classe trabalhadora, o neoliberalismo busca desvincular a relação contraditória entre capital e trabalho da movimentação do capital e da instauração de sua crise estrutural.

Assim, torna-se de suma importância a formação de uma “cultura política de crise<sup>69</sup>” e a sua propagação enquanto um conjunto de ideias “de que a crise afeta indistintamente o conjunto da sociedade e que a sua superação beneficia indistintamente a todos os países” (Ibid., p.72), enquanto uma mediação e guia para as alterações realizadas no âmbito econômico por meio da reestruturação produtiva de maneira a atribuir-lhes o estatuto de mudanças “consentidas” e de “iniciativas positivas” ao enfrentamento da crise estrutural. Nas palavras da autora,

do ponto de vista prático-operativo, emerge a idéia de que, na crise, a luta pela recuperação econômica do país beneficia a todos indistintamente, razão maior do discurso da colaboração e do salvacionismo indiferenciado. Do ponto de vista político, a estratégia adotada tem como consequência o solapamento de um projeto de classe, de corte anticapitalista, mediante a formação de uma vontade política universal que independe da inserção dos sujeitos sociais na estrutura social (Mota, 2005, p.100-101).

Nessa direção, parte-se do pressuposto de que a crise ao afetar toda a sociedade da mesma maneira, independentemente da classe social a que pertencem os indivíduos, também teria as estratégias para sua superação constituídas a partir da construção de acordos colaborativos entre as classes fundamentais. Tais acordos contribuem para a formação de um conformismo social, de um consentimento dos trabalhadores em tornar comum os interesses da classe burguesa, possibilitando uma integração passiva à ordem do capital daquelas posições antagônicas que tem desconstruído os elementos capazes de fundamentar sua interpretação crítica da crise. Enfim, “isso significa investir na neutralização dos processos de resistência e em estratégias persuasivas, promotoras de adesões ao seu projeto, valendo-se, para tanto, das precárias condições de vida e de trabalho da população” (Mota, 2005, p.111).

Por outro lado, com base nas contribuições da autora, para não perdermos de vista a articulação entre a esfera política, com o reforço da hegemonia burguesa sob influência do neoliberalismo, e a esfera econômica, com a reestruturação produtiva em escala mundial, se faz necessária consequentemente uma discussão acerca da relação entre os desdobramentos da

---

<sup>69</sup> Segundo Mota (2005), a orientação socioeconômica dessa cultura de crise encontra-se comandada pelo chamado Consenso de Washington, que nas palavras da autora, “Objetivado em propostas de políticas macroeconômicas e de reformas estruturais, o Consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 1980, especialmente no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional” (Ibid., p.80).

crise econômica e o processo de reestruturação produtiva. Conforme nos informa a autora, “a crise econômica requereu, assim, medidas de ajustes, necessárias ao processo de reestruturação da economia, mas que intensificaram as tensões sociais” (Mota, 2005, p.55), tais ajustes ocorrem no âmbito da produção e da circulação. Neste último, em específico, deu-se a partir da desregulamentação dos controles rígidos da economia, visando oferecer maior liberdade a internacionalização do capital financeiro com base na reorganização do mercado internacional com intervenções no sentido de estabelecer medidas de ajuste nas relações econômicas estabelecidas no intercâmbio entre as nações de capitalismo central e os países periféricos.

Dessa maneira, para superação da crise econômica as medidas estabelecidas pela desregulamentação da economia visam à “expansão do crédito para financiar tanto os déficits dos países hegemônicos como a integração funcional dos países periféricos ao processo de internacionalização do capital” (Ibid., p.55), no sentido de proporcionar a ampliação das possibilidades de escoamento e realização da produção, além de contribuir com as mudanças na divisão internacional do trabalho e do mercado consumidor – acarretadas pelo avanço da globalização e da mobilidade espaço-temporal dos polos produtivos em escala ampliada e internacional –, configurando tendências que na esfera da produção remete a intervenções diretamente no processo de trabalho e indiretamente ao controle da força de trabalho.

Reforçando essa compreensão, segundo Harvey (1993, p.181, apud Mota, 2005, p. 76), “a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo [...] é resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo”. Assim, as alterações realizadas no mundo do trabalho sejam provocadas pela requisição de mudanças na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto resultado do processo de reordenação internacional da produção e da circulação de bens, e/ou sejam provocadas pela necessidade inerente de mudanças no próprio processo técnico do trabalho, se configuram enquanto transformações indispensáveis ao processo de reestruturação da produção.

Nessa linha de argumentação, a reestruturação produtiva seria indicativa de uma ruptura radical com o padrão anterior, determinando a emergência de um novo desenvolvimento capitalista, baseado na *flexibilização* do processo de produção de mercadorias, no qual, também, se incluiria a flexibilização da contratação e do uso da força de trabalho (Mota, 2005, p.72, grifos da autora).

Compreendemos, a partir do exposto, que a flexibilização fruto do padrão de produção reestruturado é dada em razão do esgotamento do padrão de produção fordista-taylorista que teve como base, segundo Gounet (1999), a aplicação da organização científica do trabalho visando estabelecer uma linha rígida de produção, com a clara cisão entre a elaboração e a

execução no processo de trabalho; a produção em massa apoiada na racionalização do tempo e das operações, propondo-se respectivamente a redução do tempo de produção e a realização do parcelamento e fragmentação das tarefas, proporcionando por consequência a redução dos custos de produção, a elevação do ritmo de trabalho, além da intensificação da exploração da força de trabalho; a produção homogeneizada baseada num processo de padronização das peças e de desqualificação do saber dos operários, incorrendo numa diluição da especialização do operário; a integração verticalizada da produção com a automatização das fábricas, pretendendo exercer o controle direto do processo de produção visando atender ao consumo de massa.

Em resumo, com base no autor, o padrão de produção fordista-taylorista nos países de capitalismo central ao articular-se com o Estado de bem-estar social, atendeu naquele período histórico dos anos dourados a uma conjuntura política e econômica favorável a expansão do desenvolvimento econômico e a regulação estatal tanto da produção quanto do mercado.

No entanto, com a crise estrutural, somada às suas determinações e os seus desdobramentos principalmente nos âmbitos econômicos e políticos, foram constituídos entraves à continuidade da onda longa expansiva, os quais podem ser reconhecidos no ataque ao movimento sindical, visto como o responsável pelos altos custos dos gastos públicos destinados às garantias sociais derivadas do trabalho que proporcionavam uma queda na taxa de lucro em razão desse custo elevado, também sendo alvo de crítica as políticas keynesianas do Estado de bem-estar social que se mostravam impotentes diante do quadro de recessão econômica.

Por outro lado, o esgotamento do padrão de produção fordista-taylorista além de ter sido afetado por desdobramentos macrossocietários e exógenos também enfrentou barreiras intrínsecas ao seu funcionamento como, por exemplo, a perda da sua eficiência produtiva tendo em vista o nivelamento dos incentivos destinados ao estímulo da demanda e do consumo em massa que eram fornecidos a partir do aumento salarial e da redistribuição dos ganhos da produtividade com os trabalhadores, implicando, conseqüentemente, na saturação do mercado e por sua vez no declínio da taxa de lucro, demonstrando ser inviável aos empregadores destinarem recursos para melhoria da condição de trabalho, ocasionando um agravamento das condições de trabalho cada vez mais extenuantes e até mesmo um aumento do desemprego que será agravado com o novo modelo de produção.

Com base no que assevera Mota (2005), a reestruturação produtiva para além de constituir uma alteração no padrão de produção fordista-taylorista que se encontrava em situação de esgotamento, foi capaz de indicar uma ruptura entre o mesmo e novo padrão de

produção, denominado Toyotista<sup>70</sup>, que tem como base, segundo Gounet (1999), a flexibilização do processo de trabalho e de produção, com o alto nível de incorporação tecnológica e de automatização que requisitam do operário a capacidade de trabalhar em equipe e ser polivalente para lidar com várias máquinas ao mesmo tempo, bem como auxiliar os colegas quando necessário; a produção é vinculada à demanda, sendo o consumo quem condiciona toda a organização da produção que passa a ser segmentada e diversificada; a produção horizontalizada e descentralizada apoia-se no estabelecimento de relações de subcontratação com os fornecedores.

Apesar da indicação de ruptura considerada na transição do padrão de produção fordista-taylorista para o toyotista – em razão das principais distinções estabelecidas pelos próprios padrões de produção, no que tange o formato da produção ser em massa ou por demanda, verticalizada ou horizontalizada, e o controle da força de trabalho ser regido por um formato rígido ou flexível –, conseguimos identificar aspectos que caracterizam um continuum entre esses diferentes padrões de produção, principalmente no que se refere à base essencial desses padrões fundados e nutridos pela exploração da força de trabalho. E que, diante do contexto de crise estrutural ao intensificarem-se a exploração dos trabalhadores, agravam-se ainda mais as contradições atinentes ao desemprego, proporcionados pela incorporação massiva dos avanços tecnológicos que, por consequência, implicam na redução da demanda por força de trabalho humana, na crescente fragmentação da classe trabalhadora em camadas dissociadas de trabalhadores baseadas na qualificação, na polivalência, e na informalidade da contratação.

Destarte, o padrão de produção toyotista, ao ser colocado como base para o desenvolvimento do capitalismo em seu estágio contemporâneo, trata de intensificar a exploração da força de trabalho, sobrecarregando o trabalhador a cumprir novas e múltiplas tarefas ligadas ao controle de qualidade e à manutenção da maquinaria utilizada. No entanto, o esforço desempenhado pelo trabalhador polivalente não é acompanhado pelo aumento dos salários, sendo realizado pelo contrário à sua depreciação, que se soma a retirada das

---

<sup>70</sup> “A nova organização do trabalho foi implantada progressivamente, nas duas décadas de 1950 a 1970, na Toyota” (Gounet, 1999, p. 25). Partindo o autor das contribuições realizadas por Benjamin Coriat (1994), nos informa que o padrão de produção Toyotista, também denominado de ohnismo, foi desenvolvido por Taiichi Ohno num contexto de lento crescimento econômico, com um mercado saturado de bens padronizados produzidos em massa e com uma baixa demanda de consumo diversificada. Dessa maneira, tal padrão de produção toma como questão central a busca por formas de se elevar a produtividade diante da baixa expansão da demanda, perseguindo então a necessidade de diversificação da produção em pequenas quantidades de produtos. Assim, apresentava-se, segundo Coriat (1994, apud Gounet, 1999), enquanto uma nova organização do trabalho que substituiria o padrão anterior fordista-taylorista a partir de seu conjunto de inovações organizacionais guiado pela redução do número de trabalhadores, pela racionalização da produção através do princípio *just-in-time* e da automação, servindo de base à nova fase do desenvolvimento capitalista.

“garantias e vantagens” proporcionadas anteriormente pelo Estado de bem-estar e pela salvaguarda do movimento sindical. Sendo este último alvo de ataques, no sentido de fragilizar a capacidade organizativa da classe trabalhadora em opor resistência ao agravamento das condições de trabalho, em especial com o estímulo a fragmentação da classe trabalhadora em segmentos diferenciados que vêm pulverizando seus interesses enquanto classe social.

Haja vista a tendência de distanciamento entre as reivindicações e mobilizações políticas coletivas de uma camada minoritária de trabalhadores com vínculos estáveis e de uma camada majoritariamente composta por trabalhadores informais, subcontratados, terceirizados que sofrem com a precarização do emprego, com rebaixamento da remuneração, com a desregulamentação (geralmente não negociada) das condições de trabalho e dos direitos sociais em relação ao disposto nas legislações.

Ao lado dessa tendência, outra que se destaca, segundo Gounet (1999) é a constituição de um sindicalismo que privilegia os interesses dos trabalhadores “colaboracionistas” que possuem vínculos estáveis e se colocam atrelados aos interesses do patronato, em detrimento dos trabalhadores precarizados e informais que se encontram à mercê das mudanças impostas nas condições de trabalho.

Em suma, apoiados na flexibilidade dos processos de trabalho e do mercado de trabalho constituem-se novos setores produtivos, novas formas de serviços, novos mercados com altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional implicando numa extraordinária economia da força de trabalho, e por sua vez um crescimento exponencial da força de trabalho excedente em relação às necessidades do capital.

Dessa forma, as alterações no mundo do trabalho encontram seu fundamento nas modalidades de vínculo empregatício precárias, informais, e temporárias ou parciais, com estratificações e discriminações por sexo, idade, cor, etnia e qualificação. Em resumo, tais configurações da modalidade de vínculo empregatício remetem a classe trabalhadora ao sofrimento com os altos índices de desemprego estrutural, com a diminuição do emprego regular, com a terceirização da produção e da contratação dos trabalhadores, com a luta constante contra a desqualificação, com salários reais reduzidos, com enfraquecimento do poder sindical, e com a acentuação da exploração da força de trabalho jovem e/ou feminina.

Ao lado da flexibilização, a desregulamentação além de estreitar a correlação entre a hipertrofia financeira do capital e o processo de globalização econômica, também incidiu na “redução dos mecanismos de seguridade social, em prol, é claro, da regulação operada pelo mercado” (Mota, 2005, p. 56). Nesse sentido, o Estado para atender aos interesses e

necessidades do grande capital sofre um considerável redimensionamento no que tange o encolhimento de sua ação reguladora, tendo como base a orientação neoliberal, desenvolvendo, por sua vez, um processo contrarreformista<sup>71</sup> que remete para além das mudanças localizadas no âmbito da intervenção estatal, cuja direção passa a ser guiada pela realização de uma redução da cobertura da proteção social aos direitos da classe trabalhadora, em razão dos cortes nas políticas de seguridade social, nos serviços e programas ofertados pelas mesmas.

O processo de contrarreforma também está relacionado com os desdobramentos do que se denominou como crise fiscal do Estado<sup>72</sup> que, segundo Behring (s/d), é decorrente de uma inflexão na receita e no gasto público no período que caracteriza a virada do ciclo expansivo para o ciclo recessivo apontada pela crise estrutural do capital. O discurso neoliberal apropriando-se dessa inflexão realiza a defesa do argumento de que a crise fiscal foi induzida pela pressão da classe trabalhadora que visava manter a ampliação da proteção social alcançada na fase de expansão econômica no período de estagnação e crise, em razão disso o custo da força de trabalho passa a ser questionado e os gastos sociais por sua vez passam a sofrer cortes e serem reduzidos. A defesa do argumento neoliberal, acerca da redução dos gastos sociais, atua no sentido de encobrir os reais interesses do capitalista em diminuir os custos da força de trabalho e redirecionar os recursos captados para o fundo público<sup>73</sup> através dos impostos para o atendimento das demandas do empresariado.

Tomamos o exposto até o momento, acerca da contrarreforma desenvolvida no período de crise estrutural do capital no âmbito internacional, como apontamentos iniciais que nos permitem situar a configuração desse movimento que é inaugurada na dinâmica do capitalismo nos países mais desenvolvidos econômica e politicamente de maneira a estabelecer um aprofundamento da questão na próxima seção quando colocaremos em

---

<sup>71</sup> Trata-se de uma contrarreforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, com um resgate extemporâneo das idéias liberais (Behring; Boschetti, 2006), bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário de medidas práticas, na medida em que são observados seus impactos sobre a questão social, que se expressa nas condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política (Behring, s/d, p. 3).

<sup>72</sup> Segundo Behring (s/d), no período da longa onda expansiva a intervenção estatal nos países de capitalismo central caracterizou-se pela ampliação da proteção social, seja em razão da pressão exercida pela classe trabalhadora e/ou seja pela concessão dada pelo Estado através da universalização dos gastos sem contrapartida. No entanto, “no contexto da reversão do ciclo econômico, a renda nacional é contida enquanto aumenta o gasto público em função das estratégias keynesianas de contenção do ciclo depressivo (déficit público), largamente utilizadas quando estourou a crise: aí reside a razão mais profunda da crise fiscal” (Ibid, p.7).

<sup>73</sup> Segundo definição de Salvador (2010, p. 607), o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal.

paralelo as determinações e os desdobramentos que o processo contrarreformista assume no Brasil.

De maneira geral, o desenvolvimento da crise fiscal e da disputa pelo fundo público na base da contrarreforma promove uma alteração no direcionamento da intervenção estatal que se assume regressiva e reflete especialmente no desmonte das políticas e direitos sociais. Conseqüentemente, as tendências de desfinanciamento da proteção social e desresponsabilização do Estado assumem um destaque de relevo no contexto de hegemonia neoliberal, contribuindo com a discussão, nos informa Behring (s/d, p.09), “nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor”.

Assim, podemos compreender que o direcionamento dado aos serviços, benefícios, programas e direitos sociais a partir das políticas sociais é induzido a mercantilização e a transformação deles em negócios, tendo em vista o processo de privatização do patrimônio estatal, com a degradação dos serviços públicos e redução dos gastos sociais. Dessa forma, as tendências de desfinanciamento da proteção social e mercantilização das políticas, serviços e programas sociais possuem estreita e direta conexão com a tendência de desresponsabilização do Estado sobre o atendimento das demandas da classe trabalhadora, tendo em vista que amparado sob o discurso dessas tendências, cujo tratamento será aprofundado adiante no âmbito nacional, desencadeia-se um movimento de transferência dessa responsabilidade do Estado para a própria classe trabalhadora que passa a ter “autonomia” para responder a suas necessidades sociais e compreender-se enquanto um “cidadão consumidor<sup>74</sup>”, ocorrendo por seu turno uma minimização das lutas de classes, direcionadas a preservação dos mínimos sociais<sup>75</sup> alcançados através das instituições estatais.

---

<sup>74</sup> “Seu eixo fundamental é o desenvolvimento do processo de privatização em sincronia com a assistencialização da seguridade social” (Mota, 2005, p.192). Com base na autora, a configuração da tendência que afirma a transformação do cidadão de direitos em cidadão consumidor é produto de uma disputa entre a proposição da classe trabalhadora no sentido de preservar a concepção de seguridade social estabelecida na Carta Magna, com o reconhecimento da proteção social enquanto direito social cujo acesso se dê de maneira universalizada pela mediação da intervenção estatal, e a proposição da classe burguesa que defende a desregulamentação dos mecanismos de seguridade social a partir da regulação das políticas de seguridade social operadas pelo mercado e transformadas em objeto de consumo para os trabalhadores assalariados.

<sup>75</sup> Pereira (2011) realiza importante contribuição acerca da discussão sobre os mínimos sociais a partir de sua menção na Lei Orgânica de Assistência Social, chamando atenção para necessidade de refletir os mínimos sociais sobre “uma dupla e diferenciada identificação: a. com a *provisão* de bens, serviços e direitos; b. com as *necessidades* a serem providas” (Ibid. p.25, grifos da autora). A autora esclarece que apesar da vinculação entre provisão mínima e necessidades básicas ter conduzido compreensões que identificam esses diferentes conceitos como equivalentes, tais conceitos possuem sérias diferenciações do ponto de vista conceitual e político-estratégico. Em suas palavras, (Ibid., p.26, grifos da autora) “*Mínimo* e *básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e

Contraditoriamente em concomitância a esse processo de desresponsabilização do Estado, outra tendência do Estado assume destaque diante das implicações para a classe trabalhadora, resultantes das alterações no mundo do trabalho, em especial derivada do desemprego estrutural, do rebaixamento dos salários, e da fragilização da seguridade social. Tal tendência coesiva e legitimadora configura-se, segundo Netto (2012), a partir das políticas sociais implementadas na ordem tardo burguesa, que longe de assumir contornos de proteção social como os institucionalizados nos anos dourados, vai dirigir-se ao enfrentamento da pauperização contemporânea, caracterizada pela penúria mais extrema.

Assim sendo, a orientação que fundamenta a organização dos atuais contornos da proteção social principalmente nos países de capitalismo periférico, como veremos de maneira mais aprofundada na próxima seção, são propostas pelos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto uma maneira para que os países subordinados adaptem sua dinâmica econômica, política e social aos novos moldes da economia mundial contemporânea. Tendo em vista, por parte desses organismos financeiros, o reconhecimento do custo social, econômico e político da crise estrutural e das medidas de seu enfrentamento, em especial, com a desregulamentação que incide na financeirização do capital internacional e na redução dos mecanismos de seguridade social, que de maneira geral tem representado sérias implicações para a classe trabalhadora mundial.

Tal reconhecimento, gerado pela preocupação que os organismos financeiros internacionais assumem diante do incontestável crescimento da pobreza, do desemprego, da desigualdade social evidente no rebaixamento dos indicadores sociais, compõe os traços mais gerais de uma tendência do grande capital em nível mundial. Como veremos na próxima subseção assume traços particulares em cada formação social, em especial, aquelas subordinadas e periféricas, nas quais podemos observar como exemplo os novos contornos da proteção social brasileira com a criação e implementação dos programas de inclusão produtiva destinados à atenuação da pobreza e desemprego crescente.

### 3.2 Particularidades da crise no Brasil e o padrão de especialização produtiva

A priori, resgatamos a contribuição de Mota (2005) acerca das repercussões da crise estrutural do capital e das medidas de sua superação estabelecidas na conjuntura brasileira, no

---

fecunda ao que a ela se acrescenta. [...] Assim, enquanto o *mínimo* pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados.

sentido de estabelecer um paralelo com os determinantes e fundamentos da crise inaugurada nos países de capitalismo central, compreendendo os aspectos macrossocietários comuns a essência da crise e de suas medidas de superação. Visamos explicitar as conexões e diferenciações das determinações e desdobramentos da crise estrutural no Brasil, enquanto país de capitalismo dependente e subordinado<sup>76</sup>, dada a relevância dessa classificação do país para o desenvolvimento dos programas de inclusão produtiva destinados à atenuação da agudização da pobreza e do desemprego a partir da orientação dos mecanismos financeiros internacionais que possui estreita conexão com as determinações e desdobramentos externos e internos da crise estrutural no país, que será aprofundada mais adiante. Como abordado na segunda seção, o desenvolvimento do capitalismo não se deu de forma homogênea em todas as nações, pelo contrário como nos informa Trótski (2011) deu-se a partir de um desenvolvimento desigual e combinado sustentado pela exploração e subordinação dos países periféricos pelos países europeus de capitalismo central.

Ao lado disso, também devemos considerar as diferenciações derivadas do caráter periférico da formação social e organização política dos países subordinados, em especial ao analisarmos o nível de desenvolvimento<sup>77</sup> da industrialização alcançado na periferia do

---

<sup>76</sup> Visando fundamentar a classificação do Brasil enquanto um país de capitalismo dependente e subordinado, resgatamos alguns elementos da Teoria Marxista da Dependência tratados por Marini (2017, p. 327) “Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

<sup>77</sup> Visando elucidar a diferenciação em termos do nível de industrialização dos países de economia dependente em comparação com os países de capitalismo central, resgatamos as contribuições de Marini (2017) que informa a articulação dos países dependentes latino-americanos com a mundialização da economia consolida-se no período de meados do século XIX, quando temos o surgimento da grande indústria e o estabelecimento da divisão internacional do trabalho. Na fase inicial do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos o padrão produtivo é caracterizado pela produção primária destinada à exportação, cuja relevância demonstra-se no fato de que “O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos” (Ibid., p.328). Posteriormente com a crise estrutural, o autor destaca que ocorre uma limitação no processo de acumulação ligado à produção voltada ao mercado externo,

mundo, vista em sua imediatividade enquanto um espaço de reprodução do capitalismo central, que apresenta níveis diferentes de desenvolvimento econômico em comparação com os países centrais. Elucidando pertinentemente essa diferenciação no grau de desenvolvimento e industrialização entre os países centrais e periféricos, nos diz Mota (2005, p.57) “O que as distingue é a capacidade de reposição ampliada do capital constante, em especial do fluxo de capital circulante”. Permitindo-nos visualizar tal posicionamento a partir da compreensão e observação do alto nível de incorporação tecnológica nos países centrais e da reprodução ampliada do capital com base na máxima expropriação da mais-valia, e no adequado fluxo de capital circulante.

Consequentemente, apesar da crise estrutural do capital ter sua essência consolidada de maneira inquestionável, como pudemos observar na seção anterior quando tratamos das determinações e fundamentos da crise, ela tem a manifestação de seus detonadores e de suas consequências de maneira diferenciada entre as nações ao expandir-se mundialmente, em razão das particularidades da formação sócio-histórica e da organização social, econômica e política dos países. Nesse sentido, Mota (2005) deixa explícito que as repercussões da crise estrutural e das medidas de sua superação foram extremamente desiguais entre as nações, sejam elas de capitalismo central ou periférico, a citar como exemplo, “enquanto os Estados Unidos se beneficiaram pela pequena dependência do petróleo e pela entrada dos petrodólares, as economias periféricas foram extremamente penalizadas pelos preços dos produtos importados” (Ibid., p.53).

Apesar disso, seria equivocado atribuir um tratamento indiferente ao conjunto de transformações ocorridas no cenário interno do Brasil como fruto de um processo autônomo e sem relação com o capital hegemônico internacional. Pois, como afirma a autora, a principal determinação da crise estrutural é econômica, e está expressa na dinâmica organizada para seu enfrentamento por meio do estabelecimento de medidas de expansão do crédito destinado ao financiamento tanto dos déficits dos países de capitalismo central quanto para a integração subordinada dos países periféricos ao processo de mundialização do capital. Sendo o nível da integração dos países periféricos, como o Brasil, à dinâmica do capital internacional e o nível do próprio desenvolvimento econômico do país definidos num primeiro momento pela

---

decorrendo consequentemente um deslocamento do eixo da acumulação para o setor produtivo industrial, configurando uma segunda fase do desenvolvimento econômico dos países dependentes, “em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente” (Ibid., p.343).

capacidade de desenvolvimento do setor de bens primários. Ou seja, “é o ritmo de desenvolvimento do processo de expansão do capital que permite, enquanto movimento histórico real, apreender as particularidades de cada processo de acumulação e a relação orgânica entre o capital hegemônico e as economias periféricas” (Mota, 2005, p.58).

Assim, partindo-se da totalidade que tem como base a estrutura econômica expressa no processo de desenvolvimento e expansão do capital, enquanto movimento histórico real, podemos apreender as particularidades e peculiaridades do processo de acumulação que se desenvolveu no Brasil e assim compreender que a configuração da crise e de seu enfrentamento no cenário brasileiro é determinada pela essência e fundamento da crise estrutural em razão do padrão de acumulação e desenvolvimento econômico assumido pelo Brasil e pelas relações sociais estabelecidas a partir dele. Esclarecendo, as alterações no desenvolvimento e expansão do capital derivadas da crise estrutural além de por fim ao projeto de industrialização nos países latino-americanos, ainda propiciou a constituição de um “novo padrão exportador de reprodução do capital, caracterizado pela especialização produtiva, que apresenta diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região a partir de meados do século XIX até o início do século XX” (Osorio, 2012, p. 132).

Podemos compreender que a expansão econômica dada naquele período com o padrão de acumulação agromineiro exportador, além de demarcar uma peculiaridade<sup>78</sup> do capitalismo dependente, demonstra que o seu desenvolvimento não seria possível tanto sem o apoio do Estado, quanto sem o incremento do capital produtivo advindo dos países de capitalismo central, pois seu aspecto central segundo Mello e Belluzo (1982, p.144, apud Mota, 2005, p. 58) “reside no papel do setor produtivo estatal, na dimensão do processo de internacionalização do setor produtivo e na extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação”. Assim, configura-se um arranjo socioeconômico e político comandado pelo Estado e estabelecido entre o mesmo e os capitalistas internacionais, no qual o capital internacional assume um papel primordial para a especialização da produção.

Nessa direção, com base em Mota (2005) o padrão de acumulação configurou-se a

---

<sup>78</sup>Assevera Marini (2017, p. 326), que frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de ‘pré-capitalismo’. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

priori com a alteração do modelo de substituição de importações<sup>79</sup> e adoção de medidas para constituição da industrialização pesada<sup>80</sup> no país, com base no aumento da capacidade produtiva do setor de base e de bens de consumo duráveis. Por conseguinte, de um lado constata-se no período de 1968-1972 o desenvolvimento do chamado “milagre econômico”<sup>81</sup> demarcou a instituição do novo padrão de especialização produtiva que estava direcionado pela desnacionalização, pelo reposicionamento de indústrias nacionais enquanto um projeto que não tinha por base uma maior autonomia, mas que estava subsumido, integrado ao novo padrão exportador de reprodução do capital, “no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais” (Osorio, 2012, p. 135). O milagre econômico também serviu como marca de um período de recuperação e expansão da economia brasileira após a crise iniciada em 1962 e que se estendeu até 1967, período em que iniciava o movimento de modernização conservadora<sup>82</sup> guiado pelo “milagre econômico” entre os anos de 1967 até 1974.

O processo de modernização conservadora desenvolvido no contexto da ditadura militar buscou fortalecer os laços de dependência e subordinação do país aos interesses econômicos e políticos dos centros hegemônicos, enquanto simultaneamente expressava a necessidade de desarticular a resistência constituída pela organização da classe trabalhadora e de forjar as bases de um consenso passivo entre as classes que legitimasse aquele modelo de desenvolvimento econômico. Em resumo, a modernização conservadora viu-se comandada

---

<sup>79</sup> Informa Furtado (2005, p.211) “nos anos trinta o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna. Com efeito, à medida que crescia a economia reduzia-se o coeficiente de importações”. Segundo o autor, tal coeficiente de importações demonstra a estruturação do consumo interno entre produtos importados e produtos nacionais, por sua vez a compreensão da redução desse coeficiente é possibilitada através do reduzido capital e recursos técnicos disponíveis a economia subdesenvolvida, sendo pouco sensato atribuir primordialmente ao avanço e à melhora na produtividade da industrialização interna aquela redução no coeficiente das importações. Pois, tal redução na verdade, é derivada de uma série de circunstâncias que foram favoráveis a manutenção da renda monetária e ao mesmo tempo, propiciaram a ampliação do setor interno, encarecendo os produtos importados.

<sup>80</sup> Em suma, no período que se inicia na segunda metade dos anos 1950 até 1961, presenciamos um movimento de redefinição e expansão do modelo de acumulação, responsável pela consolidação da industrialização brasileira em moldes tipicamente capitalistas; no entanto, esse período de expansão desembocou numa crise que se prolongou de 1962 a 1967. (Mota, 2005, p.59)

<sup>81</sup> É o produto acabado de um movimento em que economia e política se vinculam estreitamente para viabilizar um processo de *modernização conservadora*. Suas características foram as benesses concedidas ao capital estrangeiro e aos grupos nacionais, o que permitiu a concentração e centralização do capital, além de instituir um padrão de industrialização dirigido ao atendimento da parcela elitizada de consumidores internos e às demandas do exterior. (Mota, 2005, p.60)

<sup>82</sup> Trata-se, segundo a argumentação Przeworski, “de uma estratégia que consolida a idéia de modernização como sinônimo de internacionalização”. “O parâmetro desta modernização é a adoção, por parte dos países periféricos, dos padrões políticos, econômicos e culturais (democracia, mercados e individualismo consumista) dominantes no mundo capitalista avançado” (1993, p. 222, apud Mota, 2005, p.80).

pela autocracia burguesa, “por intermédio de seu porta-voz, o Consenso de Washington<sup>83</sup> e dos seus agentes financeiros, como é o caso do FMI, Banco Mundial e BIRD, está propondo um projeto estratégico na tentativa de transformar o nacional em internacional” (Mota, 2005, p.80).

Por outro lado, Mota (2005) nos informa que a plena realização do modelo de desenvolvimento econômico e de industrialização brasileira colidiu com fatores internos e externos que impactaram no seu desempenho. Em primeiro lugar, os fatores internos estão vinculados as disputas de interesses setoriais do capital para o desenvolvimento da indústria pesada, cuja implicação de sua efetivação será a privatização dos fundos públicos e o endividamento externo<sup>84</sup>, que trataremos com maior aprofundamento adiante. Em segundo lugar, os fatores externos estão associados ao cenário de crise estrutural não apenas relacionados à pressão inflacionária, mas também as políticas de negociações de pagamento da dívida externa. Assim sendo, a política econômica estabelecida a partir de meados da década de 1970,

[...] terminou por se constituir no principal ingrediente da crise dos anos 80, já que tal política foi sustentada pelo crédito internacional que viria a ser suspenso em 1983, período a partir do qual o país se vê obrigado a exportar capital para o pagamento dos empréstimos recebidos (Mota, 2005, p.61).

Com base na contribuição da autora, conseguimos observar que economicamente este período da década de 1980 empreendeu uma espécie de congelamento da expansão e da acumulação deflagrada pelo “milagre econômico” na década de 1970, impactando conseqüentemente no rebaixamento dos salários, no crescimento da concentração da riqueza e

---

<sup>83</sup> A partir da contribuição de Tavares e Fiori (1993), podemos compreender que as medidas de ajuste consagradas no Consenso de Washington, que pretendiam transformar o nacional em internacional apontam no cenário brasileiro, em finais da década de 1980, à constituição de um processo de resistência as determinações propostas pelos organismos internacionais. Tal resistência não é resultado da organização da classe trabalhadora nem da classe burguesa, mas sim da inoperância das prescrições demandadas, cujo fundamento encontra-se no fracasso dos ajustes e reformas de teor liberal desenvolvidos no país em promoverem resultados economicamente positivos comparados aos alcançados nos países centrais e em aprimorar a internacionalização do país, ao invés disso, os ajustes e reformas liberais têm agravado ainda mais a desigualdade social e de renda no país. Contudo, não são por essas alegações que se baseia a resistência as reformas liberalizantes, mas sim a ineficácia delas, como já foi dito, e diante disso resta aos capitalistas buscarem a defesa de seus interesses particulares através da ação do Estado.

<sup>84</sup> Com a crise da dívida externa (1981-1983), a questão social se tornou mais grave diante da alta do desemprego e do empobrecimento de grandes massas populacionais desprovidas de proteção social. Em função disso, a preocupação com a “dívida social” terminou assumindo relevância no desenho de uma estratégia que permitisse combinar a consolidação da democracia com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no país (Pochmann, 2010, p. 23). Tal modelo de desenvolvimento, como veremos adiante, encontra sua fundamentação nas contribuições do neodesenvolvimentismo, que fornece subsídios de extrema relevância para nossa reflexão acerca das orientações dirigidas aos programas sociais contemporâneos, em especial os de inclusão produtiva, às políticas e benefícios sociais brasileiros.

por fim na ampliação da desigualdade social e de renda, chegando ser reconhecida em função disso como a década perdida. Paralelamente, este período também registrou um novo processo de luta entre as classes fundamentais que teve como principal resultado o rompimento com as bases de sustentação da “autocracia burguesa” e o restabelecimento da democracia.

Em suma, a complexa conjuntura da década de 1980 assume a característica de um período de transição tanto em função da não reedição do desenvolvimento econômico e industrial possibilitado pelo “milagre econômico”, quanto em razão da inviabilidade de manutenção do padrão de organização estatal autoritário e repressivo, expresso pela ditadura militar, diante do nível de organização e manifestação política da classe trabalhadora. A partir do exposto, podemos afirmar que as transformações ocorridas no plano interno, como o desenvolvimento da crise e das medidas de seu enfrentamento, possuem direta relação, como já mencionado, com o padrão de acumulação brasileiro e com as relações sociais nele vigentes em razão da determinação fornecida pela crise internacional<sup>85</sup>. Nessa direção, podemos compreender que apesar da crise estrutural do capital fornecer a principal determinação da crise que se desembocou no país, seria incoerente afirmar que a crise brasileira é resultado direto e exclusivo da crise internacional. Em outras palavras,

Assim, não se trataria de um desdobramento da crise econômica internacional, nem tampouco da expressão *periférica* da crise global, mas da constatação de que ela é uma manifestação particular de um movimento geral. [...] Considerando tal abordagem, podemos apontar, pelo menos, três pontos essenciais da articulação entre o global e o nacional: *a reestruturação produtiva em escala mundial; os mecanismos integrados de ajustes macroeconômicos; a rearticulação da hegemonia burguesa sob a influência do neoliberalismo* (Mota, 2005, p.63, grifos da autora).

Ao concordarmos com o posicionamento da autora quanto à compreensão da crise econômica brasileira enquanto manifestação particular do movimento geral da crise estrutural em âmbito mundial. Buscamos realizar um breve apanhado acerca dos pontos essenciais, destacados pela autora, de articulação entre a crise desenvolvida em nível nacional e internacional, tendo em vista os apontamentos no item anterior, pretendemos direcionar nossa atenção nesse momento aos aspectos de articulação sob o prisma nacional. Assim, ao voltarmos nosso olhar sobre o processo de reestruturação produtiva desenvolvido no Brasil a partir dos anos 80 e principalmente na década de 1990 com o estabelecimento dos ideais

---

<sup>85</sup> Segundo Mota (2005), a recessão derivada da crise estrutural “atingiu os países periféricos, sobretudo em dois aspectos: aumento dos preços das matérias-primas e agravamento da crise financeira dos anos 80, em decorrência das altas taxas de juros praticados no período” (Ibid., p.55).

neoliberais adotados no cenário político nacional<sup>86</sup>. Conseguimos apreender, a partir das contribuições de Mota (2005), que a peculiaridade desse processo se encontra na “periferização” do capital nos países centrais que acontece através da mobilidade espaço-temporal possibilitada pela globalização que empreende um complexo processo de desterritorialização e flexibilização do capital industrial e financeiro estimulado pela procura de reservas de força de trabalho de baixíssimo custo encontradas nos países periféricos.

Assim como, também conseguimos apreender a conexão entre o baixo custo da força de trabalho nos países periféricos e o processo de precarização da força de trabalho<sup>87</sup>, o qual segundo Alves (2009) assume um papel fundamental na constituição do novo metabolismo social expresso a partir da reestruturação produtiva e da organização do Estado neoliberal no Brasil. Dessa forma, o processo de reestruturação desenvolvido durante o Estado neoliberal no país instaurou uma série de transformações que aprofundaram os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, e foram estabelecidas tanto internamente nas empresas, com a difusão de novos métodos de gestão e controle da força de trabalho de cariz toyotista<sup>88</sup>, com a incorporação de novas tecnologias de produção e com a adesão da lógica de redundância do trabalho vivo, tornando-se a classe trabalhadora alvo do desemprego, dos cortes salariais e da contratação precária.

Como também, na década de 1990 processam-se alterações nas lutas de classes estabelecidas por meio dos sindicatos, que representam uma oposição ao nível de organização política e de caráter coletivo das reivindicações estabelecidas pelo sindicalismo nos anos 80, o atual nível de organização das lutas sindicais já não mais se desenvolve a partir da articulação da categoria de trabalhadores assalariados enquanto classe social, mas sim tem sua reprodução

---

<sup>86</sup> Nas palavras de Pochmann (2010, p. 27) “o receituário neoliberal começou a ser implementado desde 1990, com a posse do Governo Collor (1990-1992)”. Com a inauguração do neoliberalismo no país, o Estado nacional foi submetido à lógica da financeirização em vigor com a mundialização do capital.

<sup>87</sup> A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal [...]. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total (Alves, 2009, p. 189).

<sup>88</sup> Em seu desdobramento complexo nas condições de um país da periferia capitalista, como o Brasil, o toyotismo tende a assumir particularidades concretas que procuraremos caracterizar pela passagem de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico”, que expressa a constituição lenta (e contraditória) de uma nova hegemonia do capital na produção e o desenvolvimento de um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. É importante ressaltar que o desenvolvimento do “toyotismo sistêmico”, no marco da particularidade sócio-histórica do capitalismo brasileiro nos anos 90, é caracterizado, por um lado, pela amplitude (e intensidade) dos nexos contingentes do toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, e, por outro lado, pela preservação da superexploração do trabalho como dimensão estrutural da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho (Alves, 2005, p. 102).

limitada ao âmbito e aos interesses da empresa, explicitando-se num particular sindicalismo corporativo que consolida um posicionamento defensivo dado o caráter transclassista das reivindicações sindicais. Ainda neste período, soma-se outro elemento objetivo da precarização da classe trabalhadora que foi,

o Programa Nacional de Desestatização (PND), criado em 1991, que contribuiu para transferência de patrimônio social para o setor privado. O processo de privatização, que marcou a era neoliberal, como elemento de reforma do Estado, significou o fortalecimento da acumulação de capital no país, embora tenha contribuído, ao mesmo tempo, para a acumulação por espoliação, que não implica necessariamente em investimento produtivo (Alves, 2009, p. 193).

Com efeito, a articulação do processo de reestruturação econômica e de estabelecimento do domínio neoliberal no país a partir do seu tríplice monte composto pela flexibilização – das formas de gestão e controle da força de trabalho, refletidas nas alterações das relações sociais de trabalho baseadas na redundância da força de trabalho, no alto nível de desemprego e nas modalidades de contratação precárias, – privatização – dos bens públicos estatais, possibilitando a entrada no país de recursos denominados como Investimento Direto do Exterior – IED, comprometidos com a aquisição das empresas nacionais, além da realização de transferências de excedentes para o grande capital internacional, destinadas ao pagamento da dívida externa que por outro lado, impactam no empobrecimento da classe trabalhadora –, e desregulamentação – que além de estreitar a correlação entre a hipertrofia financeira do capital e o processo de globalização econômica também incidiu no processo de contrarreforma, com a redução dos mecanismos de seguridade social e a mercantilização dos direitos sociais. Em síntese, os processos de flexibilização, privatização e desregulamentação podem ser compreendidos enquanto mecanismos integrados de ajustes estratégicos que de maneira geral configuram alterações macroeconômicas no sentido de orientar o país, em seu âmbito econômico, para sua incorporação ao mercado internacional em detrimento do abandono do projeto nacional-desenvolvimentista<sup>89</sup>.

Por outro lado, constata-se também que os malefícios da condução neoliberal da política macroeconômica sobre o mercado de trabalho foram parcialmente minorados, em decorrência dos avanços da política social estabelecida pela

---

<sup>89</sup>Adiante, quando tratarmos sobre a tendência neodesenvolvimentista, veremos como pode ser complexa e contraditória essa noção de abandono do projeto nacional-desenvolvimentista no Brasil, pois como assevera Martins (2021, p. 52) “Os elementos da contemporaneidade surgem trazendo novos desafios às já substanciais metas transformadoras de um projeto nacional-desenvolvimentista, que precisa adequar-se a um mundo interligado, reformulado produtivamente, de maiores diferenças tecnológicas e econômicas internacionais. Essa realidade, no entanto, só reafirma o desafio ético crucial furtadiano de eliminação da pobreza com a superação da condição periférica dentro de uma repactuação do acordo social. A ética predominante, com sua ênfase exclusiva na eficiência dos mercados e na busca individual pela sobrevivência, não tem dado respostas a populações marginalizadas pelo mundo, o que abre espaço para propostas alternativas”.

Constituição Federal de 1988. Mesmo assim, a política social não se manteve autônoma e independente do neoliberalismo econômico em face da profunda mudança no papel do Estado – maior endividamento público, elevação da carga tributária em mais de dez pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto, privatização de parte significativa do setor público estatal (15% do PIB foi deslocado do setor público para o privado) e terceirização de diversas funções públicas. (Pochmann, 2010, p. 30)

Dessa maneira, ainda que em reflexo das lutas sócio-políticas organizadas pela classe trabalhadora na década de 1980, foi possível alcançar à conquista de direitos, serviços, benefícios e programas com a regulamentação das políticas sociais na Carta Magna, a partir da qual irradiaram os efeitos do avanço das garantias sociais, ainda que de maneira retraída em razão da subordinação da política social pelo comando do Estado neoliberal, que incitava a limitação da política social enquanto portadora de ações residuais, focalizadas e compensatórias, em função de seu comprometimento com os ajustes na política macroeconômica. Tais ajustes realizados sob a hegemonia neoliberal no país, localizados nas transformações ocorridas no âmbito social e econômico, nos possibilita compreender a conexão que esse processo estabelece com o direcionamento político dominante, em meio ao desenvolvimento de resistências e/ou adesão por parte da classe trabalhadora.

Em suma, os mecanismos de enfrentamento da crise, enquanto ajustes macrossocietários, implicam sistematicamente na existência dos conflitos de interesses entre as classes fundamentais, tendo em vista que a crise econômica proporciona impactos distintos ao capital e ao trabalho, sendo a articulação dos interesses de classe mediatizada por essa diferenciação. Diante disso, segundo Mota (2005) a burguesia busca se contrapor a direção político-ideológica da classe trabalhadora bem como aos seus referenciais teóricos que ensejava no caso brasileiro na década de 80 o reconhecimento das propostas e práticas diferenciadas acerca da situação social e econômica do país. Nas palavras de Mota (2005, p. 64) “Trata-se de inflexionar o objeto da resistência – os impactos da crise sobre os trabalhadores – num objeto de adesão e consentimento”. Ou seja, a burguesia ao buscar rearticular sua hegemonia a partir do apoio oferecido pelos argumentos neoliberais, empreende a constituição de uma “cultura política de crise<sup>90</sup>” que contribui para a formação de consenso entre as classes fundamentais, como vimos anteriormente, além de se constituir enquanto mediadora da relação entre crise, reestruturação econômica e hegemonia, ela

---

<sup>90</sup> Segundo Mota (2005) a constituição da cultura política de crise é imprescindível para analisar o processo de constituição das condições de legitimação da contrarreforma do Estado e conseqüentemente das políticas regressivas neoliberais empreendidas. Em outra produção, a autora nos informa que tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos “se identifica um movimento formador de cultura pelas classes dominantes, diga-se, nomeadamente, de pós-crise, a espriar, desta feita, práticas e ideologias que tornam consensual a ideia de que a superação da crise capitalista se faz pelo crescimento da economia e combate à pobreza” (Mota, 2012, p. 01).

também compõe as justificativas da contrarreforma do Estado<sup>91</sup>. A qual, segundo Mota (2012) ao ter sido,

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai e pulveriza os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, bem como limita sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, por meio da assistência social e das políticas de inserção, daqueles absolutamente impossibilitados de sobreviver (Ibid., p. 03).

Nesse sentido, também somadas as contribuições de Pochmann (2010), conseguimos observar no país o desenvolvimento da fragmentação e burocratização das políticas sociais, que são fortemente impactadas com a crescente pulverização dos recursos do fundo público destinado aos gastos com a seguridade social, ao mesmo tempo, em que tem sua atuação descentralizada e compartilhada através da intermediação<sup>92</sup> estabelecida com organizações privadas ou organismos não governamentais (ONGs). Tendo como base o desaparecimento do setor público, que desemboca consequentemente desresponsabilização do Estado no atendimento das demandas sociais a partir de um sistema de proteção social inclusivo, o qual vê-se dissolvido tanto em função da predileção pela política de mínimos sociais, focalizada no atendimento a extrema pobreza, quanto em razão da conversão das políticas, programas e serviços sociais em mercadorias e em negócios operado pela iniciativa privada.

Em resumo: “Essa reforma busca transformar o cidadão sujeito de direitos num consumidor; os trabalhadores em empreendedores e os desempregados em utentes da assistência social” (Mota, 2012, p. 4). Tendo em vista a notória primazia do ajuste fiscal, que a partir de suas medidas tem como principal resultado a realização do “arrocho fiscal com seus efeitos colaterais: recessão, redução do salário e do emprego nos setores público e privado” (Salvador, 2010, p. 615). A adoção de tais medidas encontra sua razão, segundo Behring (s/d), no estabelecimento da crise fiscal<sup>93</sup> dada num contexto de forte disputa pelo

---

<sup>91</sup> “cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do cidadão consumidor, com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados” (Behring, s/d, p.14). Contribuindo com a discussão, Granemann (2007) expõe que a aplicação hegemônica do receituário contrarreformista apesar de evidenciar a necessidade e urgência na constituição de novas mercadorias e espaços para a realização dos superlucros, enquanto principal orientação do grande capital para sua reprodução ampliada. Essa aplicação não implica na inexistência de diferenciações derivadas da execução do mesmo receituário em diferentes países, pois tais diferenciações são devidas as resistências, também realizadas de forma diversificada, que a classe trabalhadora desenvolve, a partir da luta de classe, em cada país.

<sup>92</sup> A complementaridade e a interdependência das dimensões público-privada no provimento da “proteção social” para a força de trabalho representam uma manifestação diversa daquilo que no Brasil tem florescido sob o emblema “parcerias público-privadas”, eufemismo para ocultar a socialização dos recursos públicos produzidos pelos trabalhadores e expropriados pelo capital para a satisfação dos seus interesses expansionistas de lucro (Granemann, 2007, p.64).

<sup>93</sup> Segundo Behring (s/d), a crise fiscal se desenvolve sob o argumento ideológico da “escassez de recursos”, de “conter o déficit público”, ou mesmo, como no caso do Brasil hoje, de “evitar a volta da inflação” e engendrar

fundo público e de orientação para alocação dos recursos públicos no setor privado, a crise preceitua a realização da redução dos gastos sociais. E não só no estabelecimento da crise fiscal, mas também da sua combinação com o processo de financeirização<sup>94</sup> desenvolvido no país a partir da política macroeconômica, que tem como base o endividamento externo e a elevação da carga tributária<sup>95</sup>.

Segundo Salvador (2010, p. 609) “Para compreendermos a crise atual do capitalismo e seus rebatimentos sobre o Brasil é necessário estudar as dinâmicas da financeirização da riqueza e as consequências sobre a proteção social<sup>96</sup>”. Tendo em vista que, a financeirização ao estabelecer conexão com a crise fiscal e com a disputa acirrada pelos recursos públicos, deixa explícita a importância do fundo público<sup>97</sup> para a relação entre as políticas sociais e a reprodução do capital e para a articulação entre a reprodução da força de trabalho e os gastos sociais. Pois, “quando a crise se instala, todo o discurso e a defesa da eficiência do mercado, da privatização, da desregulamentação se ‘desmancham no ar’” (Salvador, 2010, p. 614) e o fundo público é acionado para socialização dos inconvenientes. A partir da recorrente tomada de medidas para transferência de recursos do fundo público para o pagamento dos juros do endividamento externo, as quais são compostas pelo tratamento diferenciado da tributação para o setor financeiro do capital, com incentivos fiscais e isenção de tributos.

Acontece que o orçamento da seguridade social continua perdendo recursos de suas fontes tributárias “exclusivas” devido à transferência de recursos para o orçamento fiscal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). A DRU transforma os recursos destinados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, a sua utilização em

---

um círculo virtuoso de crescimento, preconiza-se o corte dos gastos estatais, para o “equilíbrio das contas públicas”, como indicador de saúde econômica (Ibid., p.9).

<sup>94</sup> A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social (Salvador, 2010, p.606).

<sup>95</sup> Segundo Salvador (2010), foi iniciado no governo de Fernando Henrique, e continuado até os dias atuais, um conjunto de alterações na legislação tributária infraconstitucional que anulavam os elementos centrais da reforma tributária realizada pela Carta Magna. Além de provocar, entre as principais alterações, a transferência para classe trabalhadora do ônus tributário com o “aumento da regressividade da carga tributária com a maior incidência de tributos sobre o consumo de bens e serviços” (Salvador, 2010, p.619)

<sup>96</sup> O estudo que realizamos neste momento vê-se direcionado a compreensão da peculiaridade dos rebatimentos da crise estrutural no país, enquanto subsídio teórico para entendermos a configuração e o papel desempenhado pelos programas de inclusão produtiva diante do agravamento da pobreza e desemprego no país. Temos claro, o entendimento da necessidade imprescindível de realizar um estudo mais aprofundamento acerca das dinâmicas da financeirização da riqueza e as consequências sobre a proteção social no país, no entanto não teremos condições adequadas de fazê-lo em razão da coesão teórico-metodológica que precisamos manter com o objeto dessa produção, assim direcionamos nossa disposição para realizarmos futuramente um amadurecimento dessa proposição.

<sup>97</sup> O fundo público no nosso país historicamente favoreceu a acumulação de capital e apresenta características regressivas, tanto no lado do financiamento tributário, quanto na destinação dos recursos. Em uma única frase é possível definir as características do orçamento público no Brasil: *financiado pelos mais pobres e trabalhadores e apropriados pelos ricos* (Salvador, 2010, p.617).

pagamento de juros da dívida. O “Relatório resumido da execução orçamentária do governo federal e outros demonstrativos” divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com dados de 2009, revela que a DRU desviou do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal o montante de R\$ 39,2 bilhões. Já foram sursurriados desde 2000 mais de R\$ 300 bilhões da seguridade social. (Salvador, 2010, p. 626)

A partir do exposto conseguimos observar a rigidez do conservadorismo fiscal no Brasil e as suas repercussões para a seguridade social, com a forte restrição na manutenção dos recursos orçamentários destinados aos gastos sociais, além da imposição de enorme asfixia a gestão das políticas sociais pela descentralização e monetarização dos serviços, benefícios e programas sociais que passam a serem acessados mediante a compra pelo trabalhador com parte do salário e para aqueles que não conseguem por ter acesso esses bens e serviços, resta à atenção fornecida pela política de mínimos sociais.

Nesse sentido, podemos compreender que no atual estágio do capitalismo esse novo formato das políticas sociais é determinado em razão das medidas macrosociedade destinadas ao enfrentamento da crise estrutural e do desenvolvimento das medidas de austeridade e de expansão econômica. Segundo Mota (2012), tais medidas adotadas materializam padrões de orientação políticos e econômicos determinados pela financeirização e pelas medidas estratégicas de restauração do capital que a partir do seu desenvolvimento em conjunturas particulares assumem diferenciações, como é o caso do Brasil e de outros países latino-americanos que historicamente guiaram-se pelas orientações dos mecanismos financeiros internacionais agora na contemporaneidade passam a incorporar o neodesenvolvimentismo e o social-liberalismo articuladamente enquanto mediação para superação da crise e das consequências da mesma, como veremos com maior aprofundamento na próxima seção.

### 3.3 A articulação entre a financeirização e o neodesenvolvimentismo no Brasil

Em primeiro lugar precisamos considerar a partir do que já viemos apontando nas seções anteriores que o processo de construção da hegemonia do neoliberalismo nos países periféricos, a exemplo do Brasil, não se deu da mesma forma e sob a mesma base em que surgiu e se desenvolveu nos países centrais, isso porque existem particularidades que derivam da própria configuração do capitalismo nessas diferentes formações sociais as quais carregam especificidades que diferenciam a constituição e as transformações em seu padrão de acumulação e de exploração da força de trabalho, as disputas entre as suas classes sociais fundamentais, a atuação do Estado e a manifestação das expressões da questão social.

Com base em Osorio (2012), uma questão importante para compreendermos a base da hegemonia neoliberal derivada da financeirização do capital no Brasil levando em consideração a particularidade do capitalismo periférico e dependente é a especificidade derivada do desenvolvimento de um novo padrão de reprodução do capital de especialização produtiva no período pós-crise estrutural em substituição ao padrão de reprodução agroexportador que foi característico do período nacional-desenvolvimentista no país. Apesar de possuírem semelhanças, suas diferenciações são o que nos permite verificar como as novas condições econômicas, sociais e políticas possibilitaram a reedição e reatualização dos pontos centrais da dependência e do subdesenvolvimento da reprodução do capital no país, principalmente diante das consequências a classe trabalhadora em razão do marcante processo de reestruturação produtiva e desregulamentação financeira no contexto em que esse padrão se desenvolve.

Associado ao subimperialismo, percebe-se a conformação de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil (OSORIO, 2012), com destaque para mercadorias do setor primário (agrícolas, minerais, e pecuários), juntamente com a produção de manufaturados de baixa intensidade tecnológica, com exceção da indústria aeronáutica. A política estatal de exportação privilegia os gigantes conglomerados do agronegócio, com suas mercadorias produzidas por cadeias produtivas que conjugam o que há de mais moderno e mais arcaico no país. Todo este processo se dá sob a marca da violência sanguinária da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, a expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão (Castelo, 2013, p. 134).

A concorrência estabelecida no mercado mundial entre os países centrais e os periféricos, demonstra que enquanto os primeiros possuem uma alta composição orgânica do capital, os demais apresentam uma baixa composição orgânica sustentada por meio da superexploração da força de trabalho no sentido de compensar e dar suporte ao desenvolvimento industrial interno diante da transferência de valores aos países imperialistas centrais. A superexploração da força de trabalho, seja através do prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho associadas a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, é ampliada ainda mais diante da desregulamentação econômica, pois graças ao aumento da exploração da força de trabalho no âmbito da produção que é de onde se extrai e se apropria a mais-valia a partir da qual se originam os valores alcançados no setor financeiro. Sendo assim, as medidas provenientes do processo de desregulamentação ao direcionar-se a expansão do crédito para integração dos países dependentes a mundialização do capital e para compensação dos déficits dos países

imperialistas demonstram a intensificação dos fluxos financeiros, principalmente no setor bancário-financeiro que assume um papel privilegiado no sentido de retroalimentação do processo de privatização das empresas estatais e do avanço das políticas neoliberais nos países periféricos.

A liberalização do fluxo de capitais, a privatização, o aumento do endividamento interno e externo, a prioridade com o pagamento de juros em detrimento de gastos como funcionalismo e com as políticas sociais consistiram em um conjunto integrado de mudanças para servir aos interesses do capital portador de juros e do grande capital internacional. Foram mudanças em total sintonia com a conjuntura externa e com a necessidade de ampliação das fronteiras de rentabilidade financeira dos países imperialistas e que aprofundaram significativamente nossos laços de dependência (Brettas, 2013, p. 165).

Em síntese a autora nos informa que nos países periféricos, como o Brasil, podemos verificar diante dessas mudanças realizadas em âmbito interno segundo as necessidades e interesses do grande capital internacional, uma verdadeira reconfiguração político-econômica que passa pela questão da ampliação do fluxo de capitais entrando no país, da privatização e principalmente do aumento do endividamento interno e externo em detrimento dos gastos sociais com políticas públicas enquanto uma forma de aumentar a rentabilidade financeira e concomitantemente se manter coerente com a proposta contrarreformista de realizar sucessivos ajustes fiscais visando legitimar a recondução dos recursos para o fundo de acumulação do capital. Somando-se a essa discussão, Castelo (2013) expõe alguns elementos principais que se inscreve nesse contexto socioeconômico da passagem do século XX e início do século XXI de maneira a nos possibilitar a análise das determinações e particularidades do neoliberalismo nos países da América Latina, e em especial do Brasil quando temos uma paradoxal manutenção da hegemonia neoliberal inaugurada pela articulação entre a política e perspectiva do social-liberalismo junto ao neodesenvolvimentismo.

O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da ‘questão social’, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência, etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio. Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na ‘questão social’, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas (Castelo, 2013, p. 122).

O autor ainda destaca que surgiu nos países imperialistas centrais enquanto uma forma de resposta à crise do capitalismo em meados da década de 1990 e as consequências das crises

financeiras que ocorreram em alguns países dependentes, a exemplo do Brasil, além de também constituir uma das determinações para o seu surgimento o tímido fortalecimento político de contestação da ordem capitalista pela classe trabalhadora. Diante disso, demonstrava-se que de maneira geral a classe dominante pretendia conceder uma agenda social ao neoliberalismo de maneira a reduzir tensões proporcionadas pelas explosivas expressões da questão social e buscar estabelecer alguma conciliação entre as classes sociais. Em síntese, segundo Castelo (2013) é assim que se caracteriza e se configura a nova “face” do neoliberalismo no Brasil e de maneira geral na América Latina, onde tanto as políticas econômicas quanto as políticas sociais seguem em essência os ditames do capital internacional. Aqui o social-liberalismo adentra aos países latino-americanos através dos antigos partidos social-democratas que coerentes a hegemonia do capital financeiro visam articular junto ao projeto neoliberal burguês a constituição de medidas que tentam disfarçar os principais impactos negativos e explosivos da contradição capital x trabalho por meio de medidas paliativas, assim destaca Castelo (2013, p. 122) “tudo mudou para permanecer o mesmo, em uma nova etapa da longa revolução passiva latino-americana”.

Nesse contexto, aprofundam-se os laços de dependência e subdesenvolvimento do país, ao passo que a acumulação capitalista se desenvolve de maneira desigual e combinada, expondo o atendimento dos interesses da burguesia internacional, e constituindo-se de elementos tanto de continuidade quanto de ruptura, sendo estes não permanentes, nos padrões de acumulação e nas formas de dominação político-econômica. Assim, podemos verificar que o social-liberalismo no Brasil tende a reforçar e manter a hegemonia nos setores chaves dentro da política econômica, alcançando com isso altos níveis de riqueza para as frações rentistas da burguesia, pois com base em Castelo (2013) os ajustes fiscais realizados estavam voltados a manutenção e aprofundamento da economia política da financeirização principalmente e não ao atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores usuários das políticas sociais, por sua vez “descaracterizando a concepção acumulada acerca das políticas sociais e comprometendo o potencial combativo da classe trabalhadora” (Brettas, 2013, p. 168).

Posteriormente, temos no Brasil o desenvolvimento da proposta neodesenvolvimentista que tem sido adotada através dos governos de centro-esquerda<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> A partir da década de 1990, o movimento das esquerdas latino-americanas orienta-se no sentido da resistência ao neoliberalismo, culminando com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região, a exemplo de Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Nos anos 2000, esses *setores progressistas* chegam ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional e da autonomia dos estados nacionais, após décadas de injunção dos organismos

enquanto estratégia político-econômica que tem como principal característica a articulação entre a financeirização, o crescimento econômico e as políticas sociais compensatórias de combate à pobreza. Ao realizarmos uma análise sobre o social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo compreendemos que apesar das similaridades eles não constituem-se enquanto sinônimos, mas sim enquanto proposições políticas que se articulam no interior do capitalismo monopolista brasileiro enquanto tentativa de responder às consequências da crise, realizar o enfrentamento das expressões da questão social mais explosivas, adequar a configuração das políticas sociais e o desenvolvimento capitalista dependente ao estágio contemporâneo do capital.

Nesse sentido, lançamos mão das contribuições e orientações que tanto o social-liberalismo quanto o neodesenvolvimentismo incute para a atual configuração e organização das políticas sociais no país, como subsídio para analisarmos na próxima seção as determinações e funcionalidades dos programas de inclusão produtiva enquanto estratégia de regulação da agudização da pobreza e do desemprego, destacando as contradições desse processo.

Mota (2012) situa a primeira década do século XXI como o período em que se deu início a sistematização de uma perspectiva<sup>99</sup> de orientação política e econômica, que marcaria supostamente a abertura de uma outra processualidade histórica no país enquanto estratégia de enfrentamento a crise do capital e de desenvolvimento de um novo processo de restauração da ordem capitalista. Assumindo como principal meta, o desenvolvimento de um projeto nacional de expansão econômica articulada com um aprimoramento da redistribuição de bens no país, e considerando que é necessária a implantação de políticas e ações para recomposição das agendas nacionais acerca de tal redistribuição de bens de maneira a atenuar as expressões da pobreza, desemprego e desigualdade social. Nesse sentido, a partir de Polanyi (2000, apud Mota, 2012), conseguimos observar na atualidade a redefinição da atuação do Estado diante da conjuntura econômica contemporânea, sustentada pela defesa dos neodesenvolvimentistas de que o consenso entre as classes e o receituário privatizante da ordem neoliberal não foram capazes de superar as principais questões econômicas, políticas e sociais dos países dependentes. Assim,

---

financeiros internacionais em favor das políticas de ajuste estrutural (Mota, 2012, p. 5).

<sup>99</sup> Esta perspectiva é denominada de novo-desenvolvimentismo e tem suas bases de fundamentação, embora sob outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo, que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940 até a década de 1970 do século passado, sob a orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Vale ressaltar que no final dos anos 80 do século XX, com a emergência do neoliberalismo, a CEPAL ajusta o seu discurso da década de 1970 em compasso com as prerrogativas do mercado, da crescente financeirização da economia e da necessária redução do Estado (Mota, 2012, p. 5).

os mesmos personagens que impuseram os ajustes nos anos 1980 e 90 do século XX na América Latina, diante do agravamento da pobreza e da força dos movimentos sociais que destituíram mais de uma dúzia de presidentes neoliberais, iniciam uma revisão das suas propostas pós-consenso de Washington. Denominadas de políticas de segunda geração, elas alteram as diretrizes sobre os *ajustes estruturais* e instituem o financiamento de programas de *alívio à pobreza* nos países periféricos (Mota, 2012, p. 5, grifos da autora).

A partir do exposto, podemos compreender que o reconhecimento pelos próprios organismos internacionais do fracasso de suas medidas de ajustes, de certa maneira direcionou a revisão e a instituição de novos objetos de consenso de classe, foi protagonizada pelo discurso do Banco Mundial<sup>100</sup> ao determinar orientações ao desenvolvimento de reformas estruturais que atenuem as repercussões e contradições derivadas das medidas de ajustes neoliberais propagadas anteriormente. “Assim, tanto a questão social volta ao centro das discussões dos organismos internacionais, como a própria concepção de estado mínimo remete ao que os analistas estão chamando de um *novo consenso*” (Mota, 2005, p. 85).

No entanto, segundo a autora apesar da orientação dos organismos financeiros internacionais para o desenvolvimento de reformas estruturais, o que se verifica na realidade é a restrição da capacidade reformista das alterações pretendidas no interior desse “novo consenso” a partir da articulação entre as repercussões e contradições derivadas dos ajustes neoliberais, que trazem à tona a questão social como alvo das “preocupações” dos organismos internacionais, e a própria concepção de atuação mínima do Estado, que não é capaz de reverter às implicações do desmonte neoliberal das políticas sociais, em razão “da defesa de *projetos focalizados na pobreza*, ou das chamadas *redes de proteção social*, plasmadoras de uma nova modalidade de intervenção na questão social” (Mota, 2005, p.84, grifos da autora).

Pois, com base em Alves (2009), a partir de meados da década de 1990 desemboca no país, em detrimento do próprio contexto de crise e de aplicação dos ajustes neoliberais, a constituição de um cenário de estagnação econômica, de degradação do mercado de trabalho, com um aprofundamento do desemprego total, com a queda no rendimento real dos trabalhadores assalariados e autônomos. De maneira geral, ocorre um processo de deterioração das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, em função da expansão das modalidades de contratação informais e precárias, assim como também a flexibilização nas formas de gestão e controle da força de trabalho. Somando-se a discussão,

---

<sup>100</sup> Um dos elaboradores dessa proposta, o economista Amartya Sen, era então membro da presidência do próprio Banco Mundial, [...]. Na sua perspectiva, são necessários esforços na remoção de obstáculos do desenvolvimento da sociedade (pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos), considerados entraves ao pleno desenvolvimento à liberdade de acesso do indivíduo ao mercado (Mota, 2012, p. 5).

Katz (2009, apud Mota, 2012) expõe que na América Latina, e em especial no Brasil<sup>101</sup>, existe um profundo abismo de desigualdades sociais que demonstra ser superior ao de outras partes do mundo. Nesse sentido, buscaremos na próxima seção trazer elementos acerca dessa desigualdade que nos permitam analisar e avaliar a funcionalidade dos programas de inclusão produtiva desenvolvidos no país, explicitando as contradições vinculadas as suas determinações econômicas e a sua atuação que são sustentadas pela articulação entre social-liberalismo e neodesenvolvimentismo. Enfatizamos ao mesmo tempo em que concordamos com o seguinte posicionamento de Mota (2012),

Do meu ponto de vista, está em curso um processo de *repolitização regressiva* da política, que se faz com os argumentos antineoliberais e anti-imperialistas, mas em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição da renda, mas políticas focais de alívio à pobreza. A intervenção social dos governos progressistas tem sido marcada pela criação de programas compensatórios de enfrentamento da pobreza, [...], notadamente a partir dos anos 2000. Sob essa perspectiva, aloja-se a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, a permitir que o existente se transforme em ideal, e a sitiar, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios (Mota, 2012, p. 7).

A partir do exposto entendemos que o processo de repolitização regressiva a que a autora faz referência e que é realizado com base em argumentos antineoliberais e anti-imperialistas em defesa de um nacional-capitalismo similar ao exemplo do nacional-desenvolvimentismo desenvolvido no país anteriormente é contraditoriamente interpretado como um processo de suposta ruptura com a representatividade político-ideológica neoliberal. No entanto, como já observamos tal ruptura não se realiza na conjuntura brasileira sendo dessa forma incoerente e contraditório considerarmos que houve um pós-neoliberalismo ao levarmos em conta as políticas econômicas e sociais que foram desenvolvidas no país no início dos anos 2000, pois apesar da complexidade verificada nessa conjuntura que contava com uma inegável ascensão das forças populares aqui também verifica-se que a classe burguesa não se mantém inerte diante da manifestação progressiva da classe trabalhadora, passando a comprometer o potencial combativo daquela, dirigindo-se a despolitização das lutas levantadas pela classe trabalhadora e a desconfiguração do caráter contraditório essencial ao antagonismo entre as classes sociais e entre as desigualdades sociais existentes entre aquelas.

---

<sup>101</sup> “O caso brasileiro é mais significativo pela dimensão e pelo poderio econômico do país. Ali, os 10% mais ricos possuem quase 75% da riqueza total, enquanto os 90% mais pobres ficam somente com 25%” (Mota, 2012, p. 6).

Em síntese, a repolitização regressiva é subjacente a tendência em conceber a questão social enquanto apartada da sua relação fundante dada pela contradição capital/trabalho, abordada anteriormente, e identificada como fenômenos sociais individuais, como a pobreza, o desemprego, sem considerar suas conexões com a relação de exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista. Assim, tal identificação possibilita um tratamento da questão social coerente e compatível com atuais exigências do capitalismo contemporâneo e financeirizado, no sentido de dissimular a compreensão da sociedade de que ao reduzir a extrema pobreza se enfrentará a desigualdade a partir de políticas focalistas e mínimas.

Quando analisamos as bases político-ideológicas derivadas da articulação entre social-liberalismo e neodesenvolvimentismo podemos identificar que as estratégias de enfrentamento as explosivas expressões da questão social, além de pautaram-se no desenvolvimento e fortalecimento de políticas sociais, serviços sociais e programas sociais, a exemplo os de inclusão produtiva cada vez mais fragmentados, focalizados e pontuais, além de também efetivar-se de maneira majoritariamente privatizada, mercantilizada e monetarizada, permitindo que com a atuação dessas políticas, serviços e programas seja aberto mais um espaço para contribuir com a importante rentabilidade capitalista.

Acerca dos programas de inclusão produtiva, vale ser destacado que passam a alcançar notoriedade em finais da década 1990 e a apresentarem exponencial crescimento a partir dos anos 2000, conforme nos informa Silva (2020). Adjacente a essa expansão dos programas de inclusão produtiva, a discussão sobre a antinomia entre inclusão e exclusão social, também assume relevância, pois credita-se aos programas de inclusão produtiva sua capacidade de incluir socialmente aqueles que se encontram em situação de desemprego ou de pobreza extrema. Aqui a categoria inclusão social compreendida a partir da lógica do capital, aparece na sociedade capitalista como uma inclusão parcial, possibilitada através das respostas estatais as demandas imediatas da classe trabalhadora. Nessa direção, Netto (2012) ao destacar que a política social na ordem tardo-burguesa é dirigida aos “excluídos” sociais, assim como é alinhada e inscrita no domínio dos direitos sociais. Reforça a compreensão de que,

[...] no âmbito do embate ideológico e político, a “exclusão social” expressa, certamente, o diagnóstico e a denúncia de um conjunto amplo, diverso e complexo de realidades em cuja base está a perda parcial ou total de direitos econômicos, socioculturais e subjetivos (Frigotto, 2010, p. 419).

No entanto, a análise e o diagnóstico das situações que demarcam a inclusão ou exclusão social do trabalhador no sistema orgânico do capital, são incapazes de conduzir

nitidamente a cisão entre o que se figura como incluído e excluído socialmente. Pois, no interior da ordem capitalista engendram-se processos que possibilitam aos trabalhadores sua participação ativa e integrada ao mercado de trabalho ao mesmo tempo em que cessam a sua possibilidade de acesso aos direitos econômicos e socioculturais de participação no desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea. Consequentemente, não se pode afirmar que os programas de inclusão produtiva têm a capacidade de superar as desigualdades, as exclusões sociais, pois além dessas questões estarem fundadas numa contradição inerente ao desenvolvimento do capitalismo, particularmente os programas sociais não tem como direcionamento a orientação de evertir a sociabilidade capitalista e seu modo de produção, mas ao contrário são formulados socialmente, economicamente e politicamente para atribuir ao trabalhador o seu papel de cidadão-consumidor integrado ao mundo do trabalho pela inserção no trabalho precarizado, não raro, sem qualquer cobertura da proteção social dada numa democracia sem adjetivos. Somando-se a discussão, Brettas (2013) informa que,

[...] não foi apenas a falta de empregos que marcou a década. Outra questão vivenciada foi a alteração na qualidade do emprego. A flexibilização das leis trabalhistas, juntamente com a redução da oferta formal do emprego empurraram muitos trabalhadores para o emprego temporário, parcial, em domicílio, informal, e outras tantas formas de expressão da precariedade das condições de trabalho que ganharam força nos últimos anos da década de 1990 (Ibid., p. 169).

Compreende-se então que o cenário foi perpassado pela expressão do desemprego estrutural e da precarização do trabalho que é agravado pelos processos de reestruturação da produção e das investidas neoliberais, exigem do Estado à redução de seu papel de mediador dos conflitos sociais. Cabendo as políticas sociais o direcionamento para a atenção aos excluídos do mercado, de forma a não somente fetichizar o status de direito dos auxílios, dos programas, e dos benefícios prestados pelo Estado a classe trabalhadora enquanto oferta implícita de benevolência estatal. Além disso, a partir dos programas de inclusão produtiva urbana será orientada a promoção da integração ao mercado de trabalho daqueles se encontram as margens deste, como forma de “garantia” aos excluídos do mercado de trabalho, no sentido desses possuírem alguma proteção estatal.

Corroborando com esse entendimento, segundo Carvalho (2000), contemporaneamente o capitalismo planetário e as ondas persistentes do neoliberalismo tem retirado o status de direito de muitas necessidades básicas dos indivíduos, implicando consequentemente na perda do caráter universalista das políticas sociais, que se colocam com o objetivo de responder fragmentariamente às expressões da questão social, sendo essa uma

das condições que fragiliza as políticas de seguridade social principalmente, mas não unicamente. Dessa forma, para podermos pensar em inclusão, devemos considerar o processo de exclusão, pois entendemos que a inserção no mercado de trabalho, ou a promoção ao mercado de trabalho pelos programas de inclusão produtiva urbana, trata-se de um limite contraditório de exclusão e inclusão, marcado por um contexto que, se apresenta como:

Uma sociedade cujo núcleo é acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar ‘para fora’, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O ‘excluído’ é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de ‘sair’ e ‘reentrar’ no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua re-elaboração das identidades (Martins, 2008, p. 46).

Segundo o autor, a sociedade capitalista é marcada por períodos de inclusão e exclusão do trabalhador, evidenciando-se uma rotatividade de entradas e saídas, marcadas por mudanças significativas no processo do trabalho. O “excluído” da proteção social oferecida pelo mercado de trabalho é do outro lado “incluído” no sistema de proteção social da política destinada aos trabalhadores em situação miserabilidade crescente ou aos que dela tiverem necessidade, sendo esta relação o modo que a sociedade contemporânea encontrou para a contínua ressocialização dos indivíduos, então observa-se que:

A proteção, o amparo, a habilitação e a garantia de uma renda mínima destinam-se especificamente àqueles cuja situação não lhes permite trabalhar [...]. Àqueles que não se inserem nestas situações, o objetivo é outro: não assistir, mas promover a integração ao mercado de trabalho (Boschetti, 2003, p. 46).

Ademais, a integração do usuário da política de assistência social no mundo do trabalho, nem sempre pode ser entendida como a concessão de uma “proteção social” pelo âmbito do trabalho, pois no contexto das mudanças e (re)configurações no modo de produção capitalista, a integração ao mundo do trabalho, não é garantia efetiva de segurança das condições dignas de trabalho e subsistência, dos direitos advindos da condição de trabalhador, e da formalidade do vínculo empregatício tratada dentro do circuito do direito ao trabalho.

Consequentemente situa-se aqui um campo cheio de contradições e desafios, a ser enfrentado pelos programas de inclusão produtiva urbana, pois por outro lado a “emancipação” do usuário em relação aos benefícios e programas das políticas sociais deve ser tratada sob a perspectiva do direito e não como estratégia de liberação da dependência do usuário em relação à beneficência ofertada pelo Estado. Assim como, o argumento da inclusão produtiva como “porta de saída” dos pobres aptos para o trabalho, como um indicador de exclusão desse sujeito do âmbito da proteção social das políticas sociais,

segundo Calvete et al. (2009) é um falso argumento, uma vez que o acesso ao mercado por si não retira a qualidade de assistido do trabalhador pelas políticas sociais. Pois, o mundo do trabalho apresenta indicadores da necessidade de complementação da renda, através, por exemplo, dos programas e projetos de transferência de renda.

[...] e diferentemente do que podemos pensar, que estão em risco ou são vulneráveis apenas aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho, nos enganamos, pois de acordo com os estudos de Alvarenga (2012) em Castel (2009), esses termos atingem aqueles que estão inseridos neste mercado, mas que também se encontram em risco e vulnerabilidade pela incerteza da estabilidade, vivendo em “flutuações” que vão do trabalho precário ao desemprego (Schnitzer, 2014, p. 22).

Ainda mais, Souza (2013) afirma que sobre tais argumentos cabe destacar, o entendimento de emancipar o indivíduo da dependência encarada sob o signo da benesse e do favor, do Estado, é inconsistente e gera a falsa ideia da autonomia e independência financeira, cujos resultados estão longe de gerar uma renda que garanta o sustendo de maneira digna ao trabalhador e sua família. “Decerto que se tivesse a opção pelo trabalho regulamentado e protegido, com justa remuneração, o público alvo da assistência social seria bem menor” (Souza, 2013, p.293).

Segundo Yazbek (2007), apresentam-se neste contexto, programas socioassistenciais que vêm se revelando inócuos e tem pequeno destaque nas intervenções governamentais, prestando-se mais ao clientelismo utilitário e à absorção de tensões do que ao enfrentamento efetivo da pobreza. Assim, o eixo de proteção social da inclusão produtiva enquanto uma estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos, é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes. Nesse sentido pode constituir-se em espaço de reiteração da subalternidade de seus usuários, pois tem como papel: ambíguo, contraditório e recriador da subalternidade, mesmo que a intenção discursiva seja negá-la, e ao mesmo tempo prenhe de possibilidades de favorecer o protagonismo dos subalternos na direção da ruptura com a subalternidade. Isto é, a dinâmica política restringe e subordina o indivíduo para depois estabelecer serviços, programas, projetos e benefícios na “perspectiva” do direito ao acesso à educação, ao emprego, e à autonomia.

A partir do exposto até aqui, pretendemos deixar claro que ao partimos em busca de realizar em nossa segunda seção um resgate das determinações socioeconômicas do desenvolvimento capitalista e no seu interior a constituição da gênese e de concepção teórico-política da questão social que nos possibilitasse subsídios teóricos críticos imprescindíveis para nessa terceira seção pudéssemos nos apropriar dos principais elementos que contribuíram

para o desenvolvimento da crise estrutural e das suas consequências, discernindo aspectos gerais e particulares da referida crise no cenário internacional e nacional, além de buscarmos nessa última seção analisar como se articulam neodesenvolvimentismo e a dinâmica neoliberal do capitalismo financeirizado num país dependente e periférico como o Brasil.

Considerando ainda nessa seção, como o processo de despolitização das lutas de classes e da configuração das desigualdades sociais empreendido pela burguesia guiada pela “repolitização regressiva” em vigor no país com a articulação do social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo termina por implicar diretamente na constituição e atuação dos programas de inclusão produtiva como atenuadores da pobreza e desemprego. Sobre os quais trataremos com maior aprofundamento na próxima seção, visando expor suas determinações econômicas e sua atuação no âmbito urbano, considerando os impactos da financeirização para a composição do seu público-alvo e a sua contraditória funcionalidade na realidade brasileira.

#### **4 A INCLUSÃO PRODUTIVA COMO EIXO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Nesta seção, centramos nossos estudos inicialmente expondo os elementos da desigualdade social derivados das repercussões da crise, da contrarreforma, e da transformação no mundo do trabalho, à exemplo o aumento do desemprego, da pobreza, da precarização, e da superexploração para a classe trabalhadora. Que nos permitem analisar os pressupostos econômicos para o surgimento do eixo de inclusão produtiva urbana entre as políticas sociais no Brasil, a partir da sistematização e da análise dos indicadores socioeconômicos dos elementos da desigualdade social, no período da década de 1990 e 2000. Além de refletirmos sobre a concepção neodesenvolvimentista de entender e tratar a questão social apenas enquanto alvo das estratégias regulatórias do capital, como fenômenos sociais independentes da relação de exploração fundada sob o capitalismo.

Na seção seguinte, buscamos analisar como a crise de 2008 contribui com a intensificação da superexploração da força de trabalho e como o processo de financeirização articulado com os demais elementos econômicos, políticos e sociais impactam na composição do público-alvo dos programas de inclusão produtiva urbana, a partir das alterações no mundo do trabalho. Ainda nessa seção buscamos, a partir da compreensão da concepção crítica da questão social tratada na segunda seção, refletir criticamente sobre a concepção neodesenvolvimentista de entender e tratar a questão social como fenômenos sociais independentes da relação de exploração fundada sob o capitalismo.

Por fim, em nossa terceira e última seção nos propomos entender a configuração e as funcionalidades dos programas de inclusão produtiva enquanto estratégia de atenuação da pobreza, do desemprego e da desigualdade social no país, ao mesmo tempo em que atua estrategicamente como regulação da superpopulação relativa na contemporaneidade. Bem como, analisar no atual estágio contemporâneo do capital, as estratégias de ações político-governamentais direcionadas pela oferta de programas de inclusão produtiva, com ênfase na sua atuação via disponibilização de microcrédito voltado para fomento de negócios. Diante do cenário de retirada da centralidade do emprego formal em detrimento do subemprego e do empreendedorismo.

#### 4.1 Determinantes econômicos do surgimento da inclusão produtiva: ênfase na sua localização no meio urbano

A priori buscamos apontar alguns indicadores socioeconômicos que nos permite visualizar na realidade brasileira as manifestações fenomênicas, em especial, do desemprego e da pobreza enquanto elementos da desigualdade social que atingem a classe trabalhadora no período da última década do século XX e na primeira década do século XXI. Ao mesmo tempo em que compreendemos a relevância de tecer análises sobre aqueles elementos da desigualdade social no Brasil enquanto categorias importantes e determinantes economicamente para a constituição das proposições políticas da inclusão produtiva, tomamos como base para a compreensão desses elementos da desigualdade social a contradição fundante e imanente que se estabelece entre capital e trabalho, a sua articulação com os processos desenvolvidos a partir das repercussões da crise estrutural do capital, da hegemonia do capital financeiro, da reestruturação produtiva, da flexibilização dos processos de trabalho, da contrarreforma do Estado, e das transformações no mundo do trabalho.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (Antunes, 2006, p. 49, grifos do autor).

Em síntese, com o desenvolvimento da crise estrutural do capital temos implicações que afetam todos os setores da economia mundialmente, no Brasil conseguimos visualizar isso principalmente a partir da década de 1990 com a alteração tanto na estrutura ocupacional quanto no mercado de trabalho. Para compreendermos essa alteração devemos levar em conta fundamentalmente que o desemprego nesse contexto não se trata de uma manifestação inesperada, episódica, circunstancial, mas ao contrário demonstra ser social, econômica e politicamente determinado de maneira crônica e estrutural pelo desenvolvimento do capitalismo num determinado período histórico marcado por um conjunto de processos e fatores, como a desregulamentação, flexibilização e privatização, que emergem com a generalização da sociedade salarial no contexto de crise estrutural e ascendência do neoliberalismo.

Ao buscarmos destacar as peculiaridades da manifestação do desemprego em nosso país, dada à particularidade da nossa formação socioeconômica e da configuração aqui assumida pelo capitalismo enquanto periférico e dependente pretendemos focalizar nossa

análise no âmbito urbano, pois como ratifica Ianni (1978, p.25) “é verdade que inicialmente a vida urbana estava constituída no espírito e no interior da formação social escravista”. Devemos deixar reiteradamente explícito que ao focalizarmos nossa análise no âmbito urbano não desconsideramos a compreensão de que o desemprego estrutural enquanto resultado das transformações no mundo do trabalho que se organizam enquanto tentativa de responder a crise estrutural do capital acomete os setores produtivos tanto no âmbito urbano quanto no âmbito rural. Assim, apesar de não ser nossa intenção realizar aqui uma análise aprofundada sobre as particularidades que diferenciam a dinâmica do desemprego no âmbito urbano e no rural, precisamos destacar ainda que de maneira breve suas principais determinações.

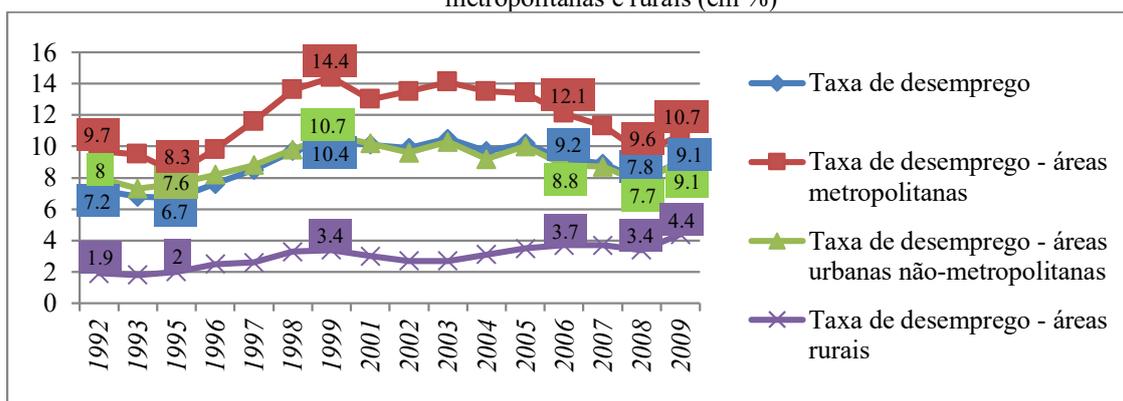
Nesse sentido, Lima (2022) ao tratar sobre o desemprego no rural brasileiro, em finais do século XX e início do século XXI, destaca a forte tendência a invisibilização da manifestação desse fenômeno como expressão da questão social isso em função da concentração fundiária e da informalidade trabalhista em que o âmbito rural está inserido, da dificuldade das estatísticas sobre o desemprego no rural conseguirem demonstrar o real tamanho do problema, visto que apontam apenas uma pequena porcentagem de desempregados, sem contabilizar aqueles trabalhadores desempregados que estão inseridos em alguma atividade ligada ao cultivo próprio da agricultura no período sazonal. Além disso, o crescimento da migração dos trabalhadores desempregados no âmbito rural para as cidades em busca de emprego, também tem interferido na demonstração dessa realidade pelas estatísticas, pois como resultado dessa migração não temos a incorporação total desses trabalhadores no setor urbano-industrial e com isso eles passam a compor a camada de desempregados no âmbito urbano.

Situamos essa discussão para que possamos de maneira coerente com a perspectiva crítica analisar a pobreza, o desemprego e a precarização do trabalho no âmbito urbano a partir da articulação que se estabelece entre a dimensão teórico-metodológica e a dimensão da realidade prática-objetiva, está última observada a partir dos gráficos que apresentaremos ao longo desta seção. Sendo tal articulação também relevante para nos auxiliar na demonstração dos motivos que nos fizeram delimitar o universo da nossa pesquisa no âmbito urbano onde verificamos particularidades dos programas de inclusão produtiva. Sendo aqui evidenciadas as características e as proposições políticas da inclusão produtiva urbana, em razão dela se propor delinear alternativas coerentes às situações de desigualdade socioeconômica vivenciadas pela classe trabalhadora com base nas atuais configurações do mundo do trabalho, que se caracteriza pela reestruturação e reorganização das relações e condições de trabalho, pelo desemprego, pela precarização, pela terceirização, pela subcontratação, pela

superexploração, pelo aumento da pobreza entre os trabalhadores ativos no mundo do trabalho, pela ampliação da competitividade e dos requisitos de qualificação da força de trabalho.

Dessa maneira as alternativas propostas pela inclusão produtiva urbana ao se mostrarem coerentes e articuladas com essa realidade contemporânea no país, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2013, apud Silva, 2014) elas estão voltadas ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para o labor, através da qualificação profissional, e de iniciativas a promoção do acesso ao mundo do trabalho, sendo o estudo sobre tais iniciativas de promoção da inserção<sup>102</sup> no mundo do trabalho o nosso enfoque. Nesse sentido, em primeiro lugar apontamos como o desemprego no urbano demonstra ser mais incidente e como as suas implicações afetam a classe trabalhadora no âmbito urbano, como podemos observar ao analisar o Gráfico 1.

**Gráfico 1-** Brasil: a evolução da taxa de desemprego<sup>103</sup> geral e nas áreas metropolitanas, urbanas não-metropolitanas e rurais (em %)



Fonte: IPEA - Elaboração da autora (2023)

Como podemos perceber a taxa de desemprego no período de transição da década de 1990 para os anos 2000 cresceu explicitamente, demonstrando ser “uma realidade incontestável dos anos 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no

<sup>102</sup> Apenas introdutoriamente destacamos algumas vias possíveis para realização dessa promoção do acesso ao mundo do trabalho, através dos programas de inclusão produtiva urbana: a do trabalho assalariado, a do empreendedorismo, e a da economia solidária. Tais estratégias serão apresentadas aprofundadamente na última subseção, quando dedicaremos uma atenção maior ao questionamento sobre a funcionalidade desses programas pela via do empreendedorismo.

<sup>103</sup> Segundo definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea trata-se do percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Sendo a elaboração desse percentual realizada a partir dos microdados da Pnad, os anos de 1991, 2000 e 2010 não tiveram os dados calculados para os anos de Censo Demográfico, em que a Pnad foi interrompida pelo IBGE, assim como também não se apresenta o cálculo dos dados de 1994 e não se especifica o motivo dessa interrupção.

*ranking* mundial do desemprego. [...] Em 1986, o Brasil ocupou a 13<sup>a</sup> posição no *ranking* do desemprego mundial” (Pochmann, 2006, p. 60). Ou seja, entre meados da década de 1980 aos primeiros anos da década de 2000, o país subiu nove posições no *ranking* do desemprego mundial. A elevação na taxa de desemprego, principalmente, localizada nas áreas metropolitanas no início da década de 1990 demonstra uma variação de 1,4 pontos percentuais a menos, que nos anos seguintes foi superada e ultrapassada tal redução com o crescimento de 6,1% na taxa de desemprego, mantendo-se nesse nível com modestas oscilações até 2005, na sequência demonstra-se um declínio da acentuação do desemprego em 2006 com redução de 2,3% comparado a taxa de desemprego em 1999 que era de 14,4%, atingindo a menor taxa de desemprego dessa década em 2008 de 9,6% com um pequeno refluxo no ano seguinte atingindo 10,7% a taxa de desemprego nas áreas metropolitanas.

Outro aspecto interessante que nos chama atenção é a convergência entre as taxas de desemprego geral e a taxa de desemprego localizada nas áreas urbanas não-metropolitanas do país que entre si demonstram uma elevada sincronia com diminutas oscilações e diferenciações no período que destacamos, por exemplo, a redução do desemprego no início da década de 1990 apresentou na taxa de desemprego geral uma variação de 0,5% e na taxa de desemprego nas áreas urbanas não-metropolitanas uma variação de 0,4%, assim como o crescimento dessas taxas em 1999 apresentou respectivamente o aumento de 3,7% e de 3,1%, da mesma forma que apresentam em 2008 a menor taxa de desemprego geral com 7,8% e em áreas urbanas não-metropolitanas com 7,7%, apresentando no ano seguinte um refluxo em que simultaneamente a taxa de desemprego geral e nas áreas urbanas não-metropolitanas alcançam 9,1%.

Por outro lado, também podemos observar a taxa de desemprego nas áreas rurais que se apresentam bem menor do que nas áreas urbanas e principalmente do que nas áreas metropolitanas do país, e também num movimento diferente do que acontece naquelas áreas, pois percebemos que a taxa de desemprego nas áreas rurais permanece crescente desde o início até o final da década de 1990 sem apresentar variações de declínio consideráveis, apresentando nos anos 2000 oscilações modestas que não alcançam nem um ponto percentual e a partir de 2005 já inicia o crescimento da taxa que em 2006 apresenta 0,3% a mais em comparação a década de 1999 que alcançava 3,4%, sofre breve redução em 2008 e na sequência novamente aumenta. Anteriormente com base em Lima (2022) indicamos algumas das determinações que particularizam a dinâmica do desemprego no âmbito rural, destacamos

ainda com base na autora algumas questões que têm resultado na diminuição da população rural e no aumento do desemprego rural<sup>104</sup>.

Por sua vez, recorreremos às contribuições que Pochmann (2006) realiza ao analisar os indicadores socioeconômicos acerca do desemprego no Brasil para entendermos quais são os fundamentos e as razões que contribuem para o aprofundamento do desemprego no país. Em primeiro lugar, precisamos tecer algumas ressalvas quanto a perspectiva de análise do autor ser dotada majoritariamente de um caráter econômico, e por assim o ser merece a devida atenção diante de categorias e terminologias que utiliza para que não incorramos em equívocos ou polêmicas teóricas.

Segundo Pochmann (2006) as razões e os fundamentos do desemprego no país se expressam primordialmente na persistência da ausência de elevação do crescimento econômico e juntamente com a incorporação do neoliberalismo como novo modelo econômico, político e ideológico a ser implantado nas políticas públicas, encaminhando assim o país a vivenciar essa grave crise do emprego. Compreendemos que além dessas questões informadas pelo autor existe um ponto central para a existência do desemprego e especialmente do desemprego estrutural que é a contradição fundamental e imanente do capitalismo que se estabelece entre capital e trabalho, alimentando-se ao máximo da exploração da força de trabalho por aqueles que são proprietários privados da riqueza e dos meios de produção.

Por outro lado, o autor realiza a delimitação dessas duas razões primordiais supracitadas no sentido de aproximar-se das causas do desemprego que diante de uma ação interventiva e corretiva do Estado seria capaz de reverter “o grosso” da situação da população desempregada. Ao compreendemos que a manifestação do desemprego nessa conjuntura caracteriza-se pelo seu aspecto estrutural, não podemos creditar ao Estado a capacidade de interventiva e corretiva de reverter com vista a superar de grosso modo a situação do desemprego no país. Por outro lado, não desconsideramos a relevância da intervenção estatal para salvaguardar o desenvolvimento do capitalismo ao intervir sobre as expressões da questão social como o desemprego, de maneira a atenuar suas implicações mais explosivas ao sistema do capital. Além disso, tais razões primordiais são utilizadas para explicar a crise do

---

<sup>104</sup> 1) Decorre da maior concentração industrial nas áreas urbanas; mudanças no processo produtivo na agricultura ‘(abertura de fronteiras agrícolas, disponibilidade de crédito, especialização produtiva do processo agrícola etc.)’ (Dieese, 2012, p. 113); 2) Da fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado no meio rural (saúde, educação, lazer, transporte etc.); 3) Da escassez, ‘penosidade’ e precariedade do trabalho no meio rural (que ainda persiste, apesar das grandes transformações tecnológicas e de normas e instrumentos legais); 4) Do incremento do nível tecnológico das atividades rurais; da diminuição de taxas de fecundidade, que reduziu sensivelmente a reposição da população; 5) Da elevação da concentração da propriedade da terra, pela ausência de política nacional de reforma agrária. (Dieese, 2014, apud Lima, 2022, p. 76)

emprego no país que em função das suas particularidades não podemos analisá-la a partir da transferência automática e equivocada das compreensões acerca dos fundamentos do desemprego estabelecido nos países de capitalismo central. Pois, as particularidades do desemprego num país periférico como o Brasil se manifestam de maneira distinta, em razão da formação socioeconômica capitalista e do padrão de desenvolvimento socioeconômico. Para demonstrar a dimensão do baixo crescimento econômico no Brasil o autor informa que,

Entre 1980 e 2004, por exemplo, a variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi de apenas 2,1%, com aumento acumulado da renda *per capita* abaixo de 8%. A título de comparação, verifica-se que, entre 1960 e 1980, a renda *per capita* cresceu, em média, 4% ao ano. [...] Nesse contexto de estagnação da renda *per capita*, o comportamento do desemprego não poderia ser diferente, tendo-se em vista que, a cada ano, cerca de 2 milhões de pessoas ingressam no mercado de trabalho. Sem a expansão considerável da economia nacional a altas taxas, como forma de dinamizar a oferta de novas vagas no mesmo ritmo do conjunto de pessoas que anualmente ingressam no mercado de trabalho, o desemprego resulta persistentemente maciço (Pochmann, 2006, p. 67).

No entanto, o autor deixa claro que apesar do crescimento econômico ser necessário e de suma importância para geração de empregos essenciais para alcançar resultados positivos na diminuição do desemprego maciço no país, somente o crescimento econômico não é capaz de alcançar tais resultados, pois mesmo que houvesse tal expansão econômica se ela estivesse simultaneamente articulada com um modelo de desenvolvimento socioeconômico desfavorável à geração significativa de empregos também não seria possível alcançar os resultados positivos à crise do emprego. Dessa forma, nos leva a compreender a segunda razão primordial para explicar e entender o fundamento da crise do emprego no país como sendo a incorporação do neoliberalismo como novo modelo econômico, político e ideológico a ser implantado nas políticas públicas no Brasil, informando que:

Quatro são os principais elementos constitutivos do novo modelo econômico que tendem a comprometer muito mais a destruição do que a geração de novos empregos: (1) as alterações na composição da demanda agregada; (2) a natureza da reinserção externa da economia nacional; (3) o processo de reestruturação empresarial e (4) o padrão de ajuste do setor público brasileiro. Decorrente disso, pode-se constatar que, durante as fases de desaceleração do nível de atividade econômica, o desemprego tende a avançar rapidamente, enquanto, nos breves momentos de recuperação do nível de atividade produtiva, pouco diminui. (Pochmann, 2006, p. 68-69)

O autor ao tratar desses quatro principais elementos constitutivos do modelo econômico desfavorável a geração significativa de emprego, nos informa que o novo rumo passivo e subordinado da economia nacional guiado pelo neoliberalismo implicou diretamente

sobre a estrutura da demanda agregada<sup>105</sup>, alterando a sua composição e tornando-a insuficientemente capaz de sozinha possibilitar a necessária geração de empregos e a retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro sob uma base sólida. Ocorrendo, no período da década de 1990, no país uma simultânea diminuição da produção interna e o crescimento da importação de bens dada a abertura comercial, a qual impulsionou a expansão econômica nacional ao lado do aumento no investimento externo que aqui adentrava, conseqüentemente implicando num aumento do endividamento interno e externo, que não é inaugurado nesse momento como já tratamos anteriormente. Nesse momento, a ampliação do consumo interno não foi dada juntamente com as condições necessárias à sustentação e manutenção da supracitada expansão econômica nacional.

Estando o segundo elemento articulado com o primeiro, tendo em vista que a natureza da reinserção externa da economia nacional “encontra-se fundada na abertura comercial e nas desregulamentações econômica e financeira” (Ibid., p. 70), cuja principal consequência segundo o autor foi à ampliação da heterogeneidade na base econômica nacional que num primeiro momento deu-se com a retração e desnacionalização da produção interna contribuindo com o aumento das importações. Posteriormente, ao final da década de 1990 ocorreu um movimento contrário com o aumento da exportação dado as mudanças no regime cambial, ao diferencial de competitividade brasileiro, característico dos países periféricos e subordinados, que é a acentuada redução do custo da força de trabalho, e à maior especialização econômica com uma produção e exportação de bens primários de baixa composição orgânica, com menor incorporação tecnológica e expropriação extensiva da força de trabalho.

Quanto ao terceiro elemento, o processo de reestruturação empresarial<sup>106</sup>, além de apresentar medidas de redução dos empregos no país com base na “adoção de programas de

---

<sup>105</sup> “por meio da revisão do papel do Estado na economia (racionalização e descentralização do gasto e privatização do setor produtivo estatal), das desregulações financeira (endividamento externo e interno e ainda maior dependência de ingressos financeiros), tecnológica (importação de outros países), econômica (fusão de grandes empresas produtivas e financeiras) e comercial (elevação brutal das importações e geração de déficits na balança comercial) e ainda do processo de estabilização monetária” (Pochmann, 2006, p.69).

<sup>106</sup> Compreendemos com base em Antunes (2006) que o processo de reestruturação não se limita somente ao âmbito empresarial, pelo contrário desenvolve-se de maneira abrangente tanto no âmbito da produção quanto do mercado. Em razão disso, discordamos da terminologia utilizada por Pochmann (2006) ao tratar sobre o processo de reestruturação referindo-se a “reestruturação empresarial” e a “desestruturação do mercado de trabalho”, bem como também ressalvamos o tratamento que é dado às categorias: flexibilização, desregulamentação, padrões de produção, regimes de gestão e organização do trabalho, precarização e informalidade do trabalho, terceirização e subcontratação da força de trabalho, desassalariamento, entre outras. Pois, compreendemos que tais categorias possuem suas convergências, mas também singularidades que não permitem o seu tratamento dentro do mesmo quadro analítico, enquanto sinônimos autoexplicativos das contradições que se somam ao desenvolvimento do desemprego no país. Em razão disso, selecionamos como categorias adjacentes as análises que estamos realizando sobre a pobreza e o desemprego no país, a precarização e a informalidade do trabalho, visto que dados

reengenharia, de reorganização do trabalho e da produção, terceirização e subcontratação de mão-de-obra, entre outros” (Pochmann, 2006, p. 71). Por outro lado, também demonstra contribuir com a constituição de uma série de alterações na composição dessa massa de desempregados, as quais trataremos com mais atenção adiante, que ao proporcionarem uma oferta de força de trabalho excedente diante da menor demanda por força de trabalho, contribuem para ampliação da competitividade no mercado de trabalho que mesmo não apresentando “até o momento uma generalizada modificação no conteúdo dos postos de trabalho que justificasse a elevação nos requisitos de qualificação” (Ibid., p.72), vai aprofundar as avaliações discriminatórias na contratação desses trabalhadores excedentes. Tais aspectos desse terceiro elemento apresentam importantes conexões históricas, políticas e socioeconômicas com o surgimento dos programas de inclusão produtiva urbana no país.

Por fim, o quarto e último elemento constitutivo do novo modelo econômico, o padrão de ajuste do setor público brasileiro<sup>107</sup> implicou na direta compressão dos postos de trabalho formais, sobretudo para atender os objetivos das reformas administrativas<sup>108</sup> e previdenciárias<sup>109</sup> em razão da contenção dos gastos públicos, na facilitação para demissão no setor público, em simultâneo a formação de um ampliado superávit primário destinado ao

---

os limites dessa produção não é possível debruçar especial e devida atenção a todas as categorias supracitadas.

<sup>107</sup> Mais recentemente, os esforços governamentais para comprimir o total dos gastos com pessoal no setor público, além de indicarem mudança no papel do Estado, expressam a tentativa de compensar, em parte, a expansão das despesas públicas com encargos financeiros e demais gastos, sobretudo com a estabilidade monetária. A alternativa da demissão de funcionários públicos não estáveis pelos poderes executivos federal, estaduais e municipais, de adoção de programas de demissão voluntária, de fechamento de organismos estatais, de privatização e de aprovação da reforma administrativa aponta para uma firme intenção governamental de promover forte enxugamento do quadro de pessoal. Por conta disso, o setor público tem enfraquecido ainda mais o seu papel decisivo na geração de emprego no país. (Pochmann, 2006, p.72)

<sup>108</sup> Com base em Balbi (2015) o contexto histórico, da década 1990, em que se desenvolveu a Reforma Administrativa, guiada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que definia seus objetivos e estabelecia suas diretrizes foi marcado pelo enfraquecimento do modelo nacional desenvolvimentista e burocrático do Estado, dado a perda do seu dinamismo econômico. Diante disso, o Estado tem suas funções alteradas na relação com o mercado em função do aumento das privatizações e terceirização, implicando na necessidade de ampliação do seu papel regulador e da sua capacidade de dar respostas nos diversos planos para isso encaminha-se concomitantemente em direção ao rompimento com o modelo burocrático e incorporação de um modelo gerencial do Estado, mais próximo a gestão privada. Segundo Nunes, Ribeiro e Peixoto (2007, apud Balbi, 2015, p. 106), a proposta apresentada pelo governo sustentava-se em pelo menos quatro subdimensões específicas: reformas nas esferas fiscal, previdenciária e administrativa e implementação de um programa de privatização dos serviços públicos.

<sup>109</sup> A partir de Ugino (2011), observamos que as Reformas Previdenciárias desenvolvidas nos governos Fernando Henrique (1994-2002) e Luís Inácio (2003-2006) tinham como principal ponto em comum a alegação de esgotamento de financiamento do sistema de seguridade social e da sua contribuição no aprofundamento do déficit público, além de outros fatores que caracterizavam a “crise” do sistema previdenciário, como: o envelhecimento da população, aumento do salário mínimo, aposentadorias precoces, custo administrativo elevado, entre outros. No entanto, compreendemos que a urgência no atendimento dos interesses econômicos da classe dominante tratou de encaminhar a realização das reformas previdenciárias sem o aprofundamento da discussão acerca da precarização do mercado de trabalho, visto que a necessidade de gerar um superávit primário voltado para o pagamento da dívida externa direcionou o deslocamento dos recursos que anteriormente eram destinados a seguridade social pela Constituição cidadã.

pagamento dos juros da dívida externa. Ao lado desses elementos e das razões fundamentais que o autor expõe para elucidar nossa compreensão sobre o processo de acentuação do desemprego no país, também destaca que:

O movimento de desestruturação do mercado de trabalho revela, de certa forma, a natureza e a dimensão da atual crise do emprego. Três são os componentes da desestruturação do mercado de trabalho. O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais. O segundo componente que caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho diz respeito a regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido como desassalariamento<sup>110</sup>. Por fim, o terceiro componente refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados. (Pochmann, 2006, p. 60)

Quanto ao primeiro componente trataremos adiante de maneira mais detalhada sobre a manifestação do desemprego entre as diferentes camadas e segmentos sociais da classe trabalhadora observando a atual composição e configuração da superpopulação relativa brasileira. Sobre o segundo componente que articula regressão dos postos formais de trabalho ao processo de diminuição da participação dessa modalidade de vínculo e contratação formal no total das ocupações, podemos compreender como uma novidade e uma mudança substancial no país em relação à dinâmica da estrutura ocupacional dada até a penúltima década do século XX. Pois, a diminuição dos postos formais de trabalho se dá ao lado do aumento dos postos informais<sup>111</sup> no universo total da ocupação no país, porém esse aumento é insuficiente para compensar o nível de regressão do trabalho formal. Não menos importante, o terceiro componente está relacionado às ocupações precárias e informais, ou seja, “ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras” (Ibid., p.61), as quais buscam ocultar o processo de assalariamento através do reforço ao trabalho autônomo, no entanto essas modalidades de ocupação nos permitem compreender como o aumento do nível de exploração da força de trabalho representa um processo de

---

<sup>110</sup> Durante as décadas de 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados. [...] Em 2003, por exemplo, um a cada dois ocupados era assalariado, enquanto, em 1980, dois a cada três eram assalariados em todo o país (Pochmann, 2006, p.61). Compreendemos que o processo de regressão dos postos de trabalho formais é uma questão que pode ser visualizada a partir das contribuições do autor, no entanto não concordamos quando o mesmo se refere a esse processo como desassalariamento, visto que a diminuição tanto dos postos formais de trabalho quanto da participação do emprego assalariado no total das ocupações não implica numa “perda ou exclusão” do assalariamento dos trabalhadores, pois mesmo os indivíduos inseridos em trabalhos informais, precários e temporários têm expropriado o mais valor produzido e recebem uma remuneração baseada no que Marx (1985) denominava como salário por peça.

<sup>111</sup> Com base em Antunes (2018) ao lado da diminuição do emprego formal o crescimento do emprego informal desenvolve-se como uma contratendência visualizada na expansão da incorporação de trabalhadores majoritariamente no setor de serviços, também havendo a incorporação desses trabalhadores em postos de trabalho informal no setor da agroindústria e na indústria.

superexploração do trabalhador, de ampliação da informalidade e flexibilização do trabalho, e da complexidade e heterogeneidade do desemprego. Com base em Antunes (2018),

[...] o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade<sup>112</sup>, de que são exemplo o trabalho atípico<sup>113</sup>, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes. Essa nova morfologia do trabalho abrange os mais distintos modos de ser da informalidade, ampliando o universo do trabalho invisibilizado, ao mesmo tempo que potencializa novos mecanismos geradores de valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração) do trabalho (Antunes, 2018, p. 77).

Essa nova morfologia do trabalho destacada pelo autor é importante para nossa discussão, em função da sua constituição se dá, com base em Antunes (2018), a partir da articulação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva, demonstrando que a flexibilização, a desregulamentação, a intensificação da exploração da força de trabalho e a heterogeneidade das formas do trabalho informal são indispensáveis para compreendermos as relações estabelecidas entre tais trabalhadores informais e a acumulação capitalista. Pois, com essa nova morfologia vemos uma ampliação do trabalho invisibilizado dado pelo crescimento do setor de serviços, da incorporação desses trabalhadores em atividades improdutivas e exponencialmente precárias, concordamos com autor quando ele destaca que essa invisibilidade do trabalho é uma expressão fenomênica que oculta a real geração de mais valia em várias esferas do mundo do trabalho. Essa parcela de trabalhadores informais do setor de serviços participa cada vez mais do processo de valorização do capital e de geração do mais valor em cadeias produtivas multinacionais, dada a necessidade de

---

<sup>112</sup> Segundo Alves e Tavares (2006) existem três principais modos de ser da informalidade, o primeiro é constituído pelos trabalhadores informais tradicionais que podem agregar: os trabalhadores menos instáveis “que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços” (Ibid., p.431); os trabalhadores mais instáveis “ocupam-se de trabalhos eventuais que dependem de sua força física e da disposição para realizar diversificadas tarefas de pouca qualificação” (Ibid., 431); os trabalhadores ocasionais ou temporários “que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário” (Ibid., 431), dentro dessa categoria há ainda aqueles que combinam trabalho regular com o temporário; há também as pequenas oficinas de reparo e consertos que “não podem ocupar outros mercados, já que não dispõem de grande volume de capital nem de tecnologia suficiente para se aperfeiçoarem” (Ibid., 431). O segundo modo é formado pelos trabalhadores assalariados sem registro, que aumenta em razão da precarização do trabalho visualizada na perda do estatuto da contratualidade regulamentada pela legislação trabalhista e na conseqüente perda dos direitos trabalhistas e sociais. Servindo de exemplo os “casos de trabalho em domicílio que se especializam por áreas de ocupação, prestando serviços às grandes empresas, que também se utilizam da subcontratação para a montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens por meio do comércio de rua ou ambulante” (Cacciamali, 2000, apud Alves; Tavares, 2006, p.432). O terceiro e último modo é constituído pelos trabalhadores informais por conta própria que estão inseridos em “empregos familiares ligados às atividades artesanais, nos pequenos ofícios, nos pequenos comércios e nas atividades ocasionais diversas” (Ibid., p.433).

<sup>113</sup> “No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e full-time” (Vasapollo, 2006, p.49).

acumulação no capitalismo financeirizado mundialmente, sofrem um processo de ampliação das modalidades de exploração da mais valia que implica numa acentuação da precarização do trabalho.

A precarização é um movimento que “ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital” (Antunes, 2018, p. 65). No Brasil e nos demais países periféricos a precarização da classe trabalhadora “não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem. Como no Sul não se desenvolveu nenhum tipo persistente de aristocracia operária, nosso proletariado sempre se confundiu com a condição de precariedade” (Ibid., p. 67). Temos uma classe trabalhadora que apesar de se impor frente situações de exploração de sua força de trabalho em alguns momentos históricos marcantes, não se organizou de maneira sólida enquanto uma aristocracia operária como aquela presente nos países centrais.

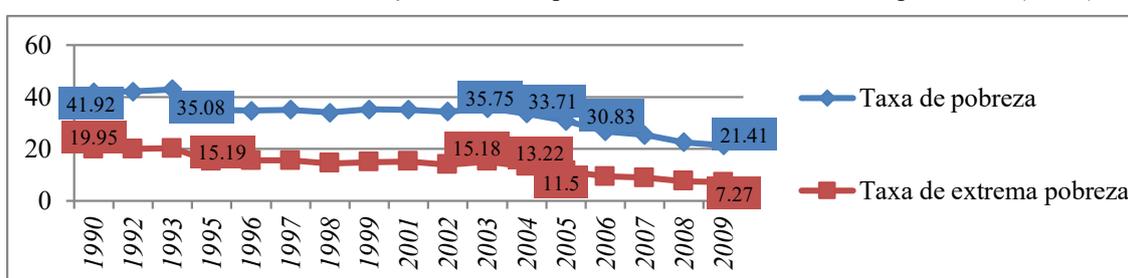
Além disso, a condição de precariedade enquanto traço constante do trabalho assalariado desde a sua origem aqui, nos leva a compreender que apesar de haver alterações e diferenciações ao longo da trajetória da classe trabalhadora, com o processo de reestruturação produtiva e de crise estrutural enquanto temos no âmbito dos países centrais uma explícita corrosão do estatuto formal e das garantias do trabalho assalariado, no âmbito interno esse processo não se desenvolveu da mesma forma e intensidade, pelas questões que já pontuamos como particulares a formação da nossa classe trabalhadora assalariada. No entanto, isso não quer dizer que em nosso mercado de trabalho não verificamos um aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora e da distinção entre seu pólo de vinculação contratual resguardado pela legislação trabalhista e seu pólo mais precarizado, caracterizado pelo crescimento de um contingente de trabalhadores “cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir” (Ibid., p. 68).

Segundo a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência a partir da superexploração da força de trabalho, este trabalhador tem seu fundo de vida e de consumo convertido em fundo de acumulação ao passo que sofre com: a usurpação dos direitos trabalhistas e demais direitos sociais, a partir da apropriação do fundo público com a expropriação de boa parte dos recursos destinados às políticas sociais; a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho, que representam à usurpação do tempo de vida do trabalhador pelo tempo de

trabalho<sup>114</sup> dadas as condições insalubres de trabalho que propiciam a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais; o atentado ao estatuto salarial, representado pelo ataque ao fundo de consumo do trabalhador diante da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor está associada ao aumento da expropriação da força de trabalho sem o correspondente aumento na remuneração daquele trabalhador. Diante disso conseguimos apreender o alto nível de precarização dos trabalhadores, a partir da década de 1990, em contracorrente do que até então vinha se processando no sentido das reduções nas diferentes formas de subutilização da força de trabalho no país.

Em síntese, podemos afirmar que a aproximação com esses aspectos que marcam a inflexão na expansão do crescimento econômico no país junto à incorporação do neoliberalismo e a sua constituição como novo modelo econômico, político e ideológico enquanto traços particulares e singulares do capitalismo recente no Brasil são imprescindíveis para compreendermos o envolvimento da nossa formação socioeconômica com a geração de altos níveis de desemprego, de precarização, de informalidade e superexploração, com sua consequência mais visível expressa nas condições de pobreza e de miséria em que vive a classe trabalhadora no país.

**Gráfico 2** - Brasil: evolução da taxa de pobreza<sup>115</sup> e da taxa de extrema pobreza<sup>116</sup> (em %)



Fonte: IPEA - Elaboração da autora (2023)

<sup>114</sup> O Tempo de trabalho independente da sua forma se aberta ou oculta termina por impactar no tempo de vida do trabalhador “seja o ‘tempo de trabalho manifesto’ (regulamentado pela legislação trabalhista, que trata da jornada de trabalho; e constatado por meio das estatísticas sociais), ou o ‘tempo de trabalho oculto’, em suas múltiplas formas, do longo deslocamento do local de moradia aos locais de trabalho, às tarefas e preocupações que acompanham os operários ou empregados assalariados em seu tempo de descanso” (Alves, 2009, p. 196).

<sup>115</sup> Conforme definição do Ipea a taxa de pobreza é o “Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e da Organização Mundial da Saúde - OMS. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

<sup>116</sup> O Ipea define como a taxa de extrema pobreza o “Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência (ou miséria, ou extrema pobreza). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

Como podemos observar, a taxa de pobreza que nos primeiros anos da década de 1990 mantém-se sem oscilações consideráveis, apresentou em 1995 uma redução de 6,84% em relação a taxa em 1990, variando de maneira muito pequena entre aumento e redução nos anos de 1995 até 2003, quando na sequência em 2004 inicia um declínio de 2,04% em relação a taxa no ano anterior, demonstrando nos anos seguintes a acentuação de tal redução alcançando 21,41% em 2009. Em relação à taxa de extrema pobreza percebemos que inicia a década de 1990 com 19,95% apresentando um pequeno aumento que viria a ser reduzido em 1995 quando a taxa alcança 15,19%, oscilando a partir desse ano de maneira modesta entre aumento e redução até 2003, quando no ano seguinte tem início um declínio que representa uma variação de 1,96 pontos percentuais em relação a taxa no ano anterior, tal declínio persiste até 2009 com a taxa de extrema pobreza alcançando 7,27%.

Para realizarmos uma análise sobre a situação de pobreza da classe trabalhadora visualizada a partir dos dados apresentados no Gráfico 2 recorreremos as contribuições de Antunes e Pochmann (2008) no sentido de buscarmos entender a evolução da situação de pobreza no país e as razões que podem favorecer a persistência dessa condição de pobreza, contribuindo para o aumento da desigualdade social entre as classes no país. Num primeiro olhar é possível afirmar que tal declínio tanto da taxa de pobreza quanto da taxa de extrema pobreza no país principalmente a partir de 2004 significa um avanço positivo na redução das condições gerais de pobreza e de miséria em que vivia a classe trabalhadora, no entanto é válido compreender a dimensão dessa redução da pobreza para a classe trabalhadora, se são contempladas todas as suas parcelas ou apenas uma parte da classe trabalhadora se “beneficia” com essa redução.

Com base nos autores, no período da década de 1990 e a primeira década do século XXI, a condição de pobreza da classe trabalhadora demonstra se reproduzir de maneira heterogênea, estando crescentemente “concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária)” (Ibid., p.7) isso não quer dizer que a reprodução da pobreza entre aquela parcela da classe trabalhadora que se encontra inativa<sup>117</sup> (crianças, idosos, doentes e portadores de necessidades especiais, entre outros) tenha sido superada, mas reduzida em grande parte em razão das políticas sociais, da ampliação de medidas vinculadas à garantia de renda e dos programas de transferência de renda condicionada.

---

<sup>117</sup> “com queda de 22,7% para os inativos com mais de 10 anos de idade e de 20,3% para inativos de até 10 anos de idade. [...] No Brasil como um todo, os inativos perderam participação relativa no total da população pobre (de 56,7% para 48%), enquanto os ativos aumentaram significativamente (de 43,3% para 52%), sobretudo entre os desempregados” (Antunes; Pochmann, 2008, p. 8).

Se o critério de análise for o comportamento da pobreza somente entre os ocupados de todo o país, podem ser observadas mudanças interessantes para o mesmo período. Em todas as posições na ocupação, a condição de empregado foi a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre 1989 e 2005, a taxa de pobreza entre os empregados cresceu 53,9%. Para o mesmo período, a taxa de pobreza entre os empregadores caiu 44,6%, entre os que trabalham 'por conta própria' caiu 26,7% e entre os sem remuneração caiu 20,7%. (Antunes; Pochmann, 2008, p.8)

Podemos compreender que o crescimento da pobreza entre a parcela da classe trabalhadora ocupada, que é totalmente subordinada ao trabalho assalariado para manter sua reprodução social e de sua família se dá em razão do alto nível de desemprego e da piora nas condições e relações de trabalho proporcionadas pela precarização do trabalho. Em relação ao decréscimo da taxa de pobreza entre os empregadores, podemos entender que ela está conectada tanto com o aumento do empobrecimento de parcela da classe trabalhadora quanto com o processo de concentração de renda da classe capitalista, deixando explícito que “o país ainda carrega as marcas das desigualdades entre as classes: é o 12º país mais desigual do mundo e, na América Latina, temos a nada honrosa 4ª colocação no *ranking* do pauperismo relativo” (Castelo, 2013, p.127).

Também podemos compreender que tal decréscimo na taxa de pobreza entre os trabalhadores 'por conta própria' e 'sem remuneração' é inferior a aumento da taxa de pobreza entre os trabalhadores ocupados que vivenciam o processo de desemprego e de precarização podendo nos levar a pensar que tal redução mesmo que mínima pode estar relacionada às medidas estabelecidas pelas políticas sociais tanto no âmbito da assistência social, aqueles que não possuem renda mínima, quanto no âmbito das políticas públicas para o trabalho com ações de qualificação profissional e intermediação de força de trabalho por exemplo. É com essa perspectiva que surgem os programas de inclusão produtiva no país, de que pela via da inserção no mercado de trabalho seria possível superar a situação de extrema pobreza e do desemprego, no entanto em função das alterações na economia, na política e na sociedade brasileira desde a década de 1990, em especial dada a incorporação do neoliberalismo enquanto representante da hegemonia do capital financeiro nos leva a crer que tal perspectiva de superação da pobreza irá desenvolver-se efetivamente enquanto um conjunto de ações e medidas atenuantes à pobreza e ao desemprego no país.

Sendo tais questões como o desemprego, a precarização, a informalidade e a pobreza consideradas como as principais, mas não as únicas, manifestações da desigualdade entre as classes resultante da dinâmica formação socioeconômica brasileira e da sua configuração contemporânea amparada sob a hegemonia do capital financeiro, tais questões demonstram os enormes desafios colocados a atuação do Estado via políticas e programas sociais de proteção

social desde finais do século XIX e especialmente neste início do século XXI no Brasil. Sendo assim, essas expressões da desigualdade social interpretadas enquanto uma mediação que expõe as determinações econômicas, baseadas num aspecto estrutural do capitalismo e da sua sociabilidade em sua particularidade dependente e periférica, para a intervenção estatal através de uma proposta governamental que viria se configurar como programa de inclusão produtiva urbana.

Na próxima seção buscamos compreender os impactos dessa configuração contemporânea do capitalismo amparada sob a hegemonia do capital financeiro a partir dos desdobramentos da crise econômica internacional de 2008 e da crise político-econômica que ocorreu no Brasil em 2016, e as articulações que se estabelece nesse início do século XXI com as questões do desemprego, da precarização, da informalidade, da superexploração da força de trabalho e da pobreza que interferem na composição da superpopulação relativa brasileira contemporânea enquanto público alvo dos programas de inclusão produtiva urbana.

#### 4.2 Impactos da financeirização na composição do público-alvo dos programas de inclusão produtiva urbana

Inicialmente buscamos caracterizar a crise financeira de 2008, que segundo Chesnais (2013, p. 25) “tem como substrato uma superacumulação de capacidades de produção particularmente elevada e como excrescência uma acumulação de capital fictício de montante sem precedente”. Para então compreendermos quais foram as exigências e as repercussões para classe trabalhadora considerando-se principalmente a configuração contemporânea do capitalismo amparada sob a hegemonia do capital financeiro, com base nos aportes da realidade objetiva que comportam a articulação entre os desdobramentos da crise no âmbito global e no nacional destacando-se à difícil situação dos trabalhadores em escala mundial. No Brasil, mesmo levando-se em consideração as particularidades históricas, políticas e econômicas da nossa formação social temos como produto histórico o fortalecimento do capital dada a mundialização da oferta de força de trabalho excedente.

Na Europa, a atenção dos trabalhadores e dos jovens se concentra, de maneira compreensível, sobre as consequências da ‘situação sem saída’ e do ‘salve-se quem puder’ dos burgueses europeus. A crise política da União Europeia e da Zona do Euro e as idas e vindas do Banco Central Europeu em torno do financiamento direto dos países com maiores dificuldades são as expressões mais evidentes da crise econômica. Isso é completado com a acentuação das políticas de austeridade e com a implantação acelerada de uma ‘segurança total’ da qual nenhum país escapa. Contudo, a situação europeia não pode ser compreendida independentemente da situação da economia mundial como um todo (Ibid., p. 22).

O autor expõe como é imprescindível considerar a conjuntura do mercado mundial constituído na atual fase financeirizada do capitalismo para compreender o desenvolvimento da crise internacional, pois é nessa conjuntura que prevalece o estabelecimento das relações de assimetria e dependência entre os países centrais e os periféricos, as quais são mediadas pela transferência de valor e nesse contexto refletem a situação de “semiparalisia” da economia capitalista mundial. Tal situação é localizada principalmente na esfera das finanças por aqueles países que diante da superprodução e superacumulação agregam a produção de uma elevada acumulação de capital fictício que demanda uma reprodução e uma valorização que não pode ser alcançada em razão da própria reprodução cíclica da acumulação capitalista, na qual a fase de ruína financeira dada com a queda na taxa de juros sucede a etapa do superaquecimento econômico.

Além disso, com base em Chesnais (2013) a adoção das políticas de austeridade fiscal contribui para a espiral da crise ao implicar na redução dos gastos públicos e da atuação do Estado na regulação da economia demonstrando a extrema dificuldade, que não pode ser vista como passividade política, dos representantes do capital e do Estado em criar uma dinâmica com relativa autonomia capaz de conceber respostas à crise que fossem coerentes e delineadas ao nível de desenvolvimento da economia mundial. Todavia, o autor destaca três respostas sucessivas à crise, a primeira se deu a partir de 1978 com a adoção de políticas neoconservadoras de liberalização e de desregulamentação que proporcionaram a mundialização do capital; a segunda ocorreu a partir de meados da década de 1990 com a adoção do regime de crescimento econômico baseado centralmente na acumulação a partir do endividamento público e privado; por último a terceira resposta consistiu na incorporação da China ao mercado mundial sendo o coroamento desse processo alcançado em 2001 com sua entrada na Organização Mundial do Comércio – OMC.

Um segundo aspecto específico da crise, segundo Chesnais (2013), encontra-se no fato dela ter ocorrido após um período de quase vinte anos de utilização do endividamento como base central da acumulação capitalista no regime de crescimento econômico dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Esse processo de endividamento “Conseguiu fazer repousar o ‘poder da finança’ e as crenças fetichistas que ele acarreta sobre um grau de mundialização (especialmente financeiro) inédito na história do capitalismo. A chave central desse poder é a dívida pública dos países da OCDE” (Ibid., p.33). Continuando o autor afirma que a partir da década de 1980 o serviço da dívida foi responsável pela imensa transferência de valor e mais-valia aos fundos de aplicações e aos bancos internacionais, sendo essa transferência uma das causas da profunda alteração na

repartição de recursos do fundo público entre capital e trabalho. Na atualidade a crise de 2008 aprofundou esse processo desencadeado anteriormente ao abrir uma fase marcada pela “captura do Estado” pelos grandes bancos e investidores financeiros que passam a ditar e orientar o direcionamento dos governos dos países da OCDE em defesa dos seus interesses econômicos e políticos em detrimento de quaisquer que sejam as consequências para a classe trabalhadora<sup>118</sup>.

No alto dos grandes grupos financeiros – tanto nos chamados ‘com predomínio industrial’ como nos demais – há a fusão quase completa entre o ‘capital-propriedade’ e o ‘capital-função’. [...] para um capital onde a finança está nos postos de comando, a busca da valorização ‘sem fim e sem limite’ deve ser levada mais impiedosamente se o sistema está em crise. Os haveres sobre a produção, cuja apropriação sob a forma de dividendos ou de juros está ameaçada, atingem volumes que nunca foram tão elevados depois dos anos 1920 (Ibid., p.27).

Por outro lado, a situação dos trabalhadores que ainda estão empregados é de exploração e expropriação sem limites até o seu esgotamento, mesmo “estando dada a situação de superprodução, de recursos de base que escasseiam, ou ainda do posicionamento frente a mudança climática e suas consequências previsíveis” (Chesnais, 2013, p.27). Esta situação da classe trabalhadora conecta-se também com o terceiro e último grande aspecto específico da crise financeira destacado pelo autor que é o fato da crise ter explodido e se desenvolvido concomitantemente ao processo de liberalização e de desregulamentação que cerceou as condições macrossocietárias econômicas e políticas que possibilitariam o desenvolvimento de respostas anticíclicas mais eficientes. Nas palavras do autor,

A liberalização colocou os trabalhadores em concorrência de país a país e de continente a continente como jamais anteriormente. Ela abriu a via à desregulamentação e as privatizações. As posições do trabalho frente ao capital foram muito fortemente enfraquecidas, eliminando (até o presente) o ‘medo das massas’ como aguilhão da conduta do capital. O reverso da medalha está constituído por esta carência de instrumentos anticíclicos (nenhum substituto foi encontrado aos do keynesianismo) (Ibid., p.35).

Dessa maneira, a situação dos trabalhadores, tanto no âmbito das suas condições de trabalho quanto no âmbito das suas condições de reprodução social, estão ameaçadas por esse direcionamento da exploração sem limites. Diante disso, cabe aos trabalhadores a partir de sua capacidade política de organização e contestação “abrir espaços e ‘tempos de respiro’ político próprio a partir de dinâmicas nas quais somente eles podem ser o motor” (Ibid., p.36). Pois, enquanto a crise se aprofunda em duração e agravamento das condições de existência da

---

<sup>118</sup>“Ao lado dos dividendos sobre as ações e os juros sobre os empréstimos aos Estados, viu-se o crescimento do crédito ao consumo e do crédito hipotecário, que são punções diretas sobre os assalariados. O peso do capital sobre os assalariados se exerce tanto no ambiente de trabalho como quando eles são devedores aos bancos” (Ibid., p.32).

classe trabalhadora, sendo a manifestação disso visualizada a partir do crescimento do desemprego, da precarização, da informalidade e da inflexão na reprodução da pobreza entre os trabalhadores ativos no mercado de trabalho, por outro lado diante da crise demonstra-se que o capital impescinde de uma exploração e acumulação maior de mais-valia.

De acordo com alguns analistas, forçados pela crise externa em 2008, os governos do PT tomaram medidas que romperiam com o neoliberalismo, em especial no tocante às políticas econômicas. Um pacote de medidas, tais como redução gradual dos juros<sup>119</sup>, aumento do crédito ao consumidor e do salário mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do capital monopolista nacional via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), teria sido a senha do rompimento com a política neoliberal e a adesão dos petistas e seus aliados (PSB e PCdoB, em especial) ao novo desenvolvimentismo<sup>120</sup> (Castelo, 2013, p.122-123).

O autor ao realizar esse debate sobre a suposta ruptura do governo Lula com o neoliberalismo no Brasil, nos permite compreender que dada à dinâmica da configuração atual do capitalismo financeirizado, as políticas econômicas possuem margens de manobra que podem possibilitar o impulso a acumulação capitalista ao atender os interesses e necessidades da classe dominante, em especial de suas frações rentistas. Nesse sentido, entendemos que as margens de manobra das políticas econômicas articulam-se as coalizões políticas<sup>121</sup> que nesse contexto demonstra seu caráter paradoxal, pois de um lado há um contraditório reforço do neoliberalismo e de outro lado a adoção de políticas de enfrentamento a crise que apesar de não proporcionar o surgimento de um novo regime de acumulação, possibilitou um “tempo de respiro” político a classe trabalhadora através da proteção social efetivada com o novo desenvolvimentismo que ficou marcado como um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Nessa direção, com base no autor, o que se estabelece no país como uma medida anticíclica é a formalização de uma medida de redução do superávit primário, que já vinha ocorrendo em alguns anos desde o período pós-crise, como “uma tentativa de reativação da economia nacional diante da queda do crescimento do PIB” (Ibid., p. 124).

---

<sup>119</sup> Segundo Castelo (2013, p. 126) “Na política monetária, as taxas nominais do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) caíram paulatinamente de 26,5% em 2003 para 8% em 2013. Em termos reais, tais taxas eram, respectivamente, de 16% e 2%, o que representa uma queda significativa”. No entanto, o autor nos permite compreender que esta queda tanto nominal quanto real da taxa de juros não implicou o fim da expropriação do fundo público pelos grandes capitalistas que de maneira geral em vários dos seus setores financeiros (industriais, bancários, agrários e de serviços), lucraram alarmantemente neste período.

<sup>120</sup> “[...] intervenção estatal na economia e na ‘questão social’ para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infraestrutura” (Castelo, 2013, p.130).

<sup>121</sup> Tomamos como base a compreensão de coalizão política exposta por Silva (2023), que destaca tal conceito enquanto “um complexo processo de agregação de interesses e representação (Madariaga, 2020) e que têm a expectativa que seus interesses em matéria de políticas públicas e ambiente institucional sejam atendidos (Amable, 2017)” (Ibid., p.160). Dessa maneira, é de suma importância considerar no estudo das instituições políticas e econômicas a relação que se estabelece entre elas e as coalizões políticas que enquanto influências exógenas estão presentes na base originária, na reprodução e nas modificações daquelas instituições políticas e econômicas ao longo do tempo.

No entanto, apesar da pequena redução<sup>122</sup> do superávit primário alcançando apenas um ponto percentual, os mecanismos que o produzem em certa medida ao se apropriarem dos recursos destinados às políticas sociais para os transferirem ao âmbito financeiro visando principalmente o pagamento da dívida externa, continuam intactos. Ao lado disso, uma parte muito pequena desses recursos que voltam a entrar em circulação no país com a redução do superávit primário, destinando-se ao reajuste tanto salarial dos servidores públicos federais quanto dos valores dos benefícios sociais, assim apesar de nesse período ter ocorrido o aumento nos gastos sociais<sup>123</sup>, esse aumento foi muito menor do que a proporção de recurso destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida externa. Dessa forma, mais uma vez o autor deixa explícito que não há uma ruptura no país da proposta político-governamental do PT com o neoliberalismo, sendo pelo contrário configurado um quadro para sua manutenção com uma paradoxal conciliação de classes através da adoção de medidas, ainda que superficiais destinadas à proteção social da classe trabalhadora.

Dentro deste quadro de manutenção do tripé neoliberal – meta inflacionária, superávit primário e câmbio flutuante<sup>124</sup>, com ajustes marginais de acordo com a conjuntura –, junto com a liberalização comercial e financeira e as privatizações de nova geração (concessões, parcerias público-privadas, organizações sociais etc.), constata-se que o social-liberalismo mantém a hegemonia dentro da política econômica via o posicionamento estratégico de seus quadros dirigentes no controle do Banco Central, Tesouro Nacional e os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ou seja, o social-liberalismo ainda domina setores-chave do Estado, angariando ganhos multibilionários de renda e riqueza para as frações rentistas da burguesia e demais aliados do bloco de poder dominante (Castelo, 2013, p.128).

A partir do exposto conseguimos compreender que o cerne da questão está localizado na manutenção do aprofundamento de uma política econômica que privilegie a financeirização e o estabelecimento de um “novo” imperialismo, que tem se desenvolvido no país desde a década de 1990 e principalmente nos anos 2000, quando temos uma pressão maior por mudanças na política econômica em razão da crise externa e financeira de 2008 e posteriormente o seu reforço com a crise de 2016. Em outras palavras, é quando temos aqui “a

---

<sup>122</sup>Fica, assim, patente a desigualdade na distribuição do orçamento da União para as classes sociais. O ajuste fiscal garante altas taxas de rentabilidade ao grande capital, especialmente suas frações rentistas, que abocanham cerca de 44% do orçamento (em números absolutos, R\$ 753 bilhões), enquanto as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais públicos não são atendidas (Castelo, 2013, p. 125).

<sup>123</sup>Os rendimentos da classe trabalhadora também subiram nos últimos anos, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrões e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. E tais ganhos não devem ser desprezados, ainda mais se pensarmos nas condições de miserabilidade de milhões de cidadãos brasileiros (Ibid., p. 127).

<sup>124</sup>O Brasil adotou o câmbio flutuante (hoje com menor margem de flutuação) e a liberalização financeira dos seus fluxos externos de capital, que ainda drenam massivamente a riqueza produzida pela força de trabalho nacional nas formas de envio de lucro, pagamentos de juros, royalties, patentes e direitos intelectuais, fretes, seguros etc. O déficit da nossa conta corrente cresce ano a ano desde 2009, o que precisa ser financiado pelo ingresso de capital estrangeiro, muitas vezes atraído por altas taxas de juros (Ibid., p. 128).

reafirmação e consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente<sup>125</sup> que começou na década de 1990, foi impulsionada nos governos FHC e consolidada na Era Lula/Rousseff’ (Ibid., p.129), mesmo que em alguns momentos se demonstre a partir de dados positivos em determinadas conjunturas da aparência macroeconômica, o que temos em curso no Brasil é uma articulação da política econômica social-liberal junto ao novo desenvolvimentismo<sup>126</sup> assumindo a materialidade como política de governo em alguns setores da intervenção estatal, sendo um deles a política social ao servirem como base político-ideológica para criação e execução dos programas de inclusão produtiva.

Mas, pouco menos de uma década após a crise de 2008, a crise de 2015/16 foi utilizada para reforçar o núcleo do projeto político neoliberal, com grande potencial para esvaziar a democracia. [...] A crise brasileira de 2015/16 implodiu o ‘ensaio desenvolvimentista’ e os diversos conflitos distributivos foram amenizados com a amálgama de interesses em torno de reformas que direcionaram os ônus da crise para aqueles que vivem do trabalho, em especial, os mais vulneráveis. Isto não significa afirmar que a burguesia age como um bloco homogêneo, mas que se formou um amplo consenso em torno do grupo político que apontava a questão fiscal como central para a crise e apontou, portanto, uma ampla reforma fiscal como saída da crise (Silva, 2023, p. 159).

Compreendemos a partir do exposto que com a crise de 2016 há um reforço do neoliberalismo no país que já vinha sendo substanciado desde a sua incorporação a partir da década de 1990. No entanto, com base em Silva (2023) a crise de 2016 distingue-se significativamente das crises que ocorreram em 1980 e 2008, pois ela tem suas causas localizadas mais no âmbito interno do que externo, todavia isso não quer dizer que se trata apenas de uma crise interna, mas não podemos desconsiderar que a sua principal marca foi o ataque a democracia com a deposição da presidente Dilma Rousseff a partir de um impeachment ilegítimo e o recrudescimento das políticas neoliberais no Brasil com o governo Temer e posteriormente com o governo Bolsonaro.

Com base em Souza (2020), é válido destacar que no cenário interno temos a partir de 2013 com as manifestações de massa um processo que evidencia as contradições dos posicionamentos contestatórios da classe trabalhadora e da classe capitalista diante das

---

<sup>125</sup> Na qual segundo Fontes (2010, apud Castelo, 2013, p. 129) “Privilegiam-se os circuitos financeiros da plutocracia nacional e internacional (créditos, ações, derivativos, dívida pública, em suma, o capital portador de juros), que articulam a criação de valores fictícios nos balanços contábeis e tratam de promover a punção da mais-valia produzida sob o signo da superexploração da força de trabalho em diversos ramos da indústria e dos serviços, e a massiva expropriação dos meios de produção no campo e na cidade”.

<sup>126</sup> Diante da crise externa de 2008, o novo desenvolvimentismo atuou como bombeiro no socorro do grande capital monopolista que apresentou sintomas de crise. A política econômica social-liberal, com pitadas de novo desenvolvimentismo, está a serviço da economia política do capital financeiro internacional e nacional em todas as suas frações – finanças, indústrias, comércio, agroindústria, logística etc.–, que, aliás, estão cada vez mais integradas com o processo de concentração e centralização do capital, algo típico em um momento de crise (Ibid., p.135).

consequências do padrão de acumulação capitalista financeirizado. Pois apesar das manifestações ocorrerem inicialmente enquanto um movimento da classe trabalhadora que estava mobilizada de maneira combativa em torno da melhoria dos serviços públicos, com destaque para o setor de transporte público, da garantia de direitos sociais, principalmente no âmbito da educação e saúde, por outro lado verificou-se que a participação de um contingente da classe média nas manifestações prenunciava a rápida ascensão da extrema-direita que se mobilizava em torno do combate a corrupção, a inflação, de maneira a responder com conservadorismo e reacionarismo aquelas pautas colocadas pela classe trabalhadora, contribuindo dessa maneira com recrudescimento do neoliberalismo e conservadorismo no país. Assim, “sob esse ponto de vista, consideramos que entre 2013 e 2015/2016 houve não uma continuidade, mas uma ruptura na qualidade predominante das grandes manifestações, um movimento geral que representou uma guinada à direita” (Souza, 2020, p.345).

Em meio a essa conjuntura, temos a implosão do “ensaio desenvolvimentista” que teve vida curta e entra em colapso em 2015, período em que verificamos o crescimento da adoção de políticas de austeridade econômica e como consequência o surgimento de diversos conflitos distributivos, pois se atribuía aos gastos sociais o papel de principal responsável pela crise do Estado. Em razão disso eram recomendadas as reformas neoliberais, justificadas como parte do processo de ajuste fiscal para manter a estabilidade monetária e combater a inflação ao passo que transferia os ônus da crise e dos ajustes derivados das reformas para a classe trabalhadora, pois tais reformas refletem as necessidades e interesses políticos e econômicos da coalizão que as patrocinaram.

Mas uma vez que a nova coalizão se forma o programa, no caso o ‘uma ponte para o futuro’ (PMDB, 2015), não menciona nada que remeta a ganhos que podem ser questionados ou atacados pelo novo programa, priorizando principalmente novos arranjos institucionais que impedem desfazer o ajuste recessivo que penaliza os que mais precisam das ações redistributivas do Estado por meio dos direitos sociais (Silva, 2023, p.177).

Portanto, vemos o nítido contraste na relação entre Estado e economia dado pela direção dos governos petistas que buscavam a conciliação de classes e em raros casos o enfrentamento das disputas dado os interesses antagônicos, e a direção dos governos de Temer e Bolsonaro que exemplificam a ascensão da extrema direita ao Poder Executivo, nos demonstra que as alterações no âmbito da política econômica e da política social não objetiva possibilitar a superação completa das consequências da crise para a classe trabalhadora. A qual vivencia o acirramento do desemprego, da precarização, da inflexão da pobreza, em suma da desigualdade social, em síntese vemos a reprodução do discurso de que a

“recuperação ainda não ocorreu, vide o baixo crescimento econômico nos últimos dois anos. E as expectativas de crescimento têm sido revistas para baixo tanto pelos órgãos do Estado quanto do capital” (Castelo, 2013, p.135).

O resultado disso tem sido o aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho, como vimos na seção anterior a partir dos indicadores socioeconômicos e da sua análise histórica, política e econômica que nos permitiram observar a situação de desemprego, de precarização e da pobreza no país desde a década de 1990 até 2009. A situação geral dada pelo desemprego, precarização e pobreza dava indícios das alterações que atingiam a composição da superpopulação relativa brasileira no período anterior à crise externa e financeira, sendo aqui tratada de maneira mais detalhada a manifestação do desemprego entre as diferentes camadas e segmentos sociais da classe trabalhadora observando a atual composição e configuração da superpopulação relativa brasileira na contemporaneidade. Pois, como demonstra Maranhão (2008) é importante apreender as complexas mediações existentes entre a situação de desemprego e pobreza e a dinâmica da composição da força de trabalho que ora está integrada ora está expulsa do mercado de trabalho.

Em primeiro lugar compreendemos que a dimensão da superpopulação relativa está intrinsecamente relacionada com o padrão de acumulação capitalista, assim sendo ao realizarmos a análise do período pós-crise de 2008 no Brasil veremos com base nas contribuições de Heinen (2021) que a partir de 2012 tivemos no país uma desaceleração no nível de desenvolvimento econômico e conseqüentemente uma diminuição<sup>127</sup> na taxa de acumulação diante do cenário de crise. A queda do nível de desenvolvimento econômico culminou com a entrada do país em 2014 num período de recessão, que se agravou com a crise interna entre 2015 e 2016 em função da diminuição nos gastos sociais, dos reajustes dos preços das mercadorias, da elevação dos juros e da desvalorização do câmbio financeiro. Posteriormente em meados de 2017, no âmbito da economia nacional vemos a inauguração de um período de estagnação que foi marcado pela lenta retomada dos investimentos, do

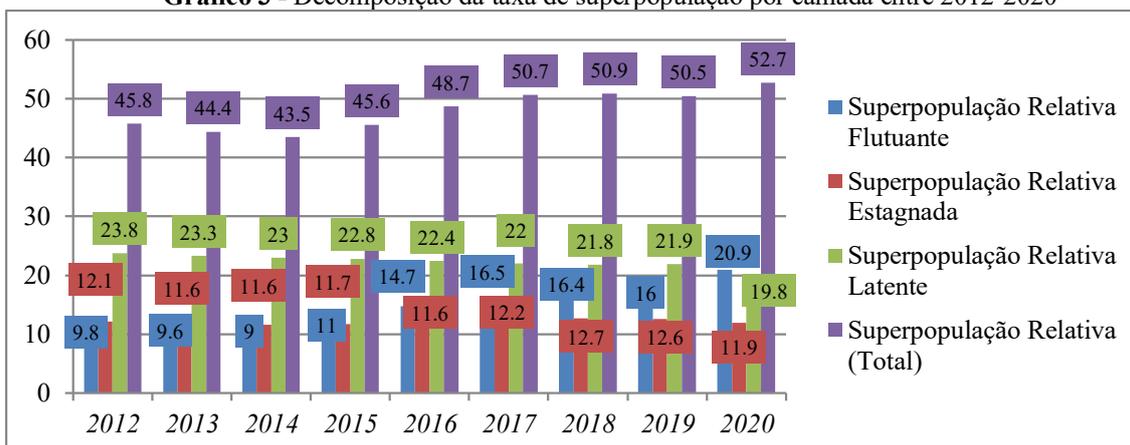
---

<sup>127</sup> Tal diminuição segundo Heinen (2021) se deu em função de alguns fatores externos e internos. “Entre os fatores externos, o principal é a queda abrupta nos preços internacionais de *commodities* ocorrida a partir de 2011” (Ibid., p.69). Conseqüentemente no âmbito interno essa queda representou uma diminuição no nível de produção de bens primários voltados à exportação e o agravamento do déficit entre as transações correntes do país contribuindo para que houvesse uma significativa desvalorização câmbio que terminava por impactar na rentabilidade do setor produtivo e no crescimento das dívidas contratadas em moeda estrangeira. “Diante disso, o governo implementou novas políticas de sustentação da demanda, sobretudo por meio de desonerações fiscais. Essas políticas mantiveram o nível de consumo das famílias e, com ele, o emprego em patamares relativamente elevados, todavia não reverteram a trajetória de queda nos investimentos. Por outro lado, elas deterioraram rapidamente as contas públicas, além de dificultar a recomposição da taxa de lucro pelo rebaixamento salarial” (Marquetti; Miebach; Hoff, 2017, apud Heinen, 2021, p.70).

emprego e da renda que se estendeu até 2019, na sequência em 2020 com a pandemia da Covid-19 temos uma desestruturação nas principais relações do comércio internacional que no âmbito nacional se manifesta principalmente no impacto sentido pela economia brasileira “fazendo com que o PIB *per capita* fechasse 2020 com queda de 5,5% na comparação com a década anterior” (IBGE, 2021b, apud Heinen, 2021, p. 71).

Ainda tomando como base as contribuições de Heinen (2021) nos dedicaremos a analisar a composição e a configuração da superpopulação relativa brasileira contemporânea, para isso inicialmente destacamos as suas três formas, que são cunhadas por Marx (1985): flutuante; latente e estagnada, e nelas nos apoiaremos no sentido de refletir e compreender como as alterações na composição atual da superpopulação relativa têm influenciado nas condições de exploração da força de trabalho e no enquadramento dos trabalhadores que a compõe enquanto público alvo dos programas de inclusão produtiva urbana no Brasil.

**Gráfico 3 -** Decomposição da taxa de superpopulação por camada entre 2012-2020



Fonte: PNADC/T apud Heinen (2021, p. 75)

Podemos visualizar a taxa de superpopulação relativa em suas formas flutuante, estagnada e latente tendo em vista as alterações no processo de acumulação e desenvolvimento capitalista, conseguimos apreender com base na leitura desses indicadores que a camada latente da superpopulação relativa apresentou variações modestas com uma lenta redução, mantendo-se praticamente constante entre 2012 e 2019 diante das implicações produzidas pelas oscilações cíclicas. Por outro lado, a camada estagnada da superpopulação relativa apresentou uma variação que ora cresce ora diminui ainda que modestamente apresentando 0,5% de variação comparando-se a taxa de 2012 e 2019. Já a camada flutuante da superpopulação relativa apresentou entre 2012 e 2019 um crescimento de 6,2%, dada a absorção num primeiro momento dos trabalhadores excedentes que não conseguiram emprego nos últimos anos, em função disso segundo o autor a taxa de superpopulação relativa em sua camada flutuante demonstra ser um indicador por excelência do comportamento conjuntural

da superpopulação relativa de maneira geral. “Em que pese a importância conjuntural da superpopulação flutuante, a maior parte do exército de reserva brasileiro está historicamente concentrada na camada latente<sup>128</sup>” (Ibid., p. 76).

Ao lado da camada flutuante a camada estagnada da superpopulação relativa brasileira não apresentou numericamente grandes variações, no entanto ela tem demonstrado sua estreita relação com as alterações na dinâmica do processo de acumulação brasileira, que refletiu numa diminuição da população formalmente empregada, ao passo que se vê uma crescente incorporação desses trabalhadores excedentes<sup>129</sup> em atividades e ocupações irregulares. Com base no autor, um importante elemento para pensarmos essa relação estabelecida entre superpopulação relativa estagnada e o processo de acumulação é a questão da renda ou do salário cujo “nexo causal dessa relação é estabelecido, via de regra, pelo poder de barganha dos assalariados” (Heinen, 2021, p. 79), que num primeiro momento no auge do período do último ciclo expansivo graças a incorporação de grandes massas de força de trabalho excedente foi possível reduzir o nível de pauperização absoluta da classe trabalhadora no país instigando com isso a potencialização das reivindicações da parcela de trabalhadores ativos no mercado de trabalho por melhores condições de trabalho e reajuste salarial.

Segundo Heinen (2021, p. 80) “poderíamos dizer que a redução da taxa de mais-valia permitida pela SR relativamente baixa no período ameaçou o funcionamento dos mecanismos de superexploração, reduzindo a rentabilidade do capital”. Essa questão foi tratada conjuntamente pela crise de acumulação em 2016, pelas medidas de austeridade fiscal em vigor desde 2015 e pelos processos de contrarreforma impulsionadas, a partir de 2017, de maneira a propiciarem gigantesca recomposição da superpopulação relativa ao minar o poder reivindicatório da parcela ativa de trabalhadores e baratear a força de trabalho termina-se por contrarrestar a dinâmica anterior do período de 2014, com a superpopulação relativa

---

<sup>128</sup> Em 2012, essa camada era composta por 23,7 milhões de trabalhadores, correspondendo a 23,8% de todo o mercado de trabalho nacional. Com a crescente proletarização da força de trabalho e a redução da capacidade de consumo dos assalariados, essa participação caiu ao longo da última década, chegando a 21,9% em 2019. Essa queda foi acentuada em 2020, quando a pandemia inviabilizou grande parte das atividades que mais abrigam a SR latente, com destaque aos serviços prestados às famílias, o trabalho doméstico e o comércio de rua. Com isso, foram perdidas 2,6 milhões de ocupações latentes em somente um ano, o que reduziu sua participação no agregado para 19,8% (Heinen, 2021, p. 76-77).

<sup>129</sup> Os trabalhadores em posição estagnada estão integrados de alguma forma à acumulação, podendo contribuir para a valorização do capital. Assim, o uso de força de trabalho irregular (por meio de subcontratações, terceirizações, plataformas digitais etc.) permite que mais trabalho seja incorporado sem reduzir a SR, o que explicaria o descompasso crescente entre a acumulação e a absorção do exército de reserva observado no Brasil nos últimos anos, destacadamente no período entre 2017 e 2019 (Heinen, 2021, p. 77).

atendendo rigorosamente a sua funcionalidade sistêmica de servir de alavanca ao nível de exploração da força de trabalho.

Ao nos apoiarmos nas contribuições de Heinen (2021) para compreender na contemporaneidade brasileira a inserção da superpopulação relativa no mercado de trabalho considerando em primeiro lugar sua distribuição por condição de ocupação. Veremos “Como era de se esperar, a maior contribuição para o crescimento recente do exército de reserva provém do grupo dos ‘não-ocupados’<sup>130</sup>, que condensa a SR flutuante, além do trabalho domiciliar não-remunerado, infantil e para autoconsumo” (Ibid., p. 81). Estes três últimos formatos de ocupação dos trabalhadores compõem a camada latente da superpopulação que ao lado da camada estagnada da superpopulação também apresenta estratos de trabalhadores ocupados.

Ao tratar sobre aqueles três formatos de trabalho segundo o autor a PNAD Contínua não os considera enquanto ocupações, apesar do trabalho doméstico não-remunerado seja ele realizado no próprio domicílio ou em outro domicílio, por exemplo, para o cuidado de parentes constituir uma parte expressiva da camada latente da superpopulação, em razão da histórica tendência de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, da própria dinâmica inaugurada pela crise que pressiona as mulheres que anteriormente realizavam apenas um trabalho reprodutivo para ingressarem em alguma atividade remunerada no sentido de complementar a renda familiar. Em relação ao trabalho infantil e o trabalho para autoconsumo segundo o autor registram-se acerca do trabalho infantil uma redução até 2018 que é em seguida acompanhada por um refluxo em 2019, por outro lado em relação ao trabalho para autoconsumo foi registrado um crescimento ao longo de todo o período registrado<sup>131</sup>.

Esses trabalhadores ocupados pertencentes tanto a camada latente da superpopulação quanto a camada estagnada da superpopulação principalmente, se concentram na maioria dos casos em atividades e ocupações pouco produtivas, instáveis em função da alta rotatividade<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> Em compasso com o avanço do desemprego aberto, a participação desse grupo no conjunto da SR caiu de 31,9% para 29,7% entre 2012 e 2014, cresceu rapidamente até 2017, quando chegou a 40%, registrou leve queda entre 2018 e 2019 e voltou a crescer fortemente em 2020, atingindo 47,3% (Heinen, 2021, p.81).

<sup>131</sup> Provavelmente refletindo o desemprego de longa permanência e o processo de descenso de parte da SR latente em direção ao lumpemproletariado. [...] uma das condições fundamentais que mantém esses trabalhadores disponíveis ao capital mesmo realizando alguma forma de trabalho é o fato de eles se encontrarem em condições de ocupação e de subsistência piores do que a média dos assalariados, sofrendo com uma reprodução atrofiada de sua força de trabalho (Ibid., p. 85).

<sup>132</sup> Segundo Heinen (2021, p.86), 8% dos trabalhadores estagnados ocupados em 2019 estavam em seu “emprego” atual havia menos de um mês, enquanto outros 24,9% estavam há menos de um ano. Considerando esses dois grupos, temos cerca de 1/3 da SR estagnada. A título de comparação, vale notar que essa proporção cai para 25% no caso dos demais empregados no setor privado e para 12% entre os profissionais autônomos.

que é refletida tanto quando se considera o curto período em que os trabalhadores permanecem no mesmo posto de trabalho, quanto na reduzida oferta de postos de trabalho que dispõe de um tempo de permanência médio ou superior. Já em relação aos trabalhadores ocupados da camada latente da superpopulação, demonstra-se uma menor rotatividade, no entanto o autor deixa claro que “isso não significa que os membros da SR latente possuam maior estabilidade de trabalho e renda, apenas reflete o fato de que eles não entram no circuito de inserções esporádicas na produção capitalista, concentrando-se em grande medida em atividades tradicionais de subsistência” (Ibid., p. 86).

Prosseguindo, o autor ainda destaca que ao lado dessa instabilidade comum as vagas ocupadas pelos trabalhadores, latentes e estagnados, a informalidade dessas vagas também se manifesta especialmente nas alterações das jornadas de trabalho, que além de não serem correlatas, na maioria dos casos, com as jornadas de trabalho estabelecidas nos empregos regulares, manifestam-se especialmente entre os estratos da superpopulação relativa latente caracterizando de maneira mais geral uma subocupação, dado que a maioria dos trabalhadores dessa camada não consegue alcançar 40 horas trabalhadas por semana<sup>133</sup>. Em contrapartida para a camada estagnada da superpopulação a irregularidade manifestada nas alterações das jornadas de trabalho apresentam-se numa polarização entre uma parte dos trabalhadores que se mantém subocupados dada a sua inserção em atividades e vagas de trabalho com jornadas de trabalho intermitentes ou parciais, comumente associada a intensificação da exploração da força de trabalho, e uma outra parte da classe trabalhadora estagnada<sup>134</sup> que atua em jornadas de trabalho prolongadas alcançando até 50 horas ou mais.

Ao acrescentarmos outras variáveis em nossa análise sobre a composição da superpopulação relativa brasileira na contemporaneidade, nos utilizamos das contribuições que Pochmann (2006) expõe ao tratar sobre a situação desigual do desemprego no país de maneira a somar com as contribuições que Heinen (2021) também realiza sobre as especificidades da superpopulação relativa entre aqueles que não estão empregados (sendo encontrados majoritariamente nas camadas flutuante e estagnada da superpopulação nos últimos anos) levando-se em consideração as variáveis de gênero, raça, escolaridade, e faixa etária. rendimento familiar

---

<sup>133</sup>Na comparação com os demais grupos, a camada latente está mais concentrada nas faixas com jornadas de até 19 horas (16%) e de 20 a 29 horas (16,9%), além de ser bastante expressiva na faixa de 30 a 39 horas (14%). Aliás, esses percentuais provavelmente seriam maiores caso considerássemos as horas trabalhadas pelos membros da SR latente que não são classificados como ocupados pela PNAD Contínua (Heinen, 2021, p. 87)

<sup>134</sup>Aqui, enquadram-se a maioria dos trabalhadores domiciliares descritos por Marx (2012) – que são forçados a trabalhar mais horas para competir com a maquinaria e com seus semelhantes –, além dos “trabalhadores de plataforma”, como é o caso de motoristas, entregadores de mercadorias e revendedores a domicílio (Ibid., p. 87).

Com base nas contribuições de Pochmann (2006) e de Heinen (2021) podemos compreender que sob a variável de gênero na composição da superpopulação relativa entre os “não-ocupados”, a maioria são de mulheres principalmente entre as camadas da classe trabalhadora que apresentam uma renda familiar baixa, e em menor proporção entre as camadas da classe trabalhadora que apresentam uma renda familiar média e/ou alta. Essas mulheres ocupam no mercado de trabalho, em grande medida, as subocupações, participando predominantemente das camadas flutuante e latente da superpopulação, nesta última a partir do desenvolvimento de atividades historicamente relegadas as mulheres, como o trabalho doméstico principalmente, seja ele remunerado ou não, apresentando-se como exceção nesse quesito a ocupação das mulheres no setor público, que se concentra nas áreas de educação e saúde predominantemente. Em relação aos homens, vê-se que a situação de desemprego cresce mais rápido para aqueles segmentos com rendimento familiar médio e/ou alto do que para aqueles segmentos com renda familiar mais baixa. Nesse sentido, os homens majoritariamente assumem postos de trabalho regulares no setor privado, enquanto autônomos, e como membros da superpopulação relativa estagnada.

Considerando a variável étnica e racial na análise tanto do desemprego quanto das formas de inserção no mercado de trabalho da superpopulação relativa, conseguimos compreender que a desigualdade social fica ainda mais aparente, pois por menor que seja a distinção no nível de desemprego entre brancos e negros para aqueles trabalhadores com renda familiar baixa em contrapartida da maior diferenciação da taxa de desemprego para aqueles trabalhadores brancos e negros com rendimento familiar médio e/ou alto não implica numa suposta verificação de menor desigualdade na discriminação racial que é realizada cotidianamente independentemente do estrato de classe a que o negro está vinculado – seja ela de baixo rendimento familiar ou de médio/alto rendimento familiar, estando essa discriminação presente nas exigências para contratação associada as péssimas e precárias condições de ocupação em que os negros estão empregados enquanto efetivação de uma imobilidade socioeconômica para esses trabalhadores, que se agrava ainda mais quando se considera a situação de escassez de vagas de emprego, que dispõe de condições um pouco melhor e menos precárias que as demais, a serem disputas por trabalhadores negros que possuem um rendimento familiar médio e/ou alto, além de uma melhor especialização profissional.

Demonstrando assim que a maioria da superpopulação relativa brasileira é negra independente do seu nível de rendimento familiar, ela é distribuída entre as camadas flutuante, estagnada e latente, para a população parda a situação não se destoa tanto, tendo em vista que

“chega a concentrar 55,4% dos membros da camada flutuante e 53,3% da latente, tendo participação condizente com seu tamanho populacional somente na camada estagnada (47,6%). Dessa forma, pretos e pardos compõem cerca de  $\frac{2}{3}$  de toda a SR” (Heinen, 2021, p. 91-92).

Sobre a exigência do nível de escolaridade como variável para situação de desemprego e inserção da superpopulação relativa no mercado de trabalho, nos deparamos com uma contraposição em relação ao posicionamento dos autores, pois enquanto Pochmann (2006) defende que o maior nível de desemprego é dado para aquela camada de trabalhadores com maior nível de escolaridade principalmente se contrapondo a teorização de que pela escolarização e qualificação profissional seria possível combater o desemprego e possibilitar uma maior incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho, em um quadro de estagnação econômica, de reduzido investimento tecnológico e de aumento da precariedade dos postos de trabalho, como se constata nas duas últimas décadas no Brasil. Por outro lado, Heinen (2021) destaca que um dos aspectos que diferenciam a superpopulação relativa do exército ativo de trabalhadores regularmente empregados é a menor taxa de escolarização daquele segmento, principalmente na camada latente da superpopulação, mas também aparecendo nas camadas estagnada e flutuante.

Por fim, considerando-se a distribuição da superpopulação relativa no mercado de trabalho a partir da faixa etária em correlação com a posição na força de trabalho se ativa ou inativa. Percebemos diante da contribuição de Heinen (2021) que entre aqueles que não estão empregados ou que são inativos o maior número de sua composição se deve ao fato de que os trabalhadores que compõem essa camada não constituem uma força de trabalho disponível e apta para o trabalho, em razão de serem crianças, adolescentes e idosos. Já entre aqueles trabalhadores que compõem a camada ativa e regularmente empregada seja no setor privado, ou público e/ou enquanto profissionais autônomos de maneira geral concentram-se nas faixas entre 25 e 59 anos. Em relação a sua forma a superpopulação relativa em sua camada flutuante apresenta um perfil de trabalhadores significativamente mais jovem<sup>135</sup> se comparado com os demais grupos que concentram uma população relativamente mais velha, com médias de idade de 40 e 42,4 anos, respectivamente. “Esses resultados se devem à tendência de que a

---

<sup>135</sup> Em linhas gerais, esse perfil se deve a quatro fatores: *i*) o próprio processo gradual de entrada dos jovens no mercado de trabalho; *ii*) a maior rotatividade ocupacional existente entre esses trabalhadores; *iii*) a maior capacidade de jovens sustentados pela família em permanecer sem ocupação; *iv*) a maior produtividade ou integridade da força de trabalho desses grupos (principalmente entre 25 a 39 anos), que eleva sua probabilidade de ser empregado pelo capital e, portanto, de permanecer procurando emprego (Heinen, 2021, p.90).

empregabilidade se reduza com a idade, fazendo com que os desempregados migrem para as atividades autônomas com o passar dos anos” (Granato Neto, 2013, apud Heinen, 2021, p.91).

Em suma, o conjunto de indicadores socioeconômicos expostos até aqui juntamente com a interpretação dos desdobramentos da realidade brasileira na contemporaneidade a partir da articulação entre teoria e prática nos possibilitaram a aproximação sucessiva em direção a uma construção de conhecimento prévio capaz de nos possibilitar uma compreensão crítica acerca das configurações e funcionalidades dos programas de inclusão produtiva urbana, ao tratarmos inicialmente na próxima seção sua operacionalidade que realiza-se sob três vias principais a do trabalho assalariado, do empreendedorismo e da economia solidária.

#### 4.3 A contraditória funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana

Ao buscarmos compreender a funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana no Brasil e suas contradições em relação ao que se propõe enquanto política governamental e o que alcança efetivamente enquanto resultado de sua implantação e desenvolvimento na realidade, levamos em consideração as particularidades do atual estágio do desenvolvimento capitalista, o estabelecimento de conflitos e disputas de forças políticas e econômicas que se estabelecem entre as classes sociais fundamentais, principalmente no âmbito da intervenção do Estado.

Como destacamos anteriormente, as proposições políticas da inclusão produtiva urbana apresenta alternativas coerentes e articuladas às situações de desigualdade social vivenciadas pela classe trabalhadora com base nas atuais configurações do mundo do trabalho no país, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2013, apud Silva, 2014) estão voltadas ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para o labor, através da qualificação profissional, e de iniciativas a promoção do acesso ao mundo do trabalho. Reforçamos que o estudo sobre tais iniciativas de promoção da inserção no mundo do trabalho a partir das suas diferentes vias estratégicas: a do trabalho assalariado, a da economia solidária e a do empreendedorismo, é relevante para compreendermos a utilização estratégica desses programas de inclusão produtiva urbana como medida de atenuação das expressões da questão social e de regulação da superpopulação relativa. Diante desse quadro, estabelecemos como nosso enfoque a problematização acerca da funcionalidade desses programas pela via do empreendedorismo a partir da sua atuação por meio da disponibilização de microcrédito.

Em princípio com base na adoção do neoliberalismo como modelo econômico e ideológico havia à perspectiva de que pela via da inserção no mercado de trabalho seria o

caminho para superação do desemprego e da extrema pobreza, tal perspectiva serve como base ao direcionamento dos programas de inclusão produtiva que encontra um suporte constitucional ao ser disposto no inciso III do artigo 203 como objetivo da política de assistência social “a promoção da integração ao mercado de trabalho” (Brasil, 2017, p.63). Apoiada nesse suporte constitucional, simultaneamente a inclusão produtiva como o eixo de proteção social segundo o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (Brasil, 2013, apud Silva, 2014) irá abrigar políticas heterogêneas, que passam a constituir um quadro de estratégias governamentais diferenciadas para a inclusão produtiva tanto no âmbito urbano, quanto no âmbito rural<sup>136</sup>.

Assim, no discurso político dominante a inclusão produtiva (termo que reitera a inserção dos trabalhadores na dinâmica de reprodução e acumulação do capital) dá a “inclusão social” um caráter mais factível, ainda que efetivamente refira-se à inserção nas franjas e brechas do mundo do trabalho. Essa noção de “inclusão” ganha cada vez mais espaço como referência na política neodesenvolvimentista para fazer frente aos ataques as acusações de que os programas de transferência de renda geram a acomodação e a dependência dos seus beneficiários em relação à ocupação e ao emprego. Contudo, o que se tem chamado recentemente de “inclusão produtiva” a partir da política neodesenvolvimentista, em especial, a formação inicial dos mais pobres para o empreendedorismo, para o trabalho associativo, para o emprego formalizado ou não, não se confunde imediatamente com “o acesso ao trabalho e aos meios de vida” (Silva, 2014, p.78).

Nesse sentido, cabe discorrer brevemente como contraditoriamente cada uma dessas vias é colocada enquanto meio para a promoção do suposto acesso ao mundo do trabalho, a primeira é a via do trabalho assalariado, na qual com base em Silva (2020), podemos observar como seus instrumentos de intervenção primordiais as ações de capacitação e qualificação profissional, além do desenvolvimento de “serviços de intermediação laboral ou, até mesmo, geração de empregos direta (via contratação por órgãos públicos) e indireta (via subsídios econômicos a empresas para a contratação de determinados segmentos sociais)” (Ibid., p.14). Em suma, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para o labor objetivados com a realização das ações de qualificação profissional, denota a “pouca relação que há entre a oferta dos cursos, a demanda do mercado e as habilidades dos usuários. Para estes a opção, ou falta de opção, sempre foi aceitar o curso oferecido” (Souza, 2013, p.293). Demonstrando com isso que não há se quer o reconhecimento da importância do mapeamento para um diagnóstico adequado, no que tange as modalidades dos cursos de qualificação profissional que são implantados em cada região do país.

---

<sup>136</sup> Já as estratégias de inclusão produtiva direcionadas ao meio rural têm por objetivo fortalecer as atividades realizadas pelas famílias extremamente pobres da agricultura familiar, aumentando a sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores, através de orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e de água, entre outros (MDS, 2013, apud Silva, 2014, p. 104).

Pois, é certo que tais iniciativas de qualificação profissional ao serem estruturadas de forma subordinada as relações mercantis e capitalistas, trazem consigo a naturalização da “instrumentalização da educação – tratada como a solução para os males da reestruturação produtiva – subjacente à noção de empregabilidade” (Balassiano; Seabra; Lemos, 2005, p. 36). Nesse sentido, a instrução da classe trabalhadora é realizada por meio da oferta de cursos de rápida formação e de preparação desses trabalhadores para compor frentes de trabalho, na emergencialidade e superficialidade de atender as “demandas” do mercado. Dessa forma, não é raro que sejam ofertados cursos no campo da produção ou dos serviços, assim como também ocorra a criação de projetos de incentivo ao trabalho associado ou ao pequeno negócio respaldados pela lógica do empreendedorismo<sup>137</sup> que está tão em voga nos últimos tempos, possibilitando a inserção de parcelas da população por um curto período em atividades remuneradas.

Acrescentam-se outras contradições que recorrentemente são desconsideradas no processo de realização das ações de qualificação profissional deixando que as apreensões fetichizadas da realidade assumam um lugar privilegiado. No entanto, compreendemos que o cerne da questão não está na falta de qualificação profissional dos trabalhadores que são direcionados a cursos e programas de inclusão produtiva para integração no mundo do trabalho, pois temos claro que a base em que se fundamenta e se justifica a não inclusão desses indivíduos no processo de produção e a sua conseqüente não vinculação com o mundo do trabalho está no fato de que o capitalismo desde sua origem fundamentada pela contradição capital x trabalho não permite que sejam incorporados todos os trabalhadores no mercado de trabalho. Como já vimos, a não incorporação integral dos trabalhadores no mundo do trabalho juntamente com a exploração de sua força de trabalho ao nível mais alto de extensão e intensificação gera como conseqüência a (re)produção de uma superpopulação relativa, do desemprego, da pobreza e de outras tantas desigualdades sociais que são relevantes e até mesmo essenciais para a reprodução do sistema capitalista, atualmente em seu estágio contemporâneo podemos observar como tais questões essenciais são potencializadas conjuntamente e estruturalmente seja pelas crises cíclicas e principalmente pela crise estrutural do capital ou pelas próprias contradições inerentes a reprodução incontrolável do

---

<sup>137</sup> Cada vez mais os trabalhos são realizados em horários de lazer, escritórios de *co-working*, *call centers*, empresas de telemarketings, *start-ups*, todas as novas e recicladas formas de empresariamento estão sob a pressão do “empreendedorismo”, acarretando subemprego, desemprego, acidentes de trabalho, depressão, agressão etc., que tornam imenso o desafio de reinserção dos cidadãos no mercado de trabalho (Vieira et al, 2018, p.27).

capitalismo de maneira a pôr em risco a manutenção do mesmo, requisitando necessariamente que sejam realizados ajustes.

Tais ajustes podem ser observados tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político e social, sendo esses aqui enfatizados com os programas de inclusão produtiva urbana que pela via do trabalho assalariado se realiza através das ações de qualificação profissional supracitadas e também dos serviços de intermediação laboral que acontece tanto no interior das instituições públicas estatais com a contratação direta de parcela da classe trabalhadora quanto no setor privado com a disponibilização de subsídios e incentivos financeiros para a contratação de trabalhadores que atendam as condicionalidades dos programas de inclusão produtiva. Em síntese, podemos dizer que esta intermediação laboral coerente com a proposta político-ideológica neoliberal serve apenas como cortina de fumaça para disfarçar a real utilização de mão de obra barata dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade que são usuários das políticas de seguridade social, em especial das políticas de assistência social e de trabalho onde tais indivíduos ao participarem dos cursos, oficinas de qualificação profissional e empreendedorismo são submetidos a disputarem entre si através de processos seletivos de contratação abertos no interior de instituições públicas e/ou privadas para ocuparem vagas de trabalho que se caracterizam por serem precárias e degradantes, privilegia-se a mercantilização e expropriação da força de trabalho de indivíduos que já subsistem em condições de vida subalternas.

A segunda via que é colocada como mediação para a promoção do acesso ao mundo do trabalho é a da “economia solidária”, que segundo Silva (2020b) apesar de ser a temática mais recente a ser incorporada sob o eixo dos programas de inclusão produtiva urbana ela teve seu surgimento anterior a isso.

No contexto latino-americano, a expressão começou a ser apropriada a partir dos anos 1990, mais próxima de uma noção de ‘economia popular’, fortemente marcada pela informalidade das práticas coletivas populares. Esse surgimento pode ser explicado fundamentalmente a partir de dois fatores: de um lado, a conjuntura econômica de elevação do desemprego e da precarização do trabalho; de outro, uma mudança nas estratégias de organizações sindicais e movimentos sociais, que passaram a reconhecer e valorizar iniciativas de geração de renda sob o formato associativo (Pateo, 2013). O caráter econômico presente nessas experiências requer que se considerem como empreendimentos de economia solidária (EES) aqueles geradores de trabalho e renda, tanto de maneira direta, como as cooperativas de produção e comercialização, quanto indireta, como as cooperativas de consumo e crédito. Por sua vez, a solidariedade que caracteriza essas experiências remete-se à cooperação na atividade produtiva, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos (Gaiger, 2011, apud Silva, 2020b, p.9).

A partir da citação vemos que o contexto histórico e os principais desdobramentos econômicos, políticos e sociais do Brasil na década de 1990, que apontamos na primeira seção, a citar a elevação do desemprego e da precarização do trabalho ao lado das alterações no âmbito das organizações sindicais e dos movimentos sociais são compreendidos enquanto fatores fundamentais da gênese e da incorporação da expressão “economia solidária” que se aproximava de uma perspectiva marcada intensamente pela informalidade advinda da precarização do trabalho e pelo caráter popular marcante das atividades coletivas dos movimentos sociais e das organizações sindicais que sofriam alterações e restrições que terminavam por direcionar em seu interior a valorização de atividades de geração de renda com o formato associativo, que além de ocultarem a efetiva relação social de trabalho e de exploração existente entre empregador e empregado, demonstra que o sindicalismo tem seu poder e organização combativa por direitos trabalhistas e sociais enfraquecido.

Podemos resgatar brevemente nossas observações acerca desse contexto da década de 1990 no Brasil de maneira a enfatizar e reforçar a importância da compreensão dos desdobramentos econômicos, políticos e sociais para o âmbito do trabalho são advindos não apenas da crise estrutural do capital que acentua e aprofunda as contradições inerentes ao capitalismo, mas também advém das transformações societárias ocorridas no estágio contemporâneo do capitalismo financeirizado que nos países periféricos intensifica ainda mais seus traços de subordinação político-econômica aos organismos financeiros internacionais, de superexploração da força de trabalho com prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, conseqüentemente proporcionando uma conversão do fundo de reprodução da classe trabalhadora em fundo de acumulação do capital, sem contar com a elevação das quantias de excedentes que são transferidos aos países centrais destinadas ao pagamento dos juros da dívida externa.

Ainda com base na citação podemos compreender que a expressão “economia solidária” tem em seu surgimento uma aproximação com uma perspectiva de economia popular, sendo o caráter econômico daquelas atividades e empreendimentos que são geradores de trabalho e renda, encontrado tanto diretamente a exemplo das cooperativas de produção e comercialização, quanto indiretamente como o caso das cooperativas de consumo e crédito, no entanto não podem ser consideradas como empreendimentos de economia solidária aquelas associações sem fins lucrativos ou filantrópicas, próprias do terceiro setor, e que não geram renda para seus sócios. Por seu turno, o caráter de solidariedade da economia solidária se caracteriza pela cooperação na atividade produtiva através da disponibilização e utilização coletiva ou em comum pelos trabalhadores dos meios de produção e da autogestão exercida

pelos trabalhadores na direção das atividades e dos empreendimentos, além disso a autogestão pode contar com algumas entidades que prestam serviços de apoio ou assessoramento às atividades e empreendimentos, tais entidades atuam na difusão do cooperativismo e do associativismo como prática ou padrão de organização do trabalho. Em síntese, o caráter econômico e solidário/cooperativo das atividades e empreendimentos de economia solidária

possuem como finalidade não somente a manutenção imediata de seus agentes, chamada de *reprodução simples da vida*, mas principalmente ultrapassar essa fase em direção a uma *reprodução ampliada*, inserida em contextos diferenciados de sociabilidade. Dois aspectos atuam conjuntamente nessa busca: i) a questão da participação ou do engajamento das pessoas nos projetos de interesse coletivo; e ii) o modo de organização do trabalho, que se encontra essencialmente baseado na solidariedade e na mobilização coletiva de recursos endógenos (França Filho e Laville, 2006, apud Silva, 2020b, p.10 – grifos do autor).

Compreendemos que a finalidade de tais atividades e empreendimentos de economia solidária coloca enormes desafios a sua organização e mobilização socioeconômica em torno da cooperação e da solidariedade, pois a participação popular nos projetos e o padrão de organização do trabalho em prol dos recursos necessários carecem de legitimação e reconhecimento público-estatal para se consolidarem enquanto projetos que possuem um campo de práticas sociais, que apesar de contar com suas especificidades precisa simultaneamente da construção de um quadro geral normativo que acompanhe e seja coerente ao trabalho associado. Nesse sentido, podemos destacar como um importante passo nessa direção ocorreu em 2003 quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a qual foi responsável pela incorporação da temática em “programas próprios para apoiar iniciativas de produção e comercialização com esse perfil” (Silva, 2020, p.23-24) ao longo dos anos seguintes.

Como fizemos menção a princípio, a via da economia solidária enquanto caminho para promoção do acesso ao mundo do trabalho foi a temática mais recente a ser incorporada sob o eixo dos programas de inclusão produtiva urbana, pois somente em 2011 com o Plano Brasil Sem Miséria “pode-se dizer que, pela primeira vez, o termo inclusão produtiva foi inserido como eixo estratégico de articulação de políticas públicas no país, tendo a economia solidária como uma referência operacional” (Ibid., p.24). No entanto, a política de economia solidária, no período de 2003-2016 em que a coalizão política era gestada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ela passou por fases de ascensão e declínio, este último iniciou-se com ela sendo enfraquecida e perdendo espaço na agenda nacional em razão dos constrangimentos políticos no âmbito da administração e instituição governamental principalmente a partir dos anos de 2015 e 2016 quando temos um período de ataque direto a democracia com o

impeachment ilegítimo e o agravamento das políticas neoliberais com o governo Temer e posteriormente com o governo Bolsonaro quando temos oficialmente no início de 2019 a extinção da Senaes e sua transformação em um departamento do Ministério da Cidadania, uma vez que o Ministério do Trabalho ao qual era alocada foi também extinto, demonstrando-se como sua ação político-orçamentária e interventiva passou por sérias fragmentações e restrições que permaneceram durante todo o período do supracitado governo, apenas em 2022 com o governo Lula a política de economia solidária volta a ser reorganizada inicialmente.

Por último e não menos importante, a terceira via pela qual se afirma ser, supostamente, possível promover o acesso ao mundo do trabalho é a via do empreendedorismo ou se quiser dizer noutras palavras, da geração de negócios autônomos individuais e/ou coletivos. Como destacamos anteriormente nosso enfoque volta-se a problematização acerca da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana que pela via do empreendedorismo a partir da sua atuação por meio da disponibilização de microcrédito visa atenuar o agravamento do desemprego e da pobreza da classe trabalhadora. Nesse sentido, ao tomarmos como base as contribuições de Silva (2020) acerca desta via, podemos observar que tem sua intervenção caracterizada e orientada ao desenvolvimento de ações para oferta de microcrédito voltado ao fomento de negócios, seja no âmbito urbano ou rural, estando também voltada a oferta de apoio técnico aos pequenos empreendedores por algumas instituições, cujo principal exemplo é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ainda com base no autor, no que tange a supracitada organização paraestatal, ela desenvolve ações próprias atuando com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias público-privadas, programas de capacitação, acesso ao crédito e inovação, incentivo ao associativismo e a educação empreendedora na educação formal, o Sebrae visa atender tanto o indivíduo que pretende abrir seu primeiro negócio, quanto aqueles empreendedores que possuem micro e pequenas empresas já consolidadas com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões.

Segundo Silva (2020) o Sebrae também realiza a mediação junto aos governos em nível federal e local para o desenvolvimento e execução de programas direcionados ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, são exemplos os programas nacionais<sup>138</sup> “Negócio a Negócio”, “Sebrae Mais”, “Agentes Locais de Inovação – ALI”, “Serviços em

---

<sup>138</sup> Para mais informações sobre os referidos programas consultar Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Programas Nacionais. Brasília, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/c5a0c1aad12c717dd6bf1c07fe7570ac/\\$File/5583.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c5a0c1aad12c717dd6bf1c07fe7570ac/$File/5583.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023

Inovação e Tecnologia – Sebraetec”, “Educação Empreendedora” e “Encadeamento Produtivo”. Além disso, o Sebrae monitora a operacionalização do programa Microempreendedor Individual (Mei)<sup>139</sup>, cuja criação, segundo Barretto (2014), além de representar a conquista do registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de direitos previdenciários para os trabalhadores brasileiros, estes, ao se formalizar, também passam a ter acesso a linhas de crédito e a licitações. Por sua vez, ao buscarmos analisar criticamente as ações direcionadas a oferta de microcrédito por meio dos programas de inclusão produtiva urbana,

Duas delas valem ser destacadas. Primeiro, por meio das disponibilidades financeiras de caixa do FAT, foram criados programas com linhas de crédito para unidades produtivas e comerciais via bancos públicos nacionais. Um deles é o Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (Proger), com linhas de crédito subsidiadas para a viabilização de empreendimentos de pequeno porte (individual ou cooperativo) em todo o país. A segunda trata-se do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado pela Lei nº 11.110/2005, que, além de dispor de recursos do FAT, conta com a destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para a aplicação em operações de microcrédito para diferentes atividades econômicas. Porém, conforme explicado em Silva (2018b), os recursos para programas de microcrédito também foram reduzidos significativamente na última década, com a progressiva asfixia orçamentária do FAT (Silva, 2020, p.23).

A primeira ação voltada a oferta de microcrédito que é destacada tem como base os recursos financeiros advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)<sup>140</sup> e a criação de programas que disponibilizavam linhas de crédito através dos bancos públicos nacionais para incentivo aos empreendimentos produtivos e comerciais, a exemplo do Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (Proger) que segundo Ruas et. al. (2015, p.41) “foi criado<sup>141</sup>,

---

<sup>139</sup> Vale destacarmos que a criação do Mei derivou da Lei Complementar Nº 128/2008 que alterou e atualizou a Lei Complementar Nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, sendo conhecida como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a qual expõe entre seus artigos o objetivo da instituição do MEI, mais especificamente, dispondo-se em seu Art. 18-E “O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária” (Brasil, 2006, p.17), isto é, visa a simplificação do processo de formalização dos pequenos empreendimentos e o estabelecimento de um vínculo básico entre os trabalhadores microempreendedores e o sistema de seguridade social para que possam acessar aos direitos, serviços, benefícios das políticas sociais desse sistema. Acrescenta Barretto (2014, p.14) “Sendo uma categoria de pequeno negócio, o Microempreendedor Individual integra o público-alvo a diversas soluções e programas do Sebrae. O Mei não surgiu apenas para facilitar a formalização de mais atividades produtivas. Sua criação teve como importante motivação a inclusão produtiva. Essa categoria é a porta de entrada do empreendedorismo”.

<sup>140</sup> Com a CF/1988 e a Lei nº 7.998/1990, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com a função de mobilizar recursos para a manutenção e a expansão das políticas de emprego no país, tendo estados e municípios como responsáveis pela implementação dos serviços em convênio com o governo federal. No entanto, uma série de decisões de política fiscal, aliada a mudanças na dinâmica do próprio mercado de trabalho brasileiro, afetaram a capacidade do FAT em financiar serviços de emprego (Silva, 2020, p.22).

<sup>141</sup> “[...] em meio ao movimento da Ação da Cidadania, Contra Fome e Miséria e Pela Vida, com vistas a promover destinação das disponibilidades de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, para a implementação de políticas de emprego, trabalho e renda. Este fundo passou, assim, a financiar ações mais

em 1994, com a finalidade de integrar a política pública de combate ao desemprego, mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia”. Em síntese, o programa visava concomitantemente gerar empregos e melhorar a qualidade dos mesmos, no sentido de combater tanto a situação do desemprego quanto a situação de miserabilidade da classe trabalhadora, sendo apresentada como fundamental justificativa de sua finalidade e de sua estruturação o estabelecimento de condições que permitissem e possibilitassem aos micro e pequenos empreendedores que tinham dificuldades de obter crédito pudessem acessá-lo para fins de investimento no custeio, no crescimento ou modernização de suas atividades produtivas e comerciais.

O público-alvo prioritário do Proger foi definido como aquele formado pelas micro e pequenas empresas que apresentam, além da expressiva participação no total de empregos gerados na economia, enorme potencial de geração de emprego e renda; as cooperativas e associações de produção, devido aos diversos benefícios econômicos advindos dessa forma de organização; e as pessoas físicas de baixa renda, que formam um dos grupos mais atingidos pelo desemprego (Rua et. al., 2015, p.42).

Ainda com base nas contribuições de Rua et. al. (2015), no que tange aos impactos socioeconômicos deste programa enquanto resultado alcançado com a reprodução do mesmo, verificou-se a partir de avaliações, externas e internas, de desempenho e de impacto realizadas entre 1999 e 2020 que para o público alvo representado pelas empresas com expressiva participação nos empregos gerados na economia e na geração de empregos que acessaram o programa, o resultado representava um fortalecimento da inserção econômica daqueles trabalhadores, que demonstravam potencialidades empreendedoras, e estavam desempregados, subempregados e/ou ocupados em vínculos e/ou em condições precárias de trabalho, tal fortalecimento era verificado comprovadamente com o aumento dos empregos naquelas empresas.

Em relação ao público alvo representado pelas cooperativas e associações de produção, e as pessoas físicas de baixa renda, ou seja, aos empreendedores populares com unidades produtivas e comerciais, até mesmo de autoemprego, cujo faturamento bruto anual não ultrapassasse 120 mil reais, foi criada e direcionada uma linha específica do Proger chamada de “FAT Empreendedor Popular”, a qual tinha como objetivo proporcionar um apoio financeiro para investimento com capital de giro associado visando à integração desses empreendimentos ao setor produtivo formal, contudo sem prever a aplicabilidade de metodologias próprias da oferta de microcrédito de maneira a descomplicar o acesso as linhas de crédito. Acerca dessa modalidade específica direcionada a essa parte do público-alvo

---

estruturantes no mercado de trabalho, com ênfase em beneficiar a população mais vulnerável. O objetivo dessa política era garantir ocupação e renda como uma das formas de superação da miséria” (Ruas et. al., 2015, p.40)

verificou-se que seus impactos socioeconômicos não apresentaram grandes resultados no fortalecimento da inserção econômica desses trabalhadores, na geração de emprego e renda, e na superação do desemprego e da miséria, sendo seus resultados bastante modestos.

Por sua vez, a segunda ação voltada à oferta de microcrédito que é destacada concerne ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que tem como base também os recursos financeiros advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), somados a destinação de 2% dos recursos depositados à vista dos bancos comerciais para a aplicação em operações de microcrédito. Tal programa foi criado em 2005 quando finalmente pode-se dizer que foi instituída a estruturação de uma política especificamente orientada a promoção do microcrédito.

Pode-se entender que, através do PNMPO, o microcrédito passou a ser reconhecido como política pública de desenvolvimento social e econômico, funcionando como mecanismo de combate à pobreza, inclusão social e valorização do autoemprego no país. Ao se analisar o marco legal que institui o PNMPO, cabe destacar que seus objetivos são: i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e iii) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares. O microcrédito produtivo orientado, em sua normatização, também é considerado pelo MTE instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Desenvolve-se fundamentalmente por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável desses empreendimentos (Rua et. al., 2015, p.46).

A criação do PNMPO no âmbito da disponibilização do microcrédito ocorreu numa terceira fase de expansão da atividade de microcrédito no Brasil, pois segundo Matos et. al., 2014, apud Ruas et. al., 2015, com base numa análise acerca da literatura específica podem ser destacadas três fases de expansão do microcrédito, na primeira fase a expansão é promovida através das associações privadas sem fins lucrativos, a partir da criação de entidades ligadas a redes internacionais; na segunda fase, temos a expansão de iniciativas diretamente executadas pelo poder público, com a estruturação de programas de microcrédito operacionalizados pelos entes federativos, estaduais e municipais; por fim, a terceira e última fase a expansão se dá por meio da ampliação da atuação dos bancos públicos federais contribuindo na operacionalização direta ou indiretamente dos programas de microcrédito.

Quanto aos objetivos do PNMPO verificamos que alguns conceitos merecem o devido destaque para que possamos refletir criticamente acerca de sua proposição política, sua operacionalidade e conseqüentemente sobre seus resultados. Em primeiro lugar, precisamos ter claro quem são os microempreendedores populares que compõem o público alvo do

programa, pois enquanto tomadores finais do microcrédito orientado são as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 360 mil conforme a Lei Complementar nº123/2006 e redação dada pela Lei 13.999/2020, inicialmente o valor da renda bruta anual era de até R\$ 120 mil, e dentro desse público alvo abrange as algumas instituições microcrédito produtivo orientado<sup>142</sup> que podem participar do programa. Dessa maneira, em segundo lugar, conseguimos identificar a articulação entre os três objetivos do programa em relação ao conceito de microcrédito produtivo orientado, pois além da busca em incentivar a geração de trabalho e renda entre um público alvo delimitado e constituído por microempreendedores que abrange como participantes as instituições de microcrédito produtivo, a disponibilização de recursos e apoio técnico aquelas instituições, como anteriormente citado, constitui para o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE um instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Para o MTE esse crédito que é concedido utilizando-se de metodologia estruturada com base no relacionamento direto com os microempreendedores no local em que é realizada a atividade produtiva deve considerar que:

i) o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; ii) o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de acerto, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e iii) o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este (Rua et. al., 2015, p.47).

Assim, levando em consideração esses pontos com base nas contribuições de Rua et. al. (2015), no que tange aos impactos socioeconômicos deste programa enquanto resultado alcançado com a reprodução do mesmo verificou-se a partir de avaliações que entre 2008 a 2014 manteve-se em crescimento o número de contratos realizados e proporcionalmente o valor concedido também crescia, posteriormente entre 2015 e 2017 houve um declínio no número de contratos realizados e nos valores concedidos aos microempreendedores, tal situação nos anos seguintes até 2021 apresenta uma oscilação anual entre decréscimos e aumentos no número de contratos realizados que é acompanhado por um aumento crescente nos valores concedidos aos participantes do PNMPO. Podemos concluir que a perspectiva de

---

<sup>142</sup> Segundo Rua et. al., (2015, p.47) “ i) cooperativas de crédito singulares; ii) agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; iii) Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empreendedores de Pequeno Porte - SCMEPP, de que trata a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001; iv) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e v) sociedades operadoras de microcrédito produtivo orientado”.

aumento no número de contratos realizados e de valores concedidos entre os anos iniciais do programa associa-se as proposições políticas de enfrentamento a crise capitalista e ao agravamento da pobreza, do desemprego e das demais desigualdades sociais que são acentuadas tanto pelas transformações nos processos de trabalho quanto pelas contradições próprias do capitalismo em seu estágio contemporâneo. Quanto ao declínio e posterior oscilação entre os anos de 2015 até 2021, podemos associar tanto a questão econômica da crise que em 2016 no âmbito interno assume também uma importante dimensão política, dada pelos processos antidemocráticos que já nos referimos e que nos anos seguintes se aprofundam dada a continuação de uma coalização política cujo núcleo visava reforçar o projeto neoliberal no âmbito político, econômico e social do país via políticas sociais desarticuladas e sem priorizar a conciliação de classes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto anteriormente, conseguimos observar como um dos graves problemas da população brasileira a pobreza, o desemprego, a precária forma de acesso as políticas sociais, e até mesmo a impossibilidade de acesso. Então o objetivo de estudar a funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana enquanto estratégia de regulação da superpopulação relativa e a atenuação das desigualdades sociais no Brasil, que teve sua construção brevemente descrita e analisada. Deve-se a relevância e necessidade de refletir a realidade em um movimento dialético, com respaldo da perspectiva histórico-crítica, em busca de compreender a evidente complexidade que está posta no âmbito legal: garantir direitos, na perspectiva de emancipação política e cidadania, de uma população fragilizada a partir do acesso à geração de trabalho e renda no mundo do trabalho. Em síntese, a pesquisa sobre esse objeto visou compreender as conexões entre a forma como os desdobramentos da superpopulação relativa, da intensificação do desemprego e da miséria da classe trabalhadora são determinantes para atuação estatal através dos programas de inclusão produtiva urbana e a maneira como esses programas no interior das agendas de governo são contraditoriamente funcionais ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Para isso, buscamos inicialmente resgatar as determinações sócio-históricas da gênese do capitalismo tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, pois tais determinações além de requisitarem de nós uma análise sobre a chamada “acumulação originária”, também é de suma importância para compreendermos a relação contraditória entre capital e trabalho,

que constitui a base fundamental da sociabilidade capitalista, e nos serve de ponto de partida e fundamento para elucidar os determinantes essenciais da gênese da questão social e do acirramento de suas expressões. Enquanto a constituição do modo de produção e organização social capitalista nos países centrais é caracterizada inicialmente por um período de transição do feudalismo ao capitalismo, nos países periféricos temos tal processo de constituição do capitalismo e de formação social caracterizado pelo processo de colonização e de escravização.

Consideramos que a compreensão da base fundamental da contradição imanente ao capitalismo, que está localizada na relação contraditória entre capital e trabalho, nos permitiu analisar criticamente no estágio contemporâneo do capital as alterações na estrutura ocupacional do trabalho no país e diante delas as estratégias de ações político-governamentais que são formuladas e direcionadas enquanto oferta de programas de inclusão produtiva urbana no sentido de atenuar as desigualdades geradas na sociabilidade capitalista, fruto dessa contradição que não pode ser superada nos marcos do capitalismo. Ao passo que essa contradição demonstra ser insuperável, também explicita a necessidade de regulação das suas implicações que assumem a forma de aumento do desemprego, da pobreza, e da desigualdade social num sentido amplo, sendo a atenuação e a regulação das mesmas essenciais de modo a incidir no rebaixamento da organização da luta de classes de maneira que a via da superação desta sociabilidade seja afastada do horizonte.

Seguindo coerente com o objetivo da pesquisa, foi necessário realizarmos o resgate das principais alterações derivadas do desenvolvimento do movimento cíclico de reprodução do modo de produção capitalista que se manifesta pela expansão e contração sucessivas na realização da mais-valia e conseqüente acumulação de capital. Proporcionando-nos o esclarecimento necessário para compreendermos o fundamento das crises capitalistas tanto cíclicas quanto estruturais, o processo de mundialização do capital, o acirramento das expressões da questão social, ao lado da sua fragmentação em manifestações isoladas a serem respondidas com a intervenção do Estado. Nesse sentido, a questão social ao ser tratada de maneira fragmentada, sendo suas expressões atendidas enquanto recortes individuais contribuem para que o avanço da luta de classes seja travado e que as interpretações do fundamento acerca da questão social não alcancem sua totalidade histórica, social, política e econômica influenciando dessa maneira a construção de perspectivas superficiais e imediatistas acerca do fundamento da questão social.

Chegando ao grande tema, a inclusão produtiva, vimos que se trata de um campo minado por avanços e retrocessos, impregnado por contradições. Tendo em vista que o

desafio de melhorar as condições de vida das pessoas ou das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e risco, através da inclusão produtiva, é uma tarefa que se coloca para um conjunto amplo de políticas públicas. E não apenas para políticas tipicamente entendidas como sociais: é necessário também que políticas de fomento ao crédito e investimento incorporem como seu objetivo de atingir também esta população que está fora do mercado de trabalho e que apresenta outros fatores que vão além da renda. Pensar em inclusão produtiva para este contingente de pessoas requer, para além da questão material-financeira, outros fatores que interferem na relação direta das melhorias de qualidade de vida da população. Por isso, não podemos perder de vista a articulação entre a esfera política, com o reforço da hegemonia burguesa sob influência do neoliberalismo, e a esfera econômica, com a reestruturação produtiva em escala mundial, pois se faz necessária a reflexão que buscamos desenvolver ao longo da pesquisa acerca da relação entre os desdobramentos da crise econômica e o processo de reestruturação produtiva.

Ao avaliarmos as hipóteses que inicialmente formulamos para responder ao problema de pesquisa dessa dissertação, confirmamos que realmente não existe uma relação de identidade entre o que é projetado nos programas e o que é realizado efetivamente na realidade, e ao identificar tais ambivalências entre o que preconizam tais programas e a realidade visualizada na contemporaneidade percebemos sua relevância para compreendermos a efetiva funcionalidade desses programas, que concomitantemente organizam-se e atuam através de ações de qualificação profissional, apoio técnico, ações de intermediação laboral, oferta de microcrédito. Por outro lado, também impõe a seus usuários uma autorresponsabilização por sua condição de trabalho e de vida, com altos padrões de concorrência no interior da própria classe trabalhadora para acessar ao mundo do trabalho, por meio de vínculos empregatícios que reforçam a sua condição de subalternidade e de exclusão social, tendo em vista a precarização, a informalidade, a superexploração da força de trabalho, entre outras desigualdades sociais.

Em relação à segunda hipótese formulada que diz respeito à necessidade de realizarmos uma avaliação crítica acerca da funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana enquanto uma estratégia de regulação da superpopulação relativa e de atenuação do desemprego e da pobreza, buscamos realizar essa avaliação na quarta seção da dissertação, partindo inicialmente dos indicadores socioeconômicos das décadas de 1990 e 2000, período em que temos o surgimento dos programas de inclusão produtiva, que nos permite visualizar na realidade brasileira as manifestações fenomênicas, em especial, do desemprego e da pobreza enquanto elementos da desigualdade social que atingem a classe

trabalhadora brasileira. Concomitante a essa observação buscamos tecer análises sobre aqueles elementos da desigualdade social no Brasil enquanto categorias importantes e determinantes economicamente para a constituição das proposições políticas da inclusão produtiva, tomamos como base para a compreensão desses elementos da desigualdade social a contradição fundante e imanente que se estabelece entre capital e trabalho, a sua articulação com os processos desenvolvidos a partir das repercussões da crise estrutural do capital, da hegemonia do capital financeiro, da reestruturação produtiva, da flexibilização dos processos de trabalho, da contrarreforma do Estado, e das transformações no mundo do trabalho.

Na sequência, tomando como base as análises realizadas acerca dos indicadores socioeconômicos e não apenas desses, mas também de seu contexto sócio-político e sócio-histórico buscamos caracterizar os impactos da financeirização na composição do público alvo dos programas de inclusão produtiva urbana, para isso, nos direcionamos a caracterização da crise financeira de 2008 no sentido de compreendermos as exigências e as repercussões para a classe trabalhadora considerando-se principalmente a configuração contemporânea do capitalismo amparada sob a hegemonia do capital financeiro. O aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho, com o desemprego, a precarização e a pobreza dando indícios das alterações que atingiam a composição da superpopulação relativa brasileira no período anterior à crise externa e financeira, visualizamos isso a partir dos indicadores socioeconômicos e da sua análise histórica, política e econômica que nos permitiram observar a situação de desemprego, de precarização e da pobreza no país desde a década de 1990 até 2009. Consequentemente voltamos nossa atenção a manifestação do desemprego entre as diferentes camadas e segmentos sociais da classe trabalhadora observando a atual composição e configuração da superpopulação relativa brasileira na contemporaneidade. Pois, como demonstra Maranhão (2008) é importante apreender as complexas mediações existentes entre a situação de desemprego e pobreza e a dinâmica da composição da força de trabalho que ora está integrada ora está expulsa do mercado de trabalho.

Chegando ao ponto central de nossa análise que é dedicada à compreensão da configuração dos programas de inclusão produtiva urbana, nos destacamos sua dimensão, vias de atuação, objetivos, abrangência, funções, público-alvo, efeitos, enfim, todos os elementos que atribuem forma e significado a eles, em sua inserção na totalidade e na dinâmica da realidade, considerando, ainda, especialmente a conjuntura político-econômica dos anos 2000 até a contemporaneidade contemplando o processo de financeirização do capitalismo, de mercantilização dos direitos, serviços e políticas sociais, de desconfiguração e

desistoricização da concepção de questão social na contemporaneidade brasileira e de manutenção da dinâmica reprodutiva do capital no sentido de fortalecer o projeto político-econômico da burguesia. Portanto, não buscamos realizar julgamento de valor positivo ou negativo, muito menos nos restringir a uma avaliação de custo-benefício desses programas no sentido de avaliar sua eficácia e eficiência.

Nossa conclusão diante de tal avaliação nos permite afirmar a contraditória funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana, tendo em vista, com base em Albuquerque (2009), que tais programas consistem em ações político-governamentais que, com apoio da sociedade civil, objetivam construir alternativas às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, com foco nas configurações atuais do mundo do trabalho. Configurando seu mérito no fato de que ao estabelecer uma articulação com a realidade objetiva atual tem suas ações voltadas a responder as principais demandas e desigualdades sociais de sua conjuntura, por sua vez seu dilema encontra-se no fato de que ao buscar enfrentar uma realidade que tem bases solidificadas e que supera seu âmbito de ação termina por reproduzir ações superficiais e sem grandes impactos efetivos na realidade.

Na verdade, com a adoção do modelo social de acumulação neoliberal, as tentativas de resoluções apontam para o conceito de mundo do trabalho, que tem como definição a informalidade, superficialidade, fragmentariedade, precariedade, e desproteção social no trabalho. Essas características de subalternização interferem nas expressões da questão social, que assumem novas configurações, assim como impactam nas políticas sociais voltadas ao enfrentamento daquelas expressões, pois não é questionada a raiz fundamental das expressões da questão social e muito menos são direcionadas respostas concretas a estrutura material desse sistema. Nesse sentido, as tendências de desfinanciamento da proteção social e mercantilização das políticas, serviços e programas sociais possuem estreita e direta conexão com a tendência de desresponsabilização do Estado sobre o atendimento das demandas da classe trabalhadora, tendo em vista que amparado sob o discurso dessas tendências, desencadeia-se um movimento de transferência dessa responsabilidade do Estado para a própria classe trabalhadora que passa a ter “autonomia” para responder a suas necessidades sociais e compreender-se enquanto um “cidadão consumidor”, ocorrendo por seu turno uma minimização das lutas de classes, direcionadas a preservação dos mínimos sociais alcançados através das instituições estatais.

Por conseguinte, as considerações finais, dentro dos limites da pesquisa realizada nesta dissertação, nos permitem desvendar que na funcionalidade dos programas de inclusão produtiva urbana, persistem contradições que nos levam a considerar a necessidade do

estabelecimento de embates políticos e lutas de classes, em diferentes momentos políticos e históricos para que seja adotado um conjunto de políticas de enfrentamento as desigualdades sociais com base em configurações estratégicas, que apesar de não terem a capacidade e a função de contribuírem para transformação societária da sociabilidade capitalista, seja capaz de alocar satisfatoriamente recursos consideráveis, ainda que os mesmos não sejam totalmente suficientes para dar conta integralmente da proteção social desses trabalhadores desempregados, em situação de miséria e nas demais situações de precarização do trabalho. Além disso, é necessário avançar e aprofundar os estudos desse objeto em pesquisas, amadurecendo a produção e voltando a atenção de maneira mais aprofundada sobre a heterogeneidade da composição desses trabalhadores que compõem o público-alvo dos programas de inclusão produtiva urbana e conseqüentemente sobre as políticas públicas que levem em conta as especificidades dos vários grupos sociais e da sua relação com a dinâmica do mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. *Sistema Único de Assistência Social e a Inclusão Produtiva*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALVES, G. *O Novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, G. *Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial*. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6x94zJ3FLh3hcbzh3BNHHNf/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A Dupla Face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-445.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. A Era da Informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-26.

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2008-2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BALASSIANO, M; SEABRA, A. A. de; LEMOS, A. H. *Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?* 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n4/v9n4a03.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BALBI, I. B. *Reforma administrativa no Brasil em perspectiva histórica: centralização, modelo burocrático e desenvolvimento*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARRETTO, L. O empreendedorismo como promotor da inclusão Produtiva. *In*: CAMPELLO, T. et al. (Org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2014. p. 1-22.

BEHRING, E. R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, Brasília, p.1-22, [s.d].

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GEST/SER/UNB, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 2017.

BRASIL. *Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm). Acesso em: 15 dez. 2023.

BRETTAS, T. *Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CALVETE, C. *et al.* A assistência social e a inserção produtiva. In: MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CARVALHO, M. do C. B. de. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v.62, n.6, p.144-155, mar. 2000.

CASTELO, R. *O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro*. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562>. Acesso em: 20 nov. 2023

CHESNAIS, F. *As raízes da crise econômica mundial*. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7556>. Acesso em: 20 nov. 2023

DUARTE, P. H. E. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de..., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRIGOTTO, G. Exclusão e/ou Desigualdade social? questões teóricas e político-práticas. *Revista Cadernos de Educação: Pelotas*, n. 37, p. 417- 442, set./dez. 2010.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, p.57-68, 2007.

HEINEN, V. L. *Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

HOBBSAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, Ano. 2, n.3 p. 9-32, jan/jul. 2001.

IANNI, O. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

LASKI, H. J. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LENIN, V. I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LIMA, J. da S. *Desemprego Rural: a [in]visibilidade desse fenômeno como expressão da “questão social” no semiárido alagoano*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. *In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. de. Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. p. 38-57.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, A. L. Ética em Furtado: de sua concepção aos desafios éticos de um projeto estruturalista na atualidade. *In: MANGUEIRA, C. P.; PAIXÃO, M. C. S. Celso Furtado 100 anos: coletânea de ensaios em sua homenagem*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. p.45-55.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. A Lei como Tal. *In: MARX, K. O Capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 262-285.

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Revista Configurações*, n.10, p. 01-12, 2012.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.111, p.413-429, jul./set.2012

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In: FERREIRA, C. et al. (Org.). Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p.48-112.

PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, E. As Bases Ontológicas da Questão Social. *Boletim do Tempo Presente*, n. 11, p. 1-12 jan. 2016.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. *In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p.59-75.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. 2010. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil\\_em\\_debate\\_vol\\_2\\_marcio\\_pochmann.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf). Acesso em: 5 abr. 2023.

RUAS, C. *et al. A política e a atividade de microcrédito como instrumentos de geração de trabalho e renda e inclusão produtiva*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, SPPE, 2015.

SALVADOR, E. Fundo Público e Políticas Sociais na Crise do Capitalismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.104, p.605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasileiro: elementos para o debate. *Temas & Matizes*, [S.l.], v. 9, n.17, p. 125-150, 2010.

SCHNITZER, L. C. *A Política de Assistência Social e o PRONATEC: A Utilização da Qualificação Profissional para o Acesso ao Mercado de Trabalho na Perspectiva de Superação da Extrema Pobreza*. Florianópolis, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, A. de A. Coalizões neoliberais, reformas estatais e crise(s) econômica(s): a virada e o retorno do neoliberalismo no Brasil. *In: FESTI, R. C. (Org.). A Tragédia de Sísifo: trabalho, capital e suas crises no século XXI*. Jundiaí, SP: Paco, 2023. p.158-189

- SILVA, J. A. da. *Basta Qualificar? O PRONATEC como Estratégia de Inclusão Produtiva do Plano Brasil sem Miséria*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SILVA, S. P. *A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira*. Brasília: IPEA, 2020.
- SILVA, S. P. *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2020a.
- SOUZA, F. V. F. de. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. *O Social em Questão*, Ano XVII, nº 30, p. 287-298, 2013.
- SOUZA, J. M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: UFPE, 2020.
- TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- TROTSKY, L. Balanço e perspectivas. In: TROTSKY, L. *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luis, Rosa Sundermann, 2011.
- UGINO, C. K. *As reformas previdenciárias brasileiras sob a pressão neoliberal*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de..., Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p.45-58.
- VIEIRA, F. S. et al. *Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: CEBES, 2018.
- WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo*. 2000. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023.
- YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2007.